



Governo do Estado do ACRE

Plano



Plurianual – PPA

2008/2011

O Plano Plurianual do Governo do Estado do Acre para o Quadriênio 2008-2011 é produto de um processo de planejamento inovador na Gestão Pública Brasileira. Se por um lado trouxe a tona novos conceitos como: programas estruturantes, projetos prioritários, monitoramento intensivo de projetos e atividades, por outro conseguiu assimilar a participação da Sociedade na construção de um desenvolvimento mais justo com oportunidade para todos.

Todo esse processo teve início com a elaboração do Plano de Governo do então candidato, Binho Marques. Para construção do documento foram realizados 24 seminários, nos 22 municípios do Acre, com a presença de aproximadamente quatro mil pessoas. Um processo complexo que na elaboração contou com a participação de mais de 120 técnicos, mas que o produto refletiu a disposição de se manter o crescimento econômico com manejo inteligente das nossas riquezas naturais e redução das desigualdades sociais.

Durante o ano de 2007, através de uma Parceria com a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado percorreu todas as regionais do Acre, apoiando o projeto ASSEMBLÉIA ABERTA, visando assimilar as demandas peculiares de cada região, trazendo para o processo de construção das estratégias de Governo, aqueles que são centrais para efetivação dos resultados: os destinatários das políticas públicas.

Nesse sentido, este plano será o reflexo da experiência construída nos últimos oitos anos acrescido das novas diretrizes estratégicas que consolidarão a parceria Governo e Sociedade na busca incessante por um desenvolvimento impulsionado pelo emprego e pela promoção de instrumentos de ação direta sobre o bem-estar das populações.

Dessa forma, como todo Processo de Planejamento, este Plano é dinâmico, não sendo fruto apenas de formulações abstratas, mas representa em sua essência os interesses de todos que acreditam e trabalham para o desenvolvimento sustentável do Acre.

Arnóbio Marques de Almeida Júnior

Governador do Estado do Acre

Carlos César Correia de Messias

Vice - Governador do Estado do Acre

Gilberto do Carmo Lopes Siqueira

Secretário de Estado de Planejamento

EQUIPE TÉCNICA

Anderson de Aguiar Mariano

Chefe de Departamento de Programação Orçamentária

Lonmário Moraes do Valle

Chefe da Divisão de Execução Orçamentária

Assessores Técnicos

Aluildo Conceição de Souza

Claudio Roberto Silva da Conceição

Francilene de Lima Assis

Maria de Fátima Pedrosa Ramos



ESTADO DO ACRE

LEI Nº 1.972 de 27 de Dezembro de 2007

“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008 – 2011, e em conformidade com o disposto no Art.151 da Constituição do Estado do Acre, estabelece para o período, a orientação estratégica do Governo para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada, conforme detalhado nos anexos que a integram:

I. ANEXO I – Diretrizes Estratégicas;

II. ANEXO II – Quadro Descritivo dos Programas Estruturantes com impacto direto na economia - 2008 – 2011;

III. ANEXO III – Quadro Demonstrativo da Carteira Completa de Programas do Governo do Estado do Acre para o período 2008 – 2011; e

IV. ANEXO IV – Projeção das Receitas para o período de 2008 a 2011.

Art. 2º O Governo do Estado do Acre executará suas ações mediante Programas Estruturantes e Programas Complementares. Nesse sentido, o Poder Executivo disporá de instrumentos para regulação, controle e monitoramento dessas ações.

Art. 3º O Plano Plurianual poderá sofrer revisões e posteriores alterações anuais, mediante Projeto de Lei submetido à aprovação do Poder Legislativo do Estado do Acre, tendo em vista a necessidade de promoção de ajustes, conforme:

I. as circunstâncias emergentes ao contexto social, econômico e financeiro;

II. o processo gradual de reestruturação do gasto público estadual e federal;e

III. dinâmica da implementação dos programas e projetos do governo e da economia regional.

Art. 4º Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 2008 – 2011, os programas estaduais setorializados deverão guardar estrita coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes

dos Anexos I, II e III desta lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no Art. 3º desta lei.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a suplementar dotações orçamentárias para o atendimento dos programas constantes nesta lei, até o limite de trinta por cento do montante das dotações alocadas nas leis orçamentárias anuais.

Art. 6º Ficam autorizados nas leis orçamentárias anuais a reprogramação e o remanejamento dos programas, projetos e atividades entre órgãos do Poder Executivo, para a consecução das diretrizes desta lei.

Art. 7º Os valores consignados a cada área ou ações no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limite à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Parágrafo único. Os valores previstos nesta lei estão orçados segundo preços vigentes em agosto de 2007.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios e/ou contratar, operações de crédito internas e externas ou outros instrumentos congêneres para o financiamento deste Plano Plurianual.

Art. 9º Para consecução de seus Objetivos Estratégicos e viabilização de seus programas e projetos o Governo do Estado poderá atuar através de Parcerias Público Privada – PPP e/ou Parcerias Público Comunitária – PPC.

Art. 10 Fica autorizada a realização de concursos públicos para provimento de cargos, observando-se o disposto nas legislações pertinentes.

Art. 11 A data de início dos programas e projetos poderá ser ajustada por ato específico do Poder Executivo, em função da disponibilidade de recursos.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Rio Branco – Ac, 28 de setembro de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.



ARNÓBIO MARQUES DE ALMEIDA JÚNIOR

Governador do Estado do Acre

Anexo I – Diretrizes Estratégicas – **9**

Anexo II – Programas Estruturantes com Impacto Direto na Economia – **91**

Anexo III – Quadro Resumo de Programas - **105**

Anexo IV – Projeção de Receitas - **113**

Anexo I
Diretrizes
Estratégicas

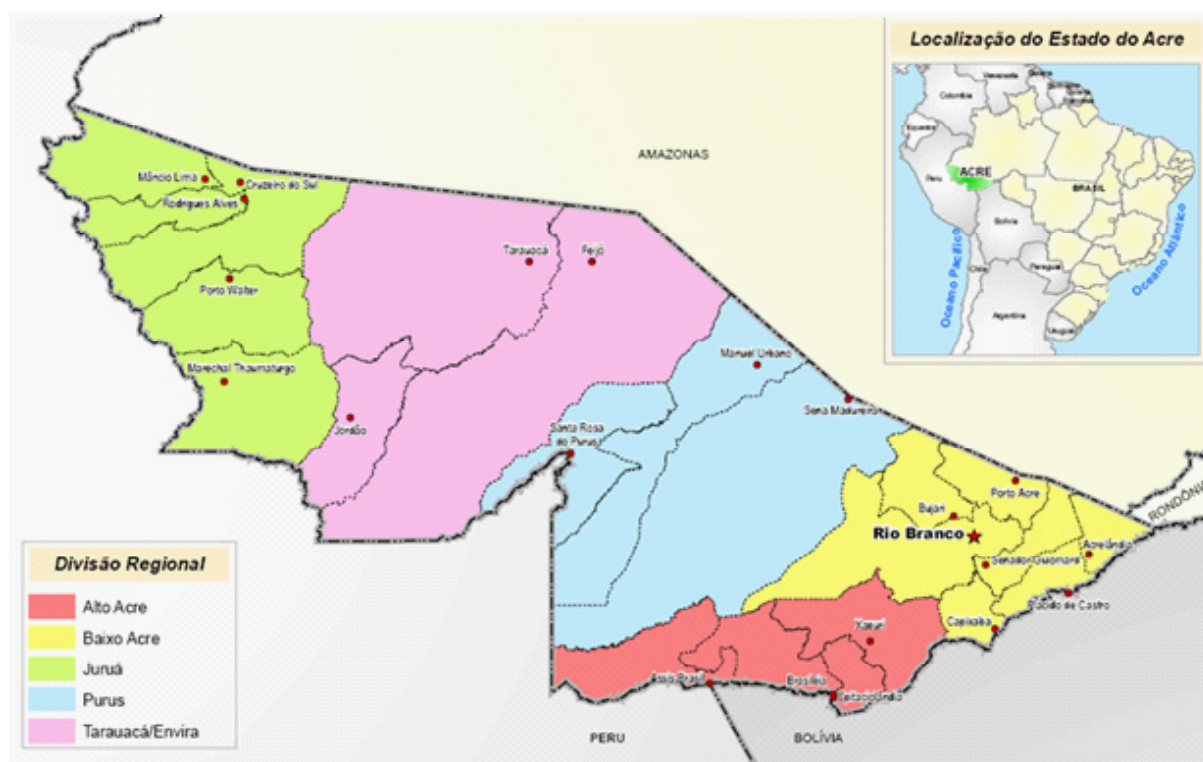
Introdução

Nos últimos oito anos, o Estado do Acre passou por profundas transformações, onde as bases do processo de desenvolvimento sustentável foram assentadas. Nesse período o Governo implantou a maior parte da infra-estrutura e dos arranjos institucionais necessários ao fortalecimento da produção e das políticas sociais, bem como melhorou a capacidade de gestão do Governo. Através do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, foram realizados investimentos estratégicos em estradas, pontes, energia, indústrias, geração de tecnologia, promoção de negócios e capital humano. Foram criadas florestas estaduais de exploração, bem como foi ampliada a base para atração e consolidação dos investimentos industriais.

Este período foi fundamental para a reconstrução da identidade e esperança do povo

acreano. Primeiro, colocando a casa em ordem, com o pagamento dos salários atrasados e capacitação dos servidores, reforma e adequação dos prédios públicos, modernização da gestão, negociação das dívidas: este era o período de preparação do Governo para voltar a ser o planejador e indutor do desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, era preciso caminhar rápido nas políticas sociais, que garantissem proteção e apoio a quem mais sofria com a ausência do poder público. Foi iniciada a revolução do ensino público. Nesse contexto, nasceu um sistema de saúde que, se ainda não é o ideal, avançou com a ampliação da cobertura de programas, reorganização e expansão da assistência primária e das unidades hospitalares e laboratoriais, aproximando o Estado do modelo preconizado pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Com o Adjunto da



Solidariedade, milhares de famílias em dificuldade receberam apoio do Governo para voltar a ter esperanças no futuro.

Mas o maior desafio sem dúvidas estava na economia. A infra-estrutura produtiva criada na década de 1970 foi completamente destruída no período seguinte. As Empresas Estaduais: COLONACRE, CAGEACRE, CODISACRE, EMATER, CILA e todos os outros instrumentos de política agropecuária foram desmontados. Como resultado, no final dos anos 1990 o Estado estava desprovido de condições mínimas para planejar e implementar políticas de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, medidas foram tomadas para prestar apoio aos trabalhadores e empreendedores rurais. A maior de todas elas, entretanto, estava voltada para um segmento que nunca antes recebera atenção do poder público: o extrativismo. Com a criação da Lei Chico Mendes, os seringueiros passaram a contar com um subsídio que tornou a borracha acreana novamente competitiva no mercado nacional, elevando a produção e garantindo alento para milhares de famílias residentes nos seringais. Ao mesmo tempo, grandes esforços foram empreendidos para diversificar a produção extrativista, culminando com a entrada do manejo florestal como atividade econômica rentável e ecologicamente viável. A economia florestal, por exemplo hoje é responsável por 16,8% do valor Bruto da Produção e contribui com 50% do total de exportações do Estado.

O caminho estava definido: Criar, então, a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social do Estado, recuperando e ampliando a capacidade produtiva local, com ênfase na economia florestal, passou a ser a grande meta do segundo mandato da Frente Popular. Para isso, o Estado contou com os apoios

decisivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, do Governo Federal. Dessas parcerias saíram os recursos necessários à ampliação da malha viária do Estado, que em oito anos de governo cresceu 467 km, entre BR's e estradas estaduais. Bem como, a reforma e ampliação do Distrito Industrial e a instalação do novo Parque Industrial de Rio Branco.

Dos grandes investimentos são conquistas importantes, ainda, a condição de área livre de aftosa, que garante competitividade à pecuária acreana, as mais de 13 mil propriedades rurais atendidas com energia elétrica, às fábricas de processamento de madeira que estão sendo instaladas em Rio Branco e Xapuri, a Terceira Ponte e o Anel Viário de Rio Branco, a Estrada do Pacífico e a ponte Bi-Nacional Brasil-Perú em Assis Brasil, as agroindústrias para a produção familiar espalhadas em todo o Estado, dentre tantas outras.

Os resultados do trabalho do governo e da capacidade da sociedade acreana em dar a voltar por cima começam a aparecer. Como exemplos podem ser citados o crescimento da produção agrícola, a ampliação da participação do setor florestal na economia, o forte crescimento do rebanho bovino, que saltou de 900 mil para 2,4 milhões de cabeças. Enfim, em sete anos, o PIB do Estado praticamente dobrou (de R\$1,7 bilhão em 1999 para 2,4 bilhões em 2005), tendo sido ampliada fortemente a participação da economia local na sua composição.

Em meio a todo esse contexto favorável, podemos, afirmar com toda certeza que estamos no caminho certo, e que o processo de Desenvolvimento Sustentável implementado pelo Governo do Estado se consolidou. A economia foi dinamizada com iniciativas que além de aumentar nossa ca-



pacidade produtiva, tornaram o Estado atrativo para os investimentos privados. A área social virou prioridade de Governo com iniciativas integradas que melhoraram a qualidade de vida da população. Da mesma forma, a preocupação com o meio ambiente sempre esteve no centro das estratégias de Governo, com a exploração racional e equilibrada dos recursos da naturais.

Mas a manutenção e desenvolvimento destes resultados positivos derivam-se de políticas ainda em curso e que necessitam de mais tempo de maturação. Dessa forma, nesse novo momento o Governo situa seu foco nas políticas micro-econômicas do desenvolvimento. O Governo passará a agir com medidas específicas, que intervêm nas cadeias e arranjos produtivos prioritários promovendo os ajustes, sincronismos e aportes de assistência técnica, crédito, tecnologias, processamento industrial e acesso a mercados com a eficiência necessária, para que possam avançar como atividades econômicas que promovam o desenvolvimento sustentado do Estado.

Os investimentos na educação serão ampliados, avançando na criação do sistema estadual, garantindo apoio aos municípios para fortalecimento de suas redes, ensino superior em todo o estado e formação profissional aos jovens. As políticas de saúde serão intensificadas, com ênfase na elevação do padrão gerencial do sistema, procurando ampliar a cobertura da rede assistencial básica e melhorar o atendimento ao cidadão.

Nesse processo, a busca de resultados pelo Estado, terá como característica principal a inserção dos destinatários das políticas públicas no cerne do processo de planejamento.

Isso não descaracteriza o modelo de desenvolvimento sustentável defendido pelo Governo, ao contrário reafirma. Nesse novo momento usaremos a experiência e aprendizado do passado, para concretizar

uma Gestão Pública voltada para resultados, materializando o futuro promissor que se apresenta.

Para a efetivação dos resultados propostos para a gestão 2007-2010, será fundamental a parceria com o Governo Federal, através de transferências voluntárias, e essencialmente, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC. Muitos dos recursos que financiarão as obras de Infra-estrutura de Logística, Transporte, Energia e Saneamento são oriundos do PAC.

Da mesma forma terá continuidade o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, em parceria com organismos financeiros nacionais e internacionais, tais como, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre/ PROACRE, em parceria com o Banco Mundial – BIRD.

Para uma melhor compreensão, o Plano foi organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta em resumo a metodologia, os principais conceitos e as diretrizes que caracterizaram o processo de **Planejamento Estratégico Governamental** que culminou com a elaboração do Plano Plurianual do Acre 2008/2011.

A partir do segundo capítulo a estrutura será temática: **Economia Sustentável, Desenvolvimento Social, Infra-estrutura e Gestão Participativa**, que representam os principais grupos de atuação governamental. Como recurso didático, todos eles foram distribuídos em duas sessões. A primeira descreve, resumidamente, as grandes realizações e resultados dos últimos oito anos, e a segunda elenca as diretrizes estratégicas para a nova gestão.



Planejamento Estratégico Governamental

Para a gestão 2007-2010, o planejamento estratégico governamental definiu como **visão de futuro**: ACRE COMO O MELHOR LUGAR PARA SE VIVER NA AMAZÔNIA. Esta visão não está, unicamente, ligada à melhoria dos indicadores sociais e econômicos, mas relaciona-se diretamente a qualidade de vida, sensação de bem estar e confiança da população frutos de uma realidade em que a Sociedade e o Governo caminham juntos em busca do desenvolvimento com oportunidade para todos.

Para que as iniciativas de Governo conduzam o Estado para o alcance de sua Visão de Futuro, é preciso que as definições estratégicas sejam alinhadas e efetivadas através de um conjunto de ações que produzam resultados concretos e mensuráveis. Dessa forma, visando o alcance da visão de futuro foram definidos três grandes **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**:

- a) garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos;
- b) fortalecer o setor privado para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva em forte base florestal;
- c) promover o empoderamento das comunidades.

Para execução destes objetivos, o governo organizou suas ações em quatro grandes eixos, objetivando uma atuação mais direcionada por meio de políticas públicas com foco para as diferentes camadas sociais da população.

Portanto, para enfrentar esse desafio e considerando diversos instrumentos de planejamento e decisão já disponíveis, como Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Desenvolvimento Humano - IDF e o Indicador de Sustentabilidade dos Municípios - ISMAC, o Governo

definiu quais serviços básicos a serem universalizados, as zonas (microrregiões) prioritárias que concentrarão os serviços universais, e as zonas (região) de maior dinâmica econômica em condições de oferecer oportunidades para todos.

Os Serviços Básicos Universais (SBU) compreenderão ações de: segurança alimentar, educação, saúde, saneamento e habitação.

As Zonas Prioritárias de Atendimento (ZAPs) são caracterizadas por agrupamentos de mais de 15 famílias dispersas em todo o território acreano, localizadas em regiões rural/florestal e urbana de alta vulnerabilidade ambiental e baixo capital humano. O Plano do Governo prevê atuação em aproximadamente 1.000 ZAPs, sendo 700 rural/florestal e 300 urbanas. Essas comunidades deverão necessariamente ter um Plano de Desenvolvimento Comunitário - PDC elaborado e gerido pelas próprias comunidades. O Governo do Estado está buscando a parceria do Banco Mundial - BIRD para o desenvolvimento dessa ação.

Nas regiões de maior dinâmica econômica, localizadas na área de influência direta das rodovias federais BR-317 e BR-364, o Governo atuará buscando conter o desmatamento, reverter o impacto ambiental e social, consolidar empreendimentos de base florestal, promover novos negócios estratégicos e reinserir áreas alteradas/degradadas no processo produtivo. Essas regiões são denominadas Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZED (baixa vulnerabilidade ambiental e alto capital humano).

Dessa forma os quatro grandes **eixos de ação** para direcionamento dos programas de governo, ficaram assim definidos:

- a) Ações Emergenciais;
- b) Ações Emancipatórias;

- c) Ações Básicas;
- d) Ações de Desenvolvimento.

Partindo destes eixos o Governo estruturou suas ações através de um conceito inovador na Gestão Pública Brasileira: **Programas Estruturantes**. Estes são os programas estratégicos concebidos pelo governo onde são alocados prioritariamente os recursos financeiros e dos quais se espera os maiores impactos para o benefício da sociedade. Estes programas representam, fundamentalmente, as principais diretrizes oriundas do planejamento estratégico governamental, tendo em vista o alcance da visão de futuro e dos objetivos estratégicos. Serão monitorados intensivamente visando acompanhar o cumprimento de suas metas. O Governo disporá de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade que permitirão visualizar o alcance das políticas públicas.

A premissa básica para a definição do portfólio de Programas Estruturantes que estão presentes no PPA 2008-2011, foi à capacidade destes produzir benefícios concretos para a sociedade. Para sua definição, era fundamental o

compromisso com a qualidade do gasto público, gestão inovadora e eficiente, bem como integração e descentralização das ações.

Cada Programa Estruturante é composto por vários Projetos Prioritários que estão diretamente vinculados ao cumprimento de seu objetivo. Os **projetos prioritários** serão as ações executadas diretamente nos orçamentos anuais.

Compõem ainda, a matriz de planejamento estratégico do Governo do Estado os Programas Complementares e seus respectivos projetos, que são de suma importância para administração estadual por contemplar as prioridades setoriais não atendidas nos Estruturantes. Incluem-se neste escopo: programas de manutenção da máquina administrativa; os programas padronizados de apoio à administração pública e de obrigações especiais, em que se destacam, respectivamente, as despesas de pessoal e as despesas com inativos; programas desenvolvidos pelos outros Poderes. Enfim, aqueles programas tipicamente de atividades “meio” que não possuem atributos de Estruturante, mas que possuem importância significativa no conjunto das ações.

A figura abaixo apresenta o Mapa Estratégico do Estado do Acre, que resume todo o Processo de Planejamento Governamental para a gestão 2007-2010.



Economia Sustentável

Grandes esforços foram empreendidos para garantir a infra-estrutura de transporte e escoamento da produção no Acre durante os últimos oito anos. Nesse período, o Governo do Estado pavimentou 467 km de estradas, entre federais e estaduais, superando a marca de todos os governos anteriores (que juntos totalizavam 457,5km). Foi implementado o Programa de Melhoria de Ramais que apenas no ano de 2005, recuperou 5 mil km, do total de 8 mil existentes, beneficiando milhares de produtores rurais.

Com o apoio do Governo Federal, 11 mil famílias foram beneficiadas com eletrificação rural, através do Programa Luz para Todos, representando uma verdadeira revolução nas áreas rurais-florestais atendidas.

Em parceria com os movimentos sociais, o governo articulou junto às agências financeiras a ampliação do volume de recursos para crédito

rural, que saltou de 8.575 operações, com aplicação de R\$46 milhões em sete anos (1991-1998), para 34.156 operações (1999 a 2006), envolvendo um montante de R\$ 304 milhões.

A agricultura foi tratada com respeito e seu crescimento comprova isso. Houve aumento de 50% da área cultivada com culturas anuais e 91% no plantio de culturas perenes (1998 a 2004). No mesmo período, a produção de grãos cresceu 84% e a de mandioca 91%. O mesmo deu-se com a pecuária, que registrou expressivo crescimento no período entre 1999 e 2006. O rebanho bovino cresceu 167%, atingindo a marca de 2,5 milhões de cabeças. E o melhor, sem que tenha havido aumento da pressão sobre a floresta. Esses resultados devem-se, acima de tudo, ao uso intensivo de tecnologias, o que prolongou a vida produtiva e elevou a capacidade média de suporte das pastagens. Outra importante vitória foi à



erradicação da Aftosa, tendo o Acre conquistado a condição de Zona Livre de Aftosa/com vacinação, abrindo espaço para a exportação da carne bovina, considerada de excelente qualidade.

Os dados comprovam que as intervenções realizadas pelo governo foram exitosas. Permitiram ganhos de eficiência no setor produtivo em geral, melhorando os indicadores em todas as áreas. Entretanto, uma área sobressaiu-se: o setor florestal aumentou seu valor bruto de produção em 117%, elevando sua participação no PIB do Estado de 7,4% (1998) para 18,0% (2006).

Na indústria, os incentivos criados possibilitaram a recuperação e ampliação do antigo Distrito Industrial e a construção do Novo Parque Industrial no Segundo Distrito de Rio Branco, beneficiando 82 indústrias, com montante de recursos privados aplicados da ordem de R\$100 milhões, gerando emprego e renda para milhares de pessoas.

Essas intervenções de sucesso nos setores econômicos repercutiram também nos resultados das exportações, que saltaram de US\$834 mil em 1998 para US\$19 milhões em 2006.

Nessa nova gestão o Governo do Estado dará continuidade a essas políticas, ampliando os programas de atração de investimentos privados e do marketing de produtos prioritários, visando sua exportação. A base de produção agropecuária será ampliada, sem novas investidas sobre a floresta. Para isso, será priorizada a reincorporação ao processo produtivo das mais de 210 mil hectares de áreas degradadas e hoje abandonadas, com o governo investindo em tecnologia, assistência, mecanização e outros meios necessários.

O desafio é elevar a produção e a produtividade dos setores prioritários, com melhoria e ampliação da infra-estrutura de beneficiamento, armazenamento e garantia da comercialização, criando ambiente favorável ao florescimento de uma economia sustentável, com oportunidades para todos.

O tema Economia Sustentável recebeu tratamento amplo neste documento. Por isso, ele foi distribuído em quatro componentes, com cada um contendo breve contextualização e as propostas para o futuro. Alguns componentes



foram organizados em unidades, para facilitar a compreensão.

São eles:

1. Componente I - **Economia Florestal;**
2. Componente II - **Agropecuária, Agrofloresta e Extrativismo;**
3. Componente III - **Políticas Transversais;**
4. Componente IV - **Turismo.**
5. Componente V - **Meio Ambiente**





Ampliação e Consolidação da Economia Florestal

Num ambiente de globalização das economias, marcado por intensa competição entre as empresas, as possibilidades de desenvolvimento de um Estado como o Acre estão assentadas na definição clara de sua vocação e no adequado aproveitamento do potencial que dispõe. Durante muito tempo, prosperou por aqui o debate se a vocação do Acre era agropecuária ou extrativista. Hoje, o consenso estabelecido é que há espaço para todos. Uma atividade, porém, assume cada vez mais a condição de força estruturante do desenvolvimento econômico local: a chamada economia florestal.

Nesse sentido, grandes investimentos estão sendo realizados na criação de uma base produtiva florestal voltada para exportação, como exemplo o programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, conhecido como “Projeto BID”. Esses investimentos vão desde a criação de florestas públicas de exploração até a atração de grandes e médias indústrias de processamento florestal, passando pela formação de capital humano e adensamento da organização e capacidade de gestão das comunidades. Dessa forma,

em breve o Acre contará com uma atividade econômica realmente forte e assentada em bases sustentáveis, garantindo renda e bem estar para sua população hoje e no futuro.

No Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre estão elencadas as necessidades e definidos os investimentos estratégicos para o desenvolvimento do setor. Eles visam criar o ambiente institucional adequado à gestão eficiente e regulação criteriosa da exploração dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros do Estado.

Neste momento, o setor florestal está assim organizado:

Suprimento de Matéria-prima

A indústria florestal acreana é atendida a partir de diferentes fontes de suprimento de matéria-prima:

- Planos de Manejo Florestal Sustentável (empresarial, comunitário e simplificado);
- Florestas Públicas (estadual ou federal);
- Outras fontes, incluindo desmatamentos autorizados pelo IMAC/IBAMA.



Em 2002, apenas 5,7% das nossas laminadoras, serrarias e processadoras de madeira utilizavam matéria-prima oriunda exclusivamente de áreas manejadas. Esse cenário mudou. Atualmente, 84% de toda a madeira comercializada no Acre provem de planos de manejo, demonstrando o acerto da política adotada pelo Governo da Floresta em incentivar a atividade florestal. Nos últimos anos, a área de manejo florestal autorizada para exploração aumentou praticamente 10 vezes, com a predominância de áreas de manejo de porte empresarial.

O Acre possui 6 milhões de hectares potencialmente aptos para o suprimento de matéria-prima para a indústria florestal. Destes, 2,7 milhões de hectares são florestas comunitárias (RESEX e PAE), 1,5 milhão de hectares de florestas públicas e 1,8 milhão de hectares reservados ao manejo florestal empresarial. A isso se somam a criação de florestas estaduais, do Viveiro da Floresta, para produção de até 4 milhões de mudas/ano e de programas de formação superior e técnica em manejo florestal.

Dessa forma as ações estratégicas definidas para o desenvolvimento do setor florestal no Estado, objetivam:

- Garantir o abastecimento de matéria-prima florestal para as indústrias, através da ampliação de Planos de Manejo em florestas públicas, privadas e comunitárias;
- Implantar o Programa Estadual de Florestas contemplando a definição de diretrizes para planos de manejo, melhoria no processo produtivo (redução de resíduos) e

criação e estruturação do Serviço Estadual de Florestas;

- Implantar o Programa de combate à grilagem, em áreas de RESEX e Florestas Estaduais de Produção, com a atualização do cadastro fundiário.

Atração de Investimentos

A base da sustentabilidade do negócio florestal no Acre está diretamente relacionada à atração de investidores privados. Os investimentos realizados pela iniciativa privada e pelo governo, entre 2003 e 2006, somam mais de R\$ 245 milhões. Desses os principais foram:

- implantação do novo parque industrial;
- implantação dos pólos moveleiros de rio branco e xapuri;
- implantação do distrito moveleiro de cruzeiro do sul, em execução;
- instalação de uma fábrica de compensados;
- instalação de uma fábrica de faqueados/laminados;
- instalação de cinco indústrias de beneficiamento piso/deck/troncos instaladas;
- instalação do complexo industrial do juruá piso/compensado/lâmina/faqueado, em execução;
- construção do complexo florestal industrial de xapuri (público);
- construção da Fábrica de Preservativos masculinos, em Xapuri, em execução (público).

Para a gestão 2007-2010 serão ampliados os programas e investimentos voltados à atração





de novas indústrias florestais. Para isso serão utilizados instrumentos como incentivos, garantia de matéria prima de origem manejada, crédito e apoio à certificação.

Serão realizadas, ainda, ações junto às instituições financeiras, objetivando a criação de políticas de crédito voltadas às atividades de manejo e produção florestal. Buscar-se-á a ampliação de linhas de crédito para aquisição de equipamentos, bem como a facilitação do acesso ao crédito disponível (penhora da safra), custeio e financiamento da safra.

Fortalecimento da Indústria e Mercado

A atração de novos investidores e a manutenção da economia florestal já estabelecida estão diretamente relacionadas à competitividade da indústria. Portanto, é fundamental garantir qualidade e preços adequados ao mercado, considerando aspectos como transformação industrial, logística, infra-estrutura e empreendedorismo.

Nos últimos anos, o governo investiu na recuperação e fortalecimento da indústria. Recuperou o Distrito Industrial e construiu o Novo Parque Industrial. O programa de Promoção

de Negócios da Agência de Negócios do Acre – ANAC e a Política de Incentivos às Atividades Industriais – COPIAI, têm sido essenciais para atração de novos capitais industriais.

Para continuidade dessas ações de fortalecimento do Setor Industrial o Governo desenvolverá as seguintes ações:

- Ampliará as ações para atração de indústrias de móveis e processamento de produtos madeireiros e não-madeireiros de alto valor agregado.
- Ampliará os investimentos na melhoria de logística, para escoamento da produção, da automação e mecanização.
- Articulará linhas de incentivo para aquisição de equipamentos, com diminuição de ICMS e outros.
- Fortalecerá o Programa de capacitação de mão-de-obra para atividades florestais, através da Escola da Floresta e outras parcerias governamentais e privadas.

Aspectos Legais

Para desenvolvimento de todas essa mudança na área florestal, foram feitos esforços para criação de legislação estadual capaz de normatizar adequadamente o setor. Trata-se de extenso conjunto de Leis, Decretos, Portarias e outros instrumentos que afetam direta ou indiretamente a atividade florestal.

Entre os resultados do trabalho realizado, destacam-se a criação da Lei Estadual Florestal (Lei 1.426/01), a regulamentação da nova legislação através de Decretos, Portarias e Instruções Normativas, e a implementação do Conselho e do Fundo Florestal.

Encontram-se elaboradas as minutas da Lei de Concessão Florestal, Lei da Biodiversidade e e





Controle do Acesso aos Recursos Genéticos, Lei Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, Gestão Direta de Floresta Pública, Fundo Florestal e Conselho Estadual de Floresta, regulamentação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, regulamentação da Lei Estadual de Biodiversidade, revisão da Lei Florestal Estadual. A Lei de Concessão de Posse nas Florestas Estaduais, inclusive, já se encontra aprovada.

Nessa nova gestão o governo ampliará as estratégias para estabelecimento de políticas públicas adequadas à realidade acreana. Dessa forma buscará garantir um ambiente de segurança ao produtor e investidor florestal, facilitando o desenvolvimento da área como um todo, garantindo o cumprimento dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do setor.

Gestão Florestal

Os esforços empreendidos pelo Governo do Estado para incentivar o manejo florestal, atrair novos investidores e organizar o setor florestal têm sido determinantes para o crescimento da capacidade de gestão empresarial e ambiental das empresas acreanas.

O Acre tornou-se pioneiro na gestão de Florestas Públicas, servindo como modelo para os demais Estados, a exemplo da Floresta Estadual do Antimary, que é a única Floresta Pública certificada e em operação, no país.

Implantado recentemente, o Escritório de

Manejo tem atuado na regularização fundiária de posseiros, em áreas privadas de manejo, com 300 titulações em andamento, resultado da parceria MPE/ITERACRE/IMAC/SEF. Através do Programa de Habilitação de Florestas, foram elaborados 395 Planos de Manejo comunitários.

Para continuidade deste processo, esses esforços serão intensificados, com destaque para o investimento em reflorestamento e plantio de espécies florestais (recuperação de áreas degradadas, reposição florestal, implantação de sistemas agroflorestais e arborização de vias urbanas), numa perspectiva inovadora de incentivar plantios comunitários, vinculando a venda de seus créditos às empresas privadas.

Outro destaque será a ampliação, diversificação e descentralização da assistência técnica florestal, tendo como foco as cooperativas de serviços.



Agropecuária, agrofloresta e extrativismo

Investimentos realizados pelo Governo do Acre, nos últimos oito anos, vêm revitalizando as atividades agropecuárias e minimizando seus impactos sobre a floresta. No período de 1998 a 2004, foi constatado aumento de 50% da área com culturas anuais, e de 91% no plantio de culturas perenes. No mesmo período, a produção de grãos cresceu 84%, e a mandioca, produto genuinamente acreano, 91%.

Na pecuária, os dados são também expressivos: enquanto o rebanho bovino no Acre cresceu cerca de 416%, entre 1990 a 2004, a área desmatada cresceu quase três vezes menos (gráfico 1).

Isto só foi possível graças à adoção de tecnologias que contribuíram para o prolongamento da vida produtiva média das pastagens, passando de 3-5 anos para 10-20 anos; e o aumento da capacidade média de suporte das pastagens no Estado, passando de 1,1 cabeças/ha, em 1970, para 1,54 cabeças/ha, em 2004. Em 2005, o rebanho bovino atingiu 2.4 milhões de cabeças, distribuído em 18.489 propriedades, das quais 95,4% possuem até 500 cabeças de gado, respondendo por 50,4% do rebanho do Estado.

Esse aumento na capacidade de suporte das pastagens entre 1970 e 2004 (38%) - que proporcionou economia em área desmatada de 630.000 ha -, é um bom exemplo dos resultados que o esforço conjunto das instituições públicas e do setor privado pode proporcionar.

Nos próximos anos, com a conversão dos sistemas agropecuários tradicionais em sistemas sustentáveis de produção, a agropecuária dará uma



Gráfico 1 - Evolução do Rebanho Bovino e da Área Desmatada no Estado do Acre entre 1990 e 2004



Impacto da intensificação dos sistemas de produção nas projeções de desmatamento e na área de pastagens, para a pecuária no Acre, em 2010

Cenário	Taxas de Lotação das Pastagens		Área de Pastagem Necessária (ha)	Desmatamento Adicional (ha)
	Cebeça /ha	UA/ha		
Sistemas de Produção mantêm o nível tecnológico atual	1,54	1,12	3.483.495	2.148.279
Intensificação moderada dos sistemas de produção	2,50	2,0	2.145.833	810.617
Sistemas intensivos de produção a pasto	3,50	2,8	1.532.738	197.522

contribuição decisiva para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do Estado. O setor proporcionará aumento de arrecadação de impostos e geração de divisas, por meio da redução das importações e aumento das exportações de produtos com maior valor agregado. Seu alvo são os mercados nacional e internacional.

O Estado intensificará os investimentos em tecnologias, com foco no aumento da produção e produtividade em áreas já desmatadas. A recuperação de áreas degradadas para uso em sistemas agropecuários intensivos, será uma alternativa para que os produtores minimizem o desmatamento.

Com a adoção dessas tecnologias nas áreas atualmente cultivadas, é possível aumentar a produção de milho, arroz e feijão em aproximadamente 114%, 78% e 84%, respectivamente, com o valor bruto da produção passando de R\$ 38,6 milhões para R\$ 88,05 milhões, sem necessidade de desmate de novas áreas.

A consequência imediata da implantação de sistemas intensivos de produção de grãos (arroz, feijão e milho), nestas áreas, é a elevação da produção para escala industrial, oportunizando o estabelecimento das atividades de criação de galinha caipira ou de granja, de suínos, além do fortalecimento da piscicultura.

a) Pecuária Sustentável

A produção animal é uma das principais atividades econômicas do setor primário do Acre. As

atividades de pecuária bovina de corte e de leite foram responsáveis por 71% e 16% do valor bruto da produção animal anual, respectivamente. Já a suinocultura, avicultura e outras criações representam 7%, 4% e 2% (IBGE, 2005).

Dessa forma, para o desenvolvimento do setor o governo fomentará a pecuária de leite intensiva, proporcionando aumento significativo de produtividade e rentabilidade nas pequenas e médias propriedades.

O governo intensificará as políticas destinadas a apoiar a profissionalização da atividade agropecuária. Envolverá os produtores no processo de discussão, para que adotem processos alternativos ao tradicional desmate/queima. Estimulará, ainda, a recuperação de áreas degradadas e a sua re-incorporação aos processos produtivos, buscando elevar os índices de produtividade acima da média nacional. Com isso, será possível o estabelecimento de sistemas muito mais intensivos, no uso de mão-de-obra, em relação aos sistemas agrícolas tradicionais, gerando produção em escala industrial, destinada a abastecer outros mercados consumidores, fortalecendo a economia local.

Implantação da Agropecuária em Escala Industrial

As iniciativas nessa área serão destinados a apoiar à produção em escala industrial, facilitando o acesso dos produtores ao crédito, incorporando, no mínimo, 50% das áreas de capoeiras

existentes. Ao final de quatro anos, será possível a recuperação de mais de 107 mil hectares, envolvendo todas as regionais do Estado. Com foco no desenvolvimento regional sustentável, estas serão as principais ações:

- Fortalecer a economia local;
- Aumentar a oferta de alimentos para as populações de baixa renda;
- Reduzir o custo dos produtos alimentícios;
- Melhorar o abastecimento dos municípios do interior;
- Aumentar a renda e gerar empregos;
- Produzir excedentes exportáveis.

Fomento da Avicultura, Piscicultura e Suinocultura

- Implantar Fábricas de Ração;
- Implantar Centrais de Incubação;
- Implantar Unidades de Produção de matrizes e reprodutores Suínos;
- Implantar Unidade de processamento e filetagem de pescado, destinado à exportação;
- Incentivar a iniciativa privada para a instalação de Unidades de Produção Integrada de Suínos e Aves.

Fomento ao Processamento Agroindustrial de Matérias Primas Agropecuárias

- Apoiar a elaboração de projetos e capta-



ção de recursos para implantação de novas agroindústrias nas regionais;

- Garantir assistência técnica na área de tecnologia de alimentos (Implantação de Boas Práticas Florestais e certificação sanitária);
- Capacitar recursos humanos para o gerenciamento técnico e administrativo de agroindústrias já existentes.

Apoio à Pecuária Bovina Sustentável

- Ampliar a assistência técnica para a modernização dos sistemas de pecuária de leite dos pequenos produtores;
- Incentivar o melhoramento genético do rebanho leiteiro;
- Fazer a promoção (marketing) do “Boi Verde” do Acre, no mercado nacional e internacional;
- Aumentar os investimentos em defesa sanitária;
- Definir as zonas de produção pecuária de acordo com o ZEE-AC;
- Motivar a iniciativa privada para a habilitação de frigoríficos para exportação de produtos e subprodutos da pecuária;
- Incentivar a iniciativa privada para implantação de planta industrial de couro acabado;
- Incentivar os laticínios para implantação do processamento de leite em embalagem longa vida;
- Apoiar a implantação de novos laticínios em municípios do interior, em adição à implantação de unidades de resfriamento de leite, junto às associações de pequenos produtores.



Fomento à produção de Farinha em Áreas Recuperadas

- Promover o aumento da produção, para superar 1.250 mil toneladas anuais;
- Aumentar em 11% a área cultivada com mandioca, atingindo mais de 50 mil hectares;
- Elevar a produtividade da cultura acima de 25 t/há., representando um incremento de 31%;
- Modernizar as técnicas de cultivo, melhorando os ganhos econômicos para as famílias envolvidas.

b) Fortalecimento da Produção Familiar e do Extrativismo

Um dos grandes desafios do Governo do Estado em 1999 era tirar o pequeno produtor agrícola e o seringueiro extrativista do abandono e atraso em que se encontravam. Ambos enfrentavam grandes dificuldades para produzir e vender seu produto. O poder público, a mais de uma década, não prestava o atendimento necessário. A infra-estrutura produtiva criada na década de 1970, fora toda destruída nos anos 80 e início da década seguinte, quando faliram a CAGEACRE, COLONACRE, EMATER, CILA e CODISACRE. Sem recurso para suprir tal ausência, ao produtor familiar não restava alternativa senão diminuir a área plantada e voltar-se para a lavoura de subsistência. Ao extrativista, quase sempre, o destino era pior: engrossar as filas do desemprego e sofrer humilhações nas cidades.

Em meio a este cenário desfavorável, nos últimos oito anos grandes esforços foram realizados para dar conta daquele desafio. Investimentos foram direcionados para reconstrução ou mesmo ampliação da infra-estrutura, bem como para a criação de condições técnicas e de acesso a crédito pelos produtores. Com a Lei Chico Mendes, foi criado o subsídio da borracha, fazendo com que ela voltasse a ser competitiva no mercado nacional. Os ramais voltaram a ser recuperados todo ano, e o Zoneamento Ecológico Econômico gerou informações de qualidade sobre as potencialidades regionais, direcionando as políticas e os investimentos nos municípios.

Ainda falta muito para que a agricultura fami-



liar e o extrativismo ocupem o espaço que lhes é devido. Mas os investimentos feitos pelo Governo do Estado alteraram bastante a dura realidade encontrada.

Esse é um processo em curso, que precisa ser ampliado e consolidado. Para isso o Governo do Estado irá fortalecer as atividades produtivas com maior potencial de mercado, direcionando-as tanto para a substituição de importação quanto para mercados externos. De forma que possam incorporar novas tecnologias, elevando sua produção e produtividade, o que garantirá, ainda, crescimento produtivo sem novas investidas sobre a floresta.

Dessa forma, para os próximos quatro anos, a parceira Governo/Sociedade definiu como es-



estratégia de governo para fortalecer a produção familiar: ampliar e melhorar as políticas de apoio à produção rural e florestal, intensificando a parceria do governo com os movimentos sociais e organizações representativas.

Nesse sentido as principais medidas serão:

I. Garantir a recuperação de áreas alteradas, reincorporando-as ao processo produtivo, através de:

- ampliação das iniciativas de recuperação de áreas degradadas e de capoeira, com o uso de mecanização agrícola, insumos e uso de leguminosas no preparo do solo, (Exemplos: garantir oferta de calcário para as pequenas propriedades e garantir isenção de ICMS para o óleo diesel usado na mecanização de áreas degradadas);
- criação de linhas de crédito para iniciativas de manejo de pastagens, através da utilização de leguminosas, alternativas ao uso do fogo e para a aquisição de máquinas e equipamento agrícolas;
- incentivo ao reflorestamento de áreas alteradas, com espécies madeireiras e frutíferas, compondo Sistemas Agroflorestais, através da disponibilização de mudas;
- criação de mecanismos específicos de proteção à produção familiar da Amazônia, visando reduzir os riscos climáticos e de mercado, associados aos cultivos perenes.

II. Apoiar e fomentar as iniciativas de processamento de produtos

No processo de verticalização da produção é importante trabalhar a agregação de valor aos produtos, e esta foi uma prioridade fundamental do Governo do Estado nos últimos anos. As agroindústrias tiveram uma atenção especial, principalmente nos Arranjos Produtivos prioritários. Na nova gestão, serão criados meios de fomento à agroindústria da produção de base familiar, contemplando:

- Modernização das unidades de processamento e agroindústrias instaladas;
- Implantação de unidade de processamen-

to de mandioca para fécula;

- Implantação de fábrica de ração para aves e peixes;
- Ampliação do apoio às iniciativas de processamento dos produtos não-madeireiros;
- Incentivo ao processamento de produtos hortifruti.

III. Garantir a infra-estrutura para o armazenamento da produção agrícola e extrativista, através de:

- Modernização dos armazéns da rede pública;
- Ampliação dos armazéns comunitários para a castanha;
- Construção de infra-estrutura de armazenagem para grãos nas áreas produtivas;
- Apoio aos sistemas de armazenamento familiar, em áreas de difícil acesso.

IV. Ampliar a infra-estrutura para transporte e escoamento da produção, com controle social



Antes de 1999, o Estado contava com estrutura precária para atender as demandas das estradas vicinais (ramais). A partir de 2003, O governo do Estado implementou uma nova sistemática na execução do trabalho de recuperação dos ramais, quando se reuniu com os movimentos sociais em cada município, estabelecendo critérios e prioridades para as demandas propostas e criou uma comissão formada pelos trabalhadores rurais, governo, prefeituras e Incra, para o acompanhamento e fiscalização das ações. Nessa nova lógica, o setor produtivo definiu as prioridades de execução da infra-estrutura. Com isso, foram beneficiados cerca de 60% dos produtores rurais e recuperados 5.300 km, somente em 2005.

Para continuidade dessas ações, O Governo do Estado levará em consideração os limites reais de solução da extensa malha de vicinais no Estado. Por isso, vincular a melhoria de vicinais aos núcleos produtivos prioritários é um caminho a ser construído.

A infra-estrutura pública tem maior facilidade de financiamento quando ele é voltado para regiões produtivas ou geradoras de riquezas. Muitas vezes a própria atividade encarrega-se de viabilizar esse processo. Assim, é fundamental a indução de pólos produtivos como forma de facilitar o acesso dos produtores aos mecanismos de viabilização de infra-estrutura, por meio público ou parcerias.

Considerando que a melhoria da malha viária é fundamental, tanto para o escoamento quanto para a intensificação da produção, tem-se como meta para a nova gestão avançar nos programas de:

- Ampliar o investimento anual na manutenção de ramais, garantindo maior cobertura às comunidades rurais e integrando os investimentos em transporte às políticas de fortalecimento da produção agroextrativista, florestal e agropecuária;
- Garantir trafegabilidade o ano todo nas linhas-tronco, que dão acesso aos projetos de assentamento, com asfaltamento ou picarramento dos pontos críticos (atoleiros), bem como a construção de pontes e bueiros. Serão, ainda, intensificados esforços na melhoria dos serviços de manutenção de ramais em geral, buscando-se a incor-

poração de novas tecnologias para tratamento do solo, na recuperação das vias;

- No programa de melhoria de ramais o foco será o estabelecimento de parceria, buscando a descentralização dos serviços (divisão de responsabilidades na manutenção e definição das metas anuais com os beneficiários) e priorizando áreas com cadeias produtivas já instaladas;
- Desobstruir os rios e igarapés com os mesmos princípios de parceria e descentralização dos ramais;
- Garantir transportes terrestre e fluvial, para escoamento da produção.
- Adquirir novas máquinas e equipamentos, visando atendimento aos municípios.

V. Promover, em parceria com as prefeituras, a infra-estrutura necessária para a comercialização local

Durante os últimos oito anos, buscou-se a ampliação dos espaços locais de comercialização, fortalecendo a economia solidária, aproximando o consumidor dos produtores rurais, através do apoio às reformas realizadas nos mercados e feiras livres municipais. Nesse contexto, ganha destaque as parcerias com as prefeituras municipais que serão estratégicas para garantir avanços nos meios de comercialização da produção familiar local.

VI. Ampliar o fomento à produção local para abastecimento interno

Nos últimos anos, a ampliação da produção



agroflorestal proporcionou o crescimento e a diversificação da oferta de produtos para o mercado local. Essa será uma das prioridades do Governo do Estado, a partir das seguintes ações:

- Incentivar a agricultura orgânica e agroecológica;
- Fomentar a horticultura e fruticultura em torno das cidades, inserindo a irrigação;
- Implantar uma central de incubação nas regiões estratégicas para distribuição;
- Fomentar a criação de animais de pequeno e médio porte;
- Introduzir tecnologia na piscicultura, adequadas à região, minimizando impactos ambientais;
- Ampliar a oferta de alevinos, através da recuperação e modernização da estação de piscicultura em Rio Branco;
- Ampliar a assistência técnica e creditícia

para infra-estrutura de apoio na despesca, transporte e armazenamento;

- Implantar unidade de processamento de pescado;
- Implantar programas de defesa vegetal, com foco em produtos estratégicos.

VII. Fortalecer o extrativismo

Diversas medidas vêm sendo implementadas desde 1999 para apoiar a produção extrativista e melhorar a vida das famílias seringueiras. Visando recuperar a produção de borracha, foi implantado um subsídio, através da Lei Chico Mendes, que hoje atende mais de 4.500 famílias. Em algumas regiões do Estado, o preço da borracha teve melhora de mais de 300% em relação a 1998, saindo de R\$0,50 para R\$2,10. Isso representa ganho de qualidade na vida dos seringueiros.

A política de apoio à borracha abriu novas possibilidades, como a parceria com a Pirelli para a fabricação do Pneu Xapuri e da construção da Fábrica de Preservativos (primeira no mundo a utilizar látex de seringal nativo). Com a implantação desta fábrica, estão sendo envolvidas setecentas famílias extrativistas e é previsto um incremento da ordem de R\$ 100 milhões no PIB do Estado.

Outro produto estratégico na política de Desenvolvimento Sustentável do Acre é a castanha-do-brasil, que recebeu atenção especial nos últimos anos com investimentos para sua industrialização. A construção de duas usinas de beneficiamento, em Xapuri e Brasiléia, permite o processamento de quase 50% da produção do Estado, hoje em torno de 10.000 ton. A renda das quatro mil famílias extrativistas envolvidas superou as expectativas, uma vez que a lata da castanha que custava R\$2,00 em 1998, hoje está em



torno de R\$12,00, chegando a atingir picos de R\$ 20,00. O Governo fortaleceu, ainda, o armazenamento e o manejo de boas práticas, garantindo maior qualidade à castanha.

Na próxima gestão essas ações serão ampliadas e fortalecidas, através de ações como:

- Criação de programas que visem o aumento da competitividade e sustentabilidade do setor, como o apoio à Certificação;
- Estímulo ao desenvolvimento de novos empreendimentos ligados aos produtos florestais;
- Fomento ao desenvolvimento e industrialização de novos produtos da amêndoa de castanha;
- Apoio ao Programa de Defesa Vegetal, com foco na castanha;
- Investimento no desenvolvimento das cadeias produtivas do açaí e murmuru.
- Ampliação dos incentivos aos produtos florestais não madeireiros;
- Utilização do fundo sócio-ambiental para fomento de atividades extrativistas e pagamento de serviços ambientais, tendo como base o Pró-ambiente;
- Ampliação da produção de látex para abastecimento da fábrica de preservativo.

VIII. Ampliar os Pólos e Quintais Agroflorestais

Nos últimos anos foram criados 14 pólos agroflorestais, em vários municípios do Estado, atendendo famílias que antes habitavam as periferias das cidades.

Os Pólos viabilizam o retorno de famílias de ex-seringueiros e agricultores para o meio rural, em assentamentos planejados, onde, para cada família, são garantidos pequenos lotes de terras de cinco a oito hectares, próximo aos centros urbanos, com infra-estrutura básica (habitação, ra-

mais, energia, escola, água). Assim, essas famílias, além da moradia, adquirem as condições necessárias para produzir, gerando renda e garantindo segurança alimentar. Com a mesma lógica, mas em lotes de meio a um hectare, também foram instalados os Quintais Agroflorestais.

IX. Fortalecer as associações e cooperativas para dar autonomia aos produtores

O projeto de desenvolvimento do Estado do Acre valoriza a ação coletiva e o respeito ao modo de vida do nosso povo. Por isso o empoderamento das comunidades a ponto destas figurarem com sujeitos ativos do processo é a estratégia que nos orienta ao longo do caminho.

Dessa forma, serão adotadas medidas visando criar novos espaços de participação da sociedade civil na gestão pública, além do fortalecimento e qualificação dos atualmente existentes. Mas, para isso, será necessário apoiar as organizações comunitárias e os movimentos sociais na qualificação de seus quadros, consolidando sua autonomia e buscando a autogestão. Nesse horizonte, destacam-se as principais ações:

- Abrir canais de participação das organizações, movimentos, associações e cooperativas em ações como melhoria de ramais, escoamento armazenamento e beneficiamento da produção;
- Criar um curso técnico de cooperativismo voltado para as comunidades, gratuito e com acesso exclusivo;
- Estimular a implantação de cooperativas de crédito rural;
- Incentivar a organização de cooperativas de mulheres;
- Implantar um programa permanente de qualificação comunitária em atividades organizativas, administrativas, negócios rurais, processos produtivos, entre outros.



Políticas transversais para a produção

A sociedade acreana tem diante de si o desafio de aumentar a produção e a produtividade de sua economia. Isso implica em ao mesmo tempo, fazer crescer o volume de produção nos arranjos prioritários, colocando-o em escala comercial, e dispor das condições de seu processamento industrial. O Governo da Frente Popular tem trabalhado ao mesmo tempo nas duas frentes.

Quanto ao crescimento da produção, as ações e propostas foram detalhadas nos Componentes *Consolidação da Economia Florestal e Fortalecimento e Modernização da Agropecuária, Agrofloresta e Extrativismo*. No que diz respeito à industrialização, é importante salientar que a infra-estrutura industrial básica e o marco legal necessário já estão assentados. Bem como, foram implantadas Políticas de Incentivo às Atividades Industriais e de Promoção de Negócios, com ênfase na exportação de produtos de alto valor agregado.

Essas iniciativas já criaram um novo ambien-

te no cenário da indústria no Acre. Aos poucos o Estado vai se tornando um centro de oportunidades para negócios sustentáveis, atraindo empresas voltadas para mercados de elevado padrão de exigência. Agora, com a iminência da rodovia até o Pacífico, o Estado está saindo da condição de “final de linha” para assumir posição geográfica estratégica para investimentos de grande porte voltados para exportação. O adequado aproveitamento dessa condição determinará nosso futuro.

Alicerces do processo de industrialização

Com ênfase na indústria podemos destacar algumas ações basilares. O Distrito Industrial de Rio Branco, por exemplo, que foi uma iniciativa de décadas atrás e que por muito tempo permaneceu abandonado, foi completamente recuperado. Além disso, o Governo do Estado construiu um novo Parque Industrial em Rio Branco e está iniciando a instalação do primeiro do Juruá, em



Cruzeiro do Sul. Essas iniciativas já renderam frutos: 82 indústrias se instalaram, com investimentos privados na ordem de R\$ 100 milhões, gerando milhares de empregos, entre diretos e indiretos.

Outros investimentos que contribuirão para alavancar a produção industrial e alterar o perfil da economia do Acre nos próximos anos foram a construção do Complexo Industrial Florestal em Xapuri, para produção de pisos de decks de madeira para exportação, os Pólos Moveleiros de Rio Branco e Xapuri, a Fábrica de Preservativos Masculinos (em construção), as duas Usinas de Beneficiamento de Castanha já implantadas, as três agroindústrias de polpas de frutas instaladas em Feijó, Brasília e Rio Branco, a implantação do Frigorífico de Aves do Alto Acre, que se encontra em fase final de instalação, com capacidade de abate de 4.000 aves/dia, dentre outros.

Destaca-se nesse cenário a implantação da Usina de Produção de Álcool e Açúcar (Álcool Verde), cuja viabilização exigiu muito trabalho do Governo. De triste memória dos acreanos a deterioração dos valiosos equipamentos da antiga Alcoobras. Como que renascida das cinzas, a Álcool Verde entra em produção já em 2007, gerando centenas de empregos diretos e renda para milhares de famílias dos projetos de assentamento do município de Capixaba.

A gestão 2007-2010 priorizará a atração de novos investimentos, o aumento da eficiência da infra-estrutura instalada, a ampliação da capacidade de inovação das empresas, abrindo novos caminhos para expansão das exportações. As propostas de ações indutoras para desenvolvimento da indústria no Acre estão intimamente articulada com os investimentos planejados para a infra-estrutura e para as políticas gerais de promoção do desenvolvimento sustentado do Estado. Dentre essas propostas destacam-se:

- Fortalecimento das políticas de incentivos às atividades industriais, de ampliação da infra-estrutura e atração de investimentos privados, principalmente nos arranjos produtivos prioritários;
- Implantação de infra-estrutura para beneficiamento de produtos estratégicos: agroindústrias, fábricas de ração, centrais de incu-

bação, unidades de produção de matrizes e reprodutores suínos, unidades de processamento e filetagem de pescado e unidades de processamento de mandioca para fécula;

- Fortalecimento da Agência de Negócios do Acre – ANAC visando o marketing de produtos prioritários nos mercados nacional e internacional e o aumento das exportações acreanas;
- Implantação de unidades de resfriamento de leite junto a associações de pequenos produtores, adequando às exigências da legislação federal;
- Incentivo aos laticínios para implantação do processamento de leite em embalagem longa vida;
- Capacitação de recursos humanos para o gerenciamento técnico e administrativo de agroindústrias e unidades de produção e processamento.

a) Garantia da Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal

A assistência técnica e extensão agroflorestal é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do setor produtivo. Nos últimos anos o Governo do Estado modificou a natureza de suas



ações de ATER. Deixou de lado o atendimento voltado basicamente às demandas relacionadas ao crédito rural difusionista, passando a atender as diversas atividades econômicas de base familiar, respeitando e incorporando temas como segurança alimentar e nutricional, economia solidária, associativismo, gênero e etnias.

Foram implantadas importantes inovações, a exemplo do Programa Estadual de Extensão Florestal, atendendo 650 famílias que trabalham com manejo florestal de uso múltiplo (madeireiro e não-madeireiro) e o Programa de Extensão Indígena, que já atende 388 famílias de 4 etnias.

O governo também investiu na ampliação e melhoria da qualidade desses serviços, como estratégia de promover a diversificação das atividades produtivas e aumentar a renda familiar. Para tanto, além de reestruturação e modernização das instalações físicas em todos os municípios e aquisição de veículos, investiu na ampliação do número de extensionistas passando de 55 (1998) para 255 (2005), incluindo os agentes agroflorestais indígenas – um crescimento de 500%.

Para melhoria e continuidade desses serviços, o Governo do Estado intensificará os esforços para garantir ATER aos produtores, e para tanto definiu as seguintes ações estratégicas:

- Ampliar a descentralização geográfica (municípios) e setorial (manejo florestal de uso múltiplo, agropecuária, agroextrativismo etc) dos serviços, estruturando e consolidando as cadeias produtivas prioritárias;

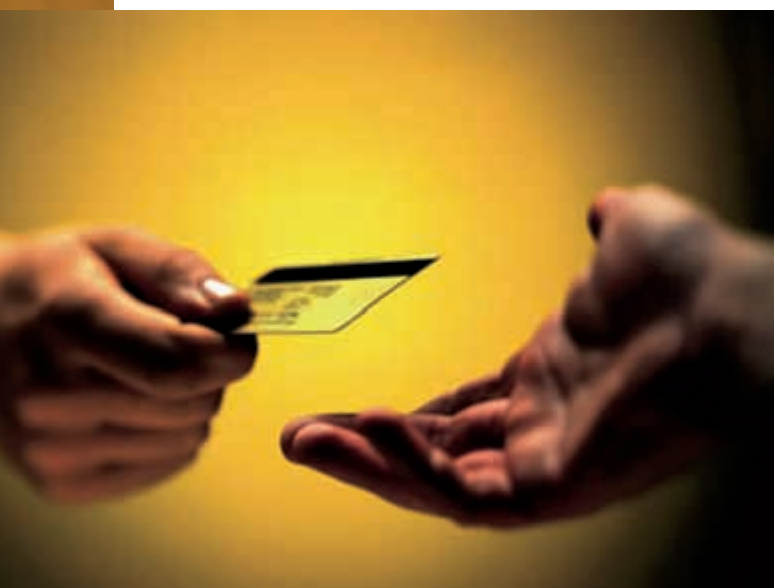
- Garantir ATER multidisciplinar, que seja capaz de integrar as diferentes atividades da produção familiar (pecuária, agricultura, SAFs, floresta, fauna);
- Incentivar a municipalização e a formação de agentes das próprias comunidades, através da Escola da Floresta;
- Incentivar a ATER não convencional, com ênfase nas cooperativas de serviço;
- Implantar assistência técnica na área de tecnologia de alimentos, através da implantação de Boas Práticas de Fabricação para certificação sanitária das agroindústrias.

b) Promoção de Linhas de Crédito Adequadas à Realidade Local

A disponibilidade de recursos financeiros é condição necessária, embora não suficiente, para que os produtores possam avançar em suas atividades. Por muito tempo o descuido do poder público e a fragilidade das organizações de produtores fizeram com que se acumulassem erros no planejamento e uso dos recursos disponíveis para o crédito rural no Acre.

A partir de 1999, o Estado trabalhou para superar esses problemas. Em parceria com os movimentos sociais, o Governo articulou junto às agências financeiras a facilitação do acesso e ampliação do volume de recursos para crédito rural. O resultado foi um salto de R\$46 milhões (1991-1998) para R\$304 milhões (1999 a 2006) no recurso aplicado. Agora essa parceria será intensificada, através de intervenções necessárias para adequar ainda mais as linhas de crédito existentes à realidade acreana e às necessidades dos produtores florestais, agroextrativistas, extrativistas e agropecuários, garantindo crédito para financiamento das atividades vinculadas aos Arranjos Produtivos prioritários.

É de fundamental importância ressaltar o Programa de Microcrédito, implantado inicialmente em escala experimental pelo Governo do Estado, a partir de 2002 e que alcançou resulta-



dos surpreendentes. Hoje, o microcrédito já está presente em 10 municípios do Estado, ajudando mais de 1.000 famílias na implantação e/ou ampliação de pequenos negócios, funcionando como uma “porta de saída” dos programas sociais. Com ele, o “Banco” vai até o cliente, identifica as reais condições de endividamento e pagamento das famílias e calcula o valor adequado para o crescimento dos negócios sem riscos de inadimplência. As famílias recebem, ainda, capacitação em gerenciamento e empreendedorismo e assessoria técnica durante toda a etapa do empréstimo.

Crédito para plantar, colher ou extrair produtos naturais, para abrir ou ampliar o próprio negócio, para adquirir bens necessários à produção e serviços, a custos acessíveis. Recursos no tamanho certo, na hora certa, com prazos de pagamento adequados e sem burocracia, serão as prioridades do Governo do Estado. Principais propostas:

- Ampliação e readequação das linhas de crédito considerando a realidade e especificidades do Acre (prazo, valores, público, etc), bem como articular a criação de modalidades de crédito voltadas ao financiamento de atividades vinculadas aos Arranjos Produtivos prioritários, a exemplo do manejo de pastagem, recuperação de áreas degradadas, manejo e produção florestal e beneficiamento de produtos;
- Facilitar o acesso ao crédito para produtores familiares e cooperativas, integrados aos Arranjos Produtivos prioritários;
- Ampliação do Programa de Microcrédito, em parceria com as prefeituras, disponibilizando recursos para outros públicos e setores produtivos nas áreas rurais-florestais e urbanas, para todos os municípios.



Desenvolvimento do turismo



A indústria do turismo é uma das que mais cresce no mundo. Representa hoje 5,5% do PIB mundial e emprega mais de 300 milhões de pessoas. No Brasil, graças aos investimentos realizados nos últimos anos, o setor vem crescendo fortemente. Mas o potencial de expansão do país ainda está longe de ser alcançado. A Amazônia, por suas belezas naturais e riqueza florestal e em biodiversidade, é um dos grandes trunfos do país.

O Acre, por sua localização e história, é uma

das regiões amazônicas com maiores potencialidades. Está a apenas 700 km de Cuzco, um dos lugares mais visitados do mundo, recebendo anualmente mais de dois milhões de pessoas. A região do Juruá, segundo estudos recentes, possui uma das maiores biodiversidades do Planeta, além da rica sócio-diversidade, garantida pela presença num mesmo território de quatorze etnias indígenas, seringueiros e ribeirinhos, todos com modos de vida preservados. Outra vantagem do Estado reside na forte imagem de Chico





Mendes e dos seringueiros acreanos como atores centrais na luta pela preservação da floresta amazônica.

Em meio a todo este cenário favorável, o Governo do Estado vem trabalhando, nos últimos anos para criar as condições institucionais e de infra-estrutura necessárias à transformação do potencial turístico do Estado em realidade. Os investimentos em estradas, aeroportos, vias de acesso e energia, dentre outros, criaram condições para circulação turística. Um empreendimento, em particular, cria enormes possibilidades novas para o setor no Estado: a Estrada do Pacífico. Nela, foi concluído o trecho brasileiro e já se iniciaram as obras do lado peruano. Assim, quando concluídos todos os trechos, o Acre estará ligado em definitivo ao Peru, particularmente com a região de Cuzco, o que abre boas possibilidades de atração de turistas que visitam as ruínas de Macchu Picchu.

Com a implantação de museus, parques urbanos e ambientais, festivais regionais, feiras e eventos, bem como o fortalecimento do artesanato, foram criados atrativos que começam a viabilizar circuitos inteiros. Os novos empreendimentos privados em hotelaria, restaurantes e agências de viagens demonstram que os empre-



endedores também apostam no setor como atividade econômica viável.

Através de um plano de longo prazo, envolvendo estreita parceria dos governos estadual e federal com o SEBRAE/AC, foram definidos os eixos estratégicos de organização e desenvolvimento do turismo. Estão sendo estruturados dois pólos ecoturísticos, um no Vale do Acre e outro no Juruá. O Pólo Ecoturístico Vale do Acre é composto pelos municípios de Assis Brasil, Acrelândia, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Rio Branco, Senador Guiomard, Porto Acre e Xapuri. O Pólo Ecoturístico Vale do Juruá é composto pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. Neste Pólo está localizado o Parque Nacional da Serra do Divisor, área com grande potencial de atração turística.

O Pólo do Vale do Acre encontra-se em estágio mais avançado de implantação. Nele foram definidas três rotas, denominadas caminhos (Caminhos Chico Mendes, Do Pacífico e Da Revolução), que receberam investimentos em atrações, hotelaria, infra-estrutura de acesso e, em breve, sinalização adequada.

Merece destaque, ainda, a formação de pessoal para o setor, tanto no nível superior, com os cursos de graduação criados pelas faculdades privadas, quanto no nível técnico, através de centros de formação do governo, com os cursos de guia de turismo regional e técnico em ecoturismo.

O Governo do Acre nos próximos anos, continuará apostando no turismo como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável do Acre. Para isso, serão intensificados esforços na consolidação das rotas em fase de implantação e dinamização das ações de estruturação do Pólo do Juruá, com ênfase na criação de mecanismo efetivas de integração das ações de governo com os esforços da iniciativa privada e das prefeituras.

Para o setor de turismo as principais estratégias, são as seguintes:

- Fortalecer as instâncias colegiadas de gestão da política estadual de turismo;
- Concluir os projetos de instalação de pou-



sadas ecológicas nos municípios e pontos de atração turística do Estado, a exemplo das Pousadas Cachoeira e Bom Destino;

- Ampliar os investimentos em formação de pessoas para o setor turístico, buscando maior participação do setor privado;
- Organizar e estruturar as rotas turísticas do Pólo do Juruá, com destaque para a rota da Serra do Divisor;
- Fortalecer e ampliar o artesanato local, com ênfases na elevação da qualidade da produção através do investimento em design, e na viabilização de novos meios de comercialização;
- Investir na promoção dos produtos turísticos locais nos mercados nacional e internacional. No caso do último, com destaque para a atração de turistas que visitam a região de Cuzco, no Peru;
- Fomentar a realização de eventos governamentais e empresariais em Rio Branco, visando o turismo de negócios;
- Apoiar a iniciativa privada na qualificação dos serviços de recepção turística, principalmente hotéis, bares, restaurantes e agências de viagens;
- Dinamizar os pontos de atração turística do governo, como museus e parques.





Meio Ambiente

A preocupação com a temática ambiental é central no processo de Desenvolvimento Sustentável implementado no Estado do Acre. Mas isso não reflete apenas o cuidado de animais e plantas. Afinal, vivemos em pequenas comunidades no meio da maior floresta tropical do planeta. Nosso modo de vida, tradições, valores e cultura estão mergulhados nela. Por isso, nossas perspectivas de crescimento até aqui foram dirigidas pela certeza da plena compatibilidade entre proteção do meio ambiente, desenvolvimento econômico e justiça social.

Como herdeiros dos ideais de Chico Mendes, o Acre luta para mostrar ao Brasil e ao mundo que somos capazes de cuidar das riquezas aqui existentes, ao mesmo tempo em que podemos viver com dignidade e alegria. Para isso, temos procurado compatibilizar nossa ação local com expectativas e possibilidades globais. Afinal, interessa ao mundo o que acontece aqui.

Para facilitar a compreensão das diretrizes do Governo do Estado do Acre, para o período de 2007-2010 em relação ao tema Meio Ambiente, abordamos o assunto através de sete sub-temas, a saber:

- a) Globalização e Meio Ambiente
- b) Água e Recursos Hídricos
- c) Resíduos Sólidos
- d) Produção Sustentável
- e) Biodiversidade e Florestas
- f) Desmatamento e Fogo
- g) Gestão Territorial e Ambiental

Globalização e Meio Ambiente: preparando a casa para mudanças climáticas

Em 2005, a intensa seca que assolou a região, com seus incêndios associados, provocou verdadeiro desastre social, econômico e ambiental em toda a Amazônia Sul-ocidental. Estudos recentes indicam que, nesta década, nossa região está recebendo menos chuva do que em períodos anteriores. Associa-se a isto o fato de que estamos diante da perspectiva de enfrentar mudanças climáticas geradas pelo efeito estufa. Projeções indicam que aumentarão as variações nas chuvas e na temperatura, afetando a sustentabilidade de atividades do setor produtivo e o abastecimento de água para os centros urbanos.

O Governo do Acre, na condição de indutor do desenvolvimento, deve ser capaz de atuar em todos os sentidos, promovendo ao mesmo tempo crescimento econômico e proteção dos





recursos naturais, para que as condições gerais de vida da população sejam garantidas. Para isso, medidas conjunturais devem ser adotadas, objetivando preparar e capacitar o Estado para responder a essas externalidades. Dentre essas ações, destacam-se:

- Promover ações preventivas de apoio a comunidades rurais e florestais, visando reduzir a vulnerabilidade da sociedade acreana aos efeitos locais das mudanças climáticas. Para isso, serão intensificadas parcerias com instituições de pesquisa;
- Desenvolver meios efetivos de transversalização do tema nos programas e projetos voltados para o desenvolvimento do setor primário do Estado;
- Preparar a sociedade acreana para lidar com a nova realidade, advinda das mudanças globais, tanto na incorporação de novos modos de vida, quanto na busca de atitudes que contribuam para minimizar tais alterações. Uma das medidas necessárias é a introdução do tema Mudanças Globais no currículo do ensino fundamental das escolas públicas do Estado.

Água e Recursos Hídricos: Ações estratégicas de gestão de recursos hídricos para o Estado do Acre.

Ao longo das últimas duas décadas, com a crise do extrativismo, nossas cidades incharam. Em algumas, a população cresceu três vezes. Como a maioria cresceu nas margens dos rios, problemas ambientais surgiram dessa ocupação desordenada, agravados pela falta de sistemas efetivos de saneamento básico e pela destinação inadequada do lixo. Um dos mais graves é a poluição dos recursos hídricos, com graves implicações para a saúde da população. Além disso, enchentes nos períodos chuvosos e escassez de água para abastecimento no verão, resultantes do assoreamento dos leitos, são vivenciados pela população todo ano, com intensidade cada vez maior.

Políticas públicas capazes de contornar esse problema, com medidas duradouras para a gestão de recursos hídricos, envolvendo a participação direta das comunidades, é condição ne-

cessária para o desenvolvimento sustentável do Acre.

Para isso, o Governo do Estado traçou as seguintes prioridades:

- Implantar a Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes gerais para a gestão dos recursos hídricos que considerem as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais das diferentes bacias;
- Implantar os comitês (ou consórcios) de Bacias ou Micro-bacias, considerando as especificidades de cada região.
- Implantar Política de Gerenciamento de Bacias, considerando que os rios do Acre ultrapassam os limites territoriais do Estado e do país, projetando-se num contexto de Bacia Amazônica;
- Implementar medidas voltadas para a preservação e conservação das nascentes dos rios e igarapés, visando a melhoria da disponibilidade hídrica e às funções ecológicas das áreas de matas ciliares;
- Integrar a política de recursos hídricos com as demais políticas setoriais (saúde, educação, transporte e infra-estrutura, por exemplo);
- Articular junto ao governo federal a inserção do tema Gestão dos Recursos Hídricos nos acordos internacionais, com os países de fronteira.

Resíduos Sólidos

A maior parte das políticas ambientais do Acre, até hoje, foram direcionadas para as áreas florestais e rurais. No entanto, nossas cidades, mais do que nunca, necessitam de políticas voltadas para a gestão dos problemas ambientais urbanos, que a cada dia se tornam mais graves.

Na Amazônia, hoje, as cidades concentram 70% da população, que concentram, também, grandes problemas. Recentemente, numa reunião envolvendo prefeituras, IBAMA, IMAC e Ministério do Meio Ambiente, a preocupação com a destinação do lixo e a gestão dos aterros foi apontada como linha prioritária de ação governamental para os próximos anos.

No Brasil, 88% do lixo produzido são destinados aos aterros sanitários. A produção média de lixo por pessoa é de 5 kg por semana. De todo o lixo que vai aos aterros, somente 2% são reciclados. Em meio a esse contexto macro, a reciclagem de lixo no Acre ainda é incipiente, podendo ser incrementada como estratégia de geração de ocupação e renda ao mesmo tempo em que contribui para manter limpo o ambiente das cidades.

Principais Propostas:

- Implantar aterros sanitários consorciados entre municípios vizinhos, priorizando o tratamento de chorume e a drenagem de gases;
- Implantar programas de reciclagem, em



parceria com os municípios, voltados para a comercialização, industrialização ou transformação do lixo em adubo orgânico, contribuindo para a inclusão social de centenas de famílias;

- Implantar programa para a comercialização de carbono por serviços ambientais prestados nos aterros;
- para produção de artefatos (telhas, vasos, artesanato) de material reciclado;
- Desenvolver programa de Consumo Consciente e Sustentável, a fim de reduzir a produção de lixo.

Produção Sustentável

O grande desafio da sociedade acreana neste momento é tornar realidade o paradigma do Desenvolvimento Sustentável, fazendo avançar a economia florestal e a produção agropecuária ambientalmente correta, garantindo qualidade de vida às populações urbanas e rurais/florestais. Grandes avanços já foram obtidos. O processo, porém, é permanente e requer determinação e visão de futuro.

Os princípios de gestão orientadores desse processo remetem para o conceito de políticas públicas integradas e descentralizadas. Gerando, por um lado, a integração de políticas e ações de maneira multidisciplinar, complementar e sinérgica; por outro, a descentralização da ação de governo.

O foco no local, com uma ação integrada e multidisciplinar, envolvendo, formando e fortalecendo seus atores, é a estratégia correta para a promoção do desenvolvimento sustentável das nossas comunidades. As propostas apresentadas neste Plano no tema Economia Sustentável, nos componentes Ampliação e Consolidação da Economia Florestal e Fortalecimento e Modernização da Agropecuária, Agrofloresta e Extrativismo remetem para isso, devendo ser executadas sob orientação dos princípios acima mencionados.

Biodiversidade e Florestas

A destruição das florestas tropicais é uma das principais ameaças para a conservação da biodiversidade do planeta. Compatibilizar proteção



da biodiversidade com crescimento econômico e justiça social é um dos desafios do desenvolvimento sustentável.

O Acre sedia o Corredor Ecológico do Oeste da Amazônia, considerado de alta prioridade para conservação da biodiversidade no Brasil. Possui aproximadamente 88% do seu território coberto por florestas com alta variedade de espécies. Ambientes e espécies precisam de atenção da sociedade para serem preservados. Nessa categoria se incluem as Campinaranas, os "salões" ao longo dos rios, as florestas localizadas



nas serras fronteiriças com o Peru e as florestas com bambu.

Especial atenção deve ser dada ao Vale do Juruá, onde se concentra uma das maiores riquezas do planeta em termos de diversidade biológica. A criação do Instituto da Biodiversidade, associado à Universidade da Floresta, localizado em Cruzeiro do Sul, vai oportunizar o conhecimento e o controle sobre a biodiversidade da região, visando assegurar o uso sustentável dos recursos em benefício das populações indígenas e tradicionais da Juruá.

Propostas:

- Intensificar os programas de ciência e tecnologia para ampliar o conhecimento sobre conservação da biodiversidade;
- Promover a elaboração e implementação de projetos binacionais de integração de conservação e preservação da biodiversidade regional;
- Controlar a extração de madeira, caça comercial e comércio de animais silvestres nas áreas de fronteiras do Estado, em especial nas fronteiras internacionais.

Desmatamento e fogo

Cerca de 700.170 km² (70 milhões de ha) da área total da Amazônia Brasileira foram desmatados até 2005, correspondendo a aproximadamente 18% do território, com uma taxa média anual de incremento de 0,52%.

Com 161mil km² (16 milhões de ha) o Acre apresentou até o ano de 2005, desmate de aproximadamente 20 mil km² (2 milhões de ha), correspondendo a 12,4% do seu território. Portanto, 88% da área do Estado mantém sua cobertura florestal original.

A dinâmica do desmatamento tem gerado um incremento anual médio de 62 mil ha (620 km²), ou 0,42% da área total do Estado. Em termos de Amazônia, o Acre representa anualmente em torno de 3% do total, enquanto Mato Grosso



(50%), Pará (25%) e Rondônia (15%) juntos respondem por 90% do total.

As regiões do Baixo e Alto Acre são as mais desmatadas, tendo perdido 36% e 21%, respectivamente, da sua cobertura florestal. Nas regionais do Juruá (5%), Purus (3%) e Tarauacá/Envira (3%), a situação é relativamente confortável.

Em relação aos municípios, é preocupante a situação de Senador Guimard e Plácido de Castro que já desmataram mais de 60% de seus territórios. Como também os municípios de Acrelândia e Epitaciolândia (40%), Brasiléia (26%) e Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves (com aproximadamente 10% cada).

Os dados indicam que todo ano, 60% dos desmatamentos ocorrem em áreas de até 10 ha. (pequena propriedade rural). O restante, 35%, em áreas de 10 a 60 ha, e 5% em áreas acima de 60 ha.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, considerando a área total do Estado, o incremento do desmatamento no Acre para o período de 1999 a 2005 (período do Governo da Floresta) foi de 4.464 km², com média anual de 640 km², representando taxa de 0,43% de desmatamento ao ano, portanto menor que a taxa verificada no período, de 1995 a 1998, que foi de 0,45%.

Isso demonstra certo grau de acerto das políticas desenvolvidas. Demonstra também, que quando se implanta políticas públicas adequa-



das e integradas que respeitam os princípios de equidade e sustentabilidade, e as tendências vocacionais da região, é possível alcançar índices satisfatórios de desenvolvimento social e econômico, com garantia do equilíbrio ambiental. Assim, estas são as principais propostas para o combate ao desmatamento e o fogo:

- Avançar na adoção de medidas de substituição do fogo por práticas modernas de preparação do solo para a agricultura e a pecuária. Conforme proposto neste Plano, no tema Economia Sustentável, o novo governo trabalhará para incorporar ao processo produtivo áreas já desflorestadas e que hoje estão abandonadas, diminuindo a pressão sobre a floresta. Buscará, ainda, ampliar o manejo florestal, a modernização do extrativismo e a implantação de um amplo programa que contemple o incentivo aos serviços ambientais;
- Implantar programa de regularização do passivo ambiental florestal, de acordo com as áreas indicadas pelo ZEE;
- Potencializar a implantação do Programa Estadual de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares (APPs);
- Criar o ICMS Ecológico, como incentivo para os municípios que possuem Unidades de Conservação, colaborando com a conservação da biodiversidade;
- Realizar campanhas de educação ambiental e de mobilização social sobre prevenção e controle de queimadas, bem como sobre sistemas produtivos que dispensam a utilização do fogo.

Gestão Territorial e Ambiental

O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE/AC é um dos instrumentos de gestão utilizados para a implementação de políticas públicas corretas do ponto de vista social, econômico e ambiental. No período de 1999 a 2003, foi realizada a primeira fase do ZEE, que compreendeu a elaboração de um diagnóstico, abrangendo toda a área do Estado, com a geração de produtos cartográficos na escala 1:1.000.000, que permitiu definir as potencialidades e restrições para o uso dos recursos naturais.

Na segunda fase do ZEE/AC, o Mapa de Gestão do Território do Acre, na escala 1:250.000, tem como resultado a definição de diretrizes para as respectivas zonas de gestão, estimulando investimentos em áreas adequadas e inibindo iniciativas de alto risco econômico, social e ambiental em outras, além da redução substancial de conflitos sócio-ambientais relacionados aos direitos de uso dos recursos naturais numa mesma área.

Avançando para a escala municipal já existem iniciativas como o Ordenamento Territorial Local de Brasiléia e o Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco, com o objetivo de subsidiar os gestores municipais e a sociedade nas tomadas de decisão sobre investimentos estratégicos.

A partir dos indicativos do ZEE/AC, foram criadas oito Unidades de Conservação de Uso Sustentável, sendo três Florestas Estaduais (Mogno, Liberdade e Gregório), três Reservas Extrativistas (Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade), duas Florestas Nacionais (São Francisco e Santa Rosa do Purus) e uma Unidade de





Conservação de Proteção Integral - o Parque Estadual do Chandless. Somam-se a estas, três Áreas de Proteção Ambiental (Igarapé São Francisco, Irineu Serra e Lago do Amapá), representando um incremento de 100% no total de áreas protegidas nos Estado (2.642.779 ha.) em oito anos de Governo.

Outro avanço foi o reconhecimento de mais seis Terras Indígenas. Hoje são 34 Terras Indígenas distribuídas em 17 municípios, contemplando uma população indígena de 12.576 habitantes, garantindo território de 2.167.146 ha.

As Unidades de Conservação e Terras Indígenas formam um mosaico que abrange 7,5 milhões de hectares contínuos de florestas e correspondem a mais de 45% da extensão atual do Estado.

Para facilitar a gestão participativa das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, foi criado o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP (Lei no 1.426 de 27 de dezembro de 2001). O SEANP deverá incluir, ainda, as áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) das propriedades, como áreas passíveis de serem reconhecidas pelo Sistema e gozar dos benefícios estaduais que venham a ser oferecidos a esse tipo de uso da terra.

É importante destacar, também, as modalidades de reforma agrária que foram criadas, buscando conciliar objetivos de produção e uso sustentável dos recursos naturais. São eles os Projetos de Assentamento Extrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projetos de Assentamento Florestal (PAF), perfazendo atualmente um total de 21 Projetos Agroextrativistas e mais de 500.000 ha.

Principais propostas:

- Apoiar a elaboração dos ZEEs locais e planejamento territorial de áreas urbanas, bem como a implementação de planos municipais de ordenamento territorial, planos diretores e desdobramentos;
- Implementar medidas para a regularização do passivo florestal dos assentamentos rurais/licenciamento ambiental, bem como a implementação de um programa de apoio vinculado ao ZEE;
- Avançar na regularização e reordenamento fundiário das áreas de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento, contribuindo para a resolução dos conflitos existentes em diferentes unidades;
- Implementar as ações previstas no Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007);
- Efetivar as unidades de conservação criadas, contemplando a implementação dos Planos de Gestão, planos de manejo, demarcação e sinalização, dentre outras medidas;
- Elaborar e implementar os Planos de Gestão das Unidades do SEANP, bem como o desenvolvimento do sistema estadual de informações das áreas protegidas;
- Capacitar as organizações locais para a implementação do Sistema Estadual de Informação e Gestão de Áreas Protegidas;
- Fortalecer a capacidade de gestão das organizações da Sociedade Civil e de Instituições de pesquisa que trabalham com recursos naturais.



Desenvolvimento Social

Os últimos oito anos foram de profundas transformações para o povo Acreano. A começar pela modernização das instituições, que passaram a cumprir seu papel fundamental: servir a sociedade. Mas, talvez a mudança mais expressiva tenha sido na forma como as pessoas se relacionam com as políticas de governo. Hoje, diferente do passado, os acreanos sabem que o que o Governo faz é seu dever fazer, e elas o recebem como um direito conquistado.

Direitos que se juntam aos muitos outros reivindicados. E isso faz seguir adiante nossa caminhada. Se num primeiro momento celebramos como conquista a escola que voltou a funcionar, agora não basta à educação básica de qualidade, queremos ensino superior em todos os municí-

pios. Se vibramos com o adjunto da solidariedade, agora com o Bolsa Família, queremos formação profissional e micro-crédito como porta de saída dos programas de transferência de renda. Se nos alegramos com hospitais e postos de saúde atendendo mais e a todos, agora queremos atendimento em casa com o agente de saúde.

A próxima etapa dessa caminhada abre boas possibilidades para o porvir. Porque, se as coisas certas forem feitas, então estarão preparados os caminhos do futuro. Sem criança fora da escola, sem jovem desesperançoso, sem idoso triste, sem mãe desamparada e nenhum doente sem atendimento digno e eficaz. E tudo isso como resultado da ação do governo e de cada um, que terá a oportunidade de fazer a sua parte.

Educação

Há oito anos, o Acre experimenta uma história de superação e conquistas na Educação. Superação de problemas que pareciam crônicos e conquistas alcançadas com a participação de todos, estabelecendo-se vínculos de confiança e respeito mútuos.

Quando olhamos para o cenário educacional antes de 1999, nos deparamos com uma realidade hoje inimaginável, se comparada com os avanços vivenciados nos últimos oito anos. Todavia, é bom lembrarmos os principais problemas encontrados, e que impulsionaram as políticas públicas para o setor:

- Trabalhadores desmotivados, com baixos salários (os professores ganhavam entre R\$ 163,00 e R\$ 413,00) e sem progressão na carreira;
- Ausência de investimento na formação dos professores e funcionários adminis-

trativos;

- Dos 6.242 docentes do quadro, somente 26,7% tinham curso superior (Censo MEC/INEP/1999);
- Escolas em precário estado de conservação. Além de deterioradas, não contavam com mobiliário básico, nem com equipamentos pedagógicos essenciais ao trabalho do professor;
- A rede estava mal organizada e não considerava as características próprias dos diferentes níveis e modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, educação de jovens e adultos, ensino rural, etc);
- Em 9 municípios simplesmente não havia ensino médio. Nesses, após concluir a 8ª série, para seguir nos estudos, os jovens tinham que se transferir para outras cidades;



- A administração do sistema era centralizada na Secretaria de Educação, enfraquecendo a autonomia da escola e tornando a gestão da educação ineficiente e cara;

Os indicadores educacionais do Estado eram muito ruins. Como exemplos: analfabetismo elevado (28%) e distorção idade/série acima de 55% no ensino fundamental.

Como resultado, o desempenho da educação do Acre no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, do MEC, era uma vergonha. O Acre disputava as últimas colocações com os outros estados do Norte e os do Nordeste.

Em meio a este cenário negativo, o povo do Acre começou a vivenciar a conhecida “Revolução na Educação”. Para isso, o Governo do Estado traçou um Plano simples, mas que tinha como



missão primordial fortalecer a escola para garantir acesso, permanência e sucesso do aluno. Para consecução desta missão era necessário o atendimento de alguns objetivos fundamentais, a saber: garantir qualidade na educação básica, assegurar condições dignas de funcionamento das escolas, modernizar a gestão educacional e democratizar o acesso e a permanência ao ensino público gratuito.

Para atingir os resultados pretendidos, em cada um dos objetivos foram implementadas algumas ações fundamentais:

a) Para garantir condições dignas de funcionamento das escolas:

- Em oito anos foram investidos, aproximadamente, R\$ 170,5 milhões na reestruturação da rede de escolas estaduais. Obras de reforma, ampliação e reconstrução, mudaram a paisagem das escolas do governo;
- As novas escolas construídas (e as reconstruídas) obedeceram a um sofisticado padrão arquitetônico, fazendo com que em muitos lugares a escola tenha se tornado o principal prédio do bairro ou da cidade;
- Além das obras, as escolas receberam mobiliários e equipamentos novos e modernos. Receberam ainda bibliotecas, laboratórios de informática, de ciências, quadras

esportivas cobertas e auditórios, que as tornaram motivo de orgulho nas comunidades.

b) Para modernizar a gestão educacional:

- Adoção, desde 1999, da prática de elaboração de planos estratégicos para a gestão da secretaria;
- Redefinição da forma de funcionamento da Secretaria de Educação, com a criação de secretarias adjuntas e a adoção de modernos conceitos de administração pública;
- Descentralização da gestão com a secretaria repassando dinheiro para a própria escola adquirir o material básico que necessita. Isso gerou economia e ganhos de eficiência;

idades e bairros. Com isso, ela foi redimensionada, sendo construídas 34 novas escolas e ampliadas 209, criando-se novas vagas no ensino público estadual (a matrícula entre 99 e 2004 cresceu 17% no geral; 35% somente no ensino médio);

- Foram criados ou intensificados programas de apoio social aos estudantes, nas áreas de saúde, higiene bucal, merenda, fornecimento gratuito de farda e entrega de material didático, como cadernos, livros e outros. Com isso, crianças de famílias de baixa renda puderam permanecer na escola pública;
- Com o MOVA e o ALFA 100, o Governo abriu em média 19 mil vagas por ano na alfabetização de adultos, entre 2000 e 2006. Ao todo, em sete anos, mais de 130



- Investimento na qualificação dos trabalhadores. Mais de 1800 trabalhadores fizeram cursos de capacitação, inclusive de nível técnico;
- Revisão da forma de gestão das escolas, com a criação de sistema colegiado de gestão. Essa revisão foi fruto de ampla discussão com a comunidade da educação, através de audiências públicas em todos os municípios e da aprovação de lei na Assembleia Legislativa;
- Revisão da forma de eleição dos diretores de escolas, com a criação de meios que qualificaram as escolhas;

c) Para democratizar o acesso e a permanência ao ensino público e gratuito:

- A rede de escolas estaduais foi reorganizada. Sua distribuição foi racionalizada e passou a considerar as necessidades das

mil vagas foram abertas pelos programas de educação de jovens e adultos;

- Com a criação do Instituto Dom Moacyr e uma rede com cinco escolas técnicas, mais de 10 mil jovens puderam fazer cursos de formação profissional. São cursos longos e curtos, que atendem as necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento sustentável do Acre, abrindo novas perspectivas para os jovens beneficiados.

d) Para Garantir qualidade na educação básica:

- Foram realizados grandes investimentos na formação de pessoal. O Governo abriu oportunidades de ensino superior para aproximadamente 6.375 professores que ganharam uma nova perspectiva de atuação profissional elevando a qualidade do ensino no Estado.



- Os salários subiram mais de 300%. A remuneração inicial de um professor com licenciatura, por exemplo, que era de R\$ 413,00, em 2002 já estava em 1.200,00. Hoje está em R\$ 1.498,00, para um contrato de 30 horas semanais – o maior do Brasil. Com o Plano de Carreira (uma antiga reivindicação da categoria), a progressão funcional ao longo da vida está garantida;
- Programas de formação continuada desenvolvidos ao longo dos últimos sete anos têm complementado a formação inicial e contribuído para qualificar ainda mais a atividade docente;
- Os trabalhadores administrativos foram valorizados, com ganhos salariais, melhores condições de trabalho e, agora, a formação técnica está garantida para a maioria;
- Iniciativas como o GESTAR, Escola Ativa, Parâmetros Curriculares Nacionais e Projeto Poronga melhoraram a qualidade da escola e do ensino público.

Mesmo na educação as políticas sendo longa maturação, o resultado de todo esse investimento já começou a aparecer:

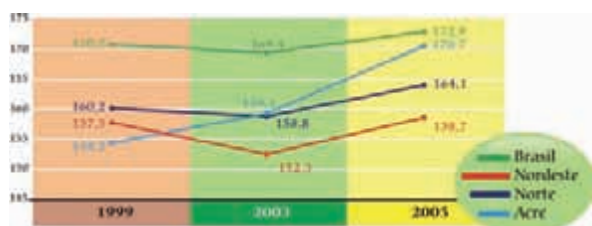
- Nos últimos oito anos, mais de 57 mil pessoas foram alfabetizadas. Jovens, adultos e idosos que aprenderam a ler e escrever, podendo agora abrir uma nova página em suas vidas;
- A distorção idade-série nas primeiras séries do ensino fundamental (um dos principais problemas da educação brasileira) caiu 27,81%, saindo de 55% em 1999 para 38,19% do total de alunos em 2004 - e vem caindo a cada ano;



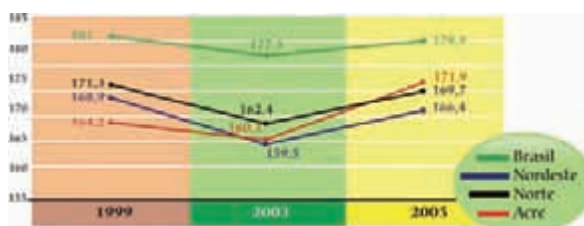
Indicadores	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2000	2004	2000	2004
Abandono	16,80%	10,20%	22,40%	16,40%
Reprovação	12,90%	10,90%	16,80%	5,70%

Evolução dos Indicadores da Rede Pública Estadual de Ensino no Ranking Nacional do SAEB (1999, 2003 e 2005)

Desempenho da Língua Portuguesa – 4ª Série



Desempenho de Matemática – 4ª Série



Os dados indicam e a percepção da sociedade confirma: a escola pública estadual melhorou. Na Gestão 2007-2010, a prioridade será fortalecer as redes municipais de ensino, apoiando as prefeituras para melhorar a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental. Afinal, educação de qualidade tem que ser para todos. A principal estratégia do Governo para a educação é: “Apoiar as prefeituras para fortalecer as redes municipais de ensino, avançando para a criação do Sistema Estadual de Educação e a garantia de educação de qualidade para todos”.

Essa diretriz será operacionalizada a partir de três eixos estratégicos:

- Modernizar a gestão;
- Fortalecer a escola pública; e
- Garantir educação de qualidade para todos.

a) Modernizar a gestão

Nos últimos oito anos, a partir de um amplo debate com a comunidade escolar, a Secretaria de Estado de Educação - SEE implantou um novo modelo de gestão para as escolas. Como resultado destas iniciativas podemos citar a Lei 1.513/2003, que regulamenta o processo de eleição dos dirigentes e estabelece uma gestão mais descentralizada, com um grupo gestor que inclui o diretor, o coordenador de ensino, o coordenador administrativo e coordenadores pedagógi-

cos por turno, além de um conselho escolar.

A SEE implantou, ainda, um sistema de monitoramento das escolas, que lhe permitiu visualizar melhor as ações por elas desenvolvidas nas áreas de gestão, ensino e recursos.

Ao tempo que se redesenhava a nova gestão da escola, a SEE também passava por mudanças na sua lógica de funcionamento, criando três secretarias adjuntas nas áreas de ensino, gestão e recursos, adotando assim uma administração descentralizada, procurando romper com a verticalização dos organogramas tradicionais, dando mais agilidade aos processos.

Os próximos passos serão de aprofundar a descentralização, intensificando o trabalho com as prefeituras no desenvolvimento das redes municipais, através de assessoramento técnico e outros mecanismos de ação integrada.

As prioridades do Governo do Estado nessa área serão:

- Implantar o Sistema Estadual de Educação, pondo em execução a Lei nº 1.694/2005 que define o Sistema Público de Educação. Assim, ficam estabelecidos claramente os papéis das diferentes redes e, a partir de então serão criados programas de apoio e assessoramento às secretarias municipais de educação. Com isso, o Governo irá contribuir com os municípios para que os mesmos promovam melhorias na educa-



ção, principalmente na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental;

- Melhorar ainda mais a gestão escolar e a gestão da política de educação, implantando instrumentos de acompanhamento e avaliação do desempenho das escolas e dos programas educacionais. Desta forma poderá se corrigir caminhos, evitar distorções e reformular ações.

b) Fortalecer a escola pública

A afirmação da escola pública de qualidade, nos próximos anos, exige ainda investimentos como:

- Avançar na melhoria da estrutura da escola pública, implantando bibliotecas, laboratórios e quadras esportivas nas escolas ainda não beneficiadas;
- Apoiar o trabalho do professor em sala de aula, através da produção de material didático adequado aos níveis e modalidades de ensino e contextualizado, buscando a criação de meios de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos alunos

por suas famílias. A formação do professor será em serviço buscando enfrentar as barreiras encontradas na sala de aula e melhorando o desempenho pedagógico;

- Integrar a escola com a comunidade, através de programas e atividades sociais, culturais e esportivas que envolvam as famílias e as organizações comunitárias dos bairros;
- Continuar investindo na valorização dos trabalhadores da educação, com ênfase em cursos de formação continuada dos professores, na formação técnica de funcionários administrativos e na consolidação do plano de carreira dos trabalhadores da educação. Os programas de formação atenderão também os municípios. Toda formação deverá ter o caráter de responder os desafios vivenciados pela comunidade escolar, especialmente aqueles relacionados com as aprendizagens do aluno;
- Tornar a escola pública capaz de receber portadores de necessidades especiais. Muito já se avançou nessa área. O desafio agora é preparar melhor a escola para receber dignamente alunos portadores de



necessidades educacionais especiais. Será investido principalmente na formação dos professores e funcionários administrativos com o intuito de lhes garantir competência para que possam favorecer o acesso, permanência e sucesso desses alunos.

c) Garantir educação de qualidade para todos

No período de 1999 a 2006 ampliou-se a rede de ensino na capital, nos municípios e em comunidades de difícil acesso. A matrícula cresceu em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive triplicando a oferta de Ensino Médio para as comunidades rurais.

As próximas prioridades serão:

- Ampliar o acesso à universidade pública, principalmente nos municípios, através da continuidade da parceria com a UFAC. Em parceria com universidade de atuação nacional serão oferecidos cursos na modalidade Educação à Distância, com a utilização de modernas tecnologias educacionais. Assim, serão abertos cursos superiores em todas as cidades do Acre
- Oferecer formação profissional aos jovens em todos os municípios. Serão ofertados cursos regulares e adequados às necessidades dos mercados de trabalho locais. Para a zona rural, serão empreendidos esforços para integrar a educação geral com a formação técnica, particularmente no ensino médio;
- Universalizar o acesso ao ensino médio. Todo jovem que conclui o ensino funda-



mental deve ter a oportunidade de prosseguir nos estudos em uma escola de qualidade. Será assegurada a oferta de ensino médio na modalidade normal e serão usados recursos didáticos e tecnológicos que permitirão o acesso dos alunos das pequenas localidades e comunidades isoladas;

- Universalização do acesso ao ensino fundamental nas comunidades isoladas e de difícil acesso. Hoje 100% das crianças das cidades tem acesso à escola. O desafio agora é garantir que toda criança, em qualquer lugar do Estado, tenha essa mesma oportunidade;
- Oferecer assistência integral ao educando, avançando nos programas de alimentação, saúde e transporte escolar, promovendo serviços adequados às necessidades dos alunos, em parceria com as prefeituras e comunidades;
- Avançar na escolarização da população indígena, ampliando a oferta de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Médio, com garantia de escola de qualidade para todas as comunidades, respeitando a diversidade étnica e cultural dos diferentes povos.





Saúde

Em 1999, o sistema público de saúde apresentava graves deficiências de natureza técnica, gerencial e financeira, resultando em serviços de baixa qualidade e em quantidade muito inferior às demandas da sociedade. Os programas de saúde estavam fragmentados, orientados verticalmente, com as ações sendo desenvolvidas predominantemente na Capital. A falta de incentivo para a implantação da estratégia de Saúde da Família comprometia a organização do sistema, gerando sobrecarga nos Centros e Postos de Saúde e, principalmente, na rede hospitalar, provocando insatisfação nos usuários e nos trabalhadores.

Diante desse quadro, o grande desafio do Governo do Estado era garantir aos acreanos serviços de saúde de qualidade, assegurando integridade e equidade na assistência e estimulando a presença da sociedade na gestão do sistema. Para isso, ações foram desenvolvidas em todas as frentes necessárias, desde a organização da oferta assistencial, com reforma, construção e ampliação de unidades de saúde, passando pela ampliação da cobertura vacinal, pela oferta de cirurgias ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, até o atendimento de saú-

de itinerante, com oferta de serviços especializados às populações residentes em localidades de difícil acesso. Visando descentralizar a gestão e os serviços, apoiou técnica e financeiramente os municípios e estimulou a participação da sociedade civil organizada.

As conquistas obtidas até aqui são importantes e resultam de muito trabalho das equipes e gestores. Mas, é possível avançar muito mais. Para isso, é necessário investir na modernização da gestão do sistema, com foco na criação de mecanismos eficientes de regulação, monitoramento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde.

Para os próximos quatro anos, são essas as diretrizes do Governo do Estado para a política estadual de saúde:

- a) Fortalecer o Sistema Único de Saúde estruturando a Rede de Atenção à Saúde nos três níveis de assistência (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade);
- b) Fortalecer a gestão do sistema, com ênfase na regionalização e descentralização dos serviços e na implementação de mecanis-

mos efetivos de regulação, controle e avaliação;

- c) Qualificar a atenção à saúde e ampliar a capacidade de gestão das unidades, com foco na humanização e educação permanente.

Essas diretrizes se traduzem em ações organizadas em dois eixos temáticos:

1) Gestão do Sistema: que compreende descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, regulação, participação e controle social, gestão do trabalho e educação na saúde;

2) Atenção à Saúde: compreendendo um conjunto de compromissos sanitários derivados da análise da situação de saúde do Estado, tendo como prioridades:

- a) A Saúde do idoso;
- b) Redução da mortalidade infantil e materna;
- c) Diminuição dos índices de câncer de colo de útero e de mama;
- d) Fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endêmicas, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza;
- e) Estímulo à promoção, prevenção tratamento e reabilitação, com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do sistema;
- f) Fortalecimento da atenção básica, utilizando-se da estratégia de saúde da família.

1) Eixo da gestão do sistema

O Governo do Estado, nos últimos oito anos, centralizou suas ações planejadas em conso-

nância com as diretrizes do SUS, tendo como referência o Plano Estadual de Saúde. Buscou a valorização do trabalho e dos trabalhadores do setor e a humanização das relações de trabalho; fortaleceu as instâncias colegiadas, como comissões e conselhos de saúde; possibilitou maior participação da população na gestão; estimulou a regionalização e a municipalização, aumentou a capacidade de gestão; implantou a política de formação e qualificação dos trabalhadores em saúde, consolidada através de iniciativas como a criação do Complexo de Ensino/FUNDHACRE, oferecimento de cursos lato e stricto sensu, implementação da Escola Técnica em Saúde, criação do Curso de Medicina, proporcionando a integração do ensino ao serviço e uma melhor organização da assistência e dos processos de trabalho.

Os avanços foram significativos no campo da estruturação e do planejamento. Porém, são muitos os desafios a serem enfrentados para a qualificação e fortalecimento da gestão.

Nesse eixo, as prioridades serão:

- Modernizar a gestão do sistema, criando mecanismos eficientes de regulação, monitoramento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde;
- Criar programa de transferência de recursos financeiros diretamente para unidades de média e alta complexidade, como hospitais e laboratórios, garantindo maior autonomia, agilidade e descentralização na gestão;
- Apoiar o fortalecimento das instâncias de controle social e de pactuação entre os gestores (intergestores);
- Apoiar técnica e financeiramente os municípios e as regionais de saúde, para o fortalecimento da gestão e dos processos de



regionalização e descentralização;

- Apoiar os conselhos de saúde, outras instâncias de gestão colegiada e organizações sociais que atuam na área;
- Efetivar a política de gestão do trabalho e educação permanente para os trabalhadores do SUS buscando valorizar os profissionais da saúde;
- Estruturar a rede hierarquizada de atenção à saúde;
- Estruturar as regionais de atenção à saúde;
- Intensificar as ações do programa Saúde Itinerante para atenção especializada nas comunidades de difícil acesso.

2) Eixo da atenção a saúde

O Acre reconhece os avanços obtidos no Sistema de Saúde, sobretudo, segundo o modelo preconizado pelo SUS. Buscou-se implementar a gestão compartilhada (governo e municípios), a regionalização e descentralização, de forma que os municípios assumissem a responsabilidade sanitária pela organização e operacionalização das ações e serviços da Atenção Básica, com o Estado assumindo a condução da política e a operacionalização da média e alta complexidade.

Estes investimentos na descentralização resultaram na melhoria de inúmeros indicadores de saúde, como a redução da mortalidade infantil, ampliação da cobertura vacinal, ampliação da cobertura de pré-natal, ampliação da rede assistencial e ampliação da cobertura do PSF, que passou de 23,53% em 1999 para 47,89% em 2005, entre outros.

Para a próxima gestão o Governo garantirá a continuidade das ações de atenção a saúde,

tendo como eixo norteador a estruturação do **sistema de rede**, com base nas seguintes estratégias:

- Fortalecimento da atenção básica, reafirmando a estratégia da Saúde da Família como modelo orientador e organizador do sistema, ampliando sua cobertura em todo o Estado, com apoio técnico e financeiro aos municípios;
- Intensificar as ações de formação e qualificação de recursos humanos;
- Implantar o serviço de regulação da assistência, garantindo o sistema de referência e contra-referência;
- Integrar o sistema de saúde às instituições formadoras, para adequação dos currículos dos cursos de graduação, na área de saúde, ao perfil de necessidades dos serviços;
- Ampliar o assessoramento técnico e o aporte financeiro ao Plano Diretor de Investimentos;
- Fortalecer e ampliar os serviços existentes e investir no apoio ao diagnóstico de média e alta complexidade;
- Ampliar a oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade;
- Estruturar as ações de vigilância em saúde de forma integrada (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e vigilância ambiental), bem como estimular sua descentralização;
- Fortalecer as ações de Assistência Farmacêutica em três componentes: básico, estratégico e medicamentos de dispensação excepcional, procurando estabelecer acordo com prefeituras e Ministério da Saúde para o financiamento tripartite.



Cidadania e Assistência Social

A Constituição Federal de 1988 assegurou à Assistência Social o status de política pública, tornando-a um dever do Estado e um direito do(a) cidadão(a). Isso exigiu do Poder Público investimentos financeiros e técnicos que garantissem programas, projetos e serviços de qualidade com vistas à proteção e inclusão social das famílias em situação de pobreza. No Acre, porém, essa responsabilidade não foi assumida, com o Governo durante muito tempo atuando através de ações fragmentadas e descontínuas.

A partir de 1999, a política de assistência social ganhou importância, quando foram implantadas ações de grande alcance social para segmentos da população que se encontravam sem assistência do poder público, como famílias carentes, crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência. Para coordenar tais ações, foi reestruturada administrativa, física e tecnicamente a Secretaria de Cidadania, Trabalho e Assistência Social - SECTAS, que em 2003, com a ida da área do Trabalho para a SEPLANDS, passou a se chamar Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social - SECIAS.

Todos os segmentos sociais em situações vulneráveis passaram a receber atenção especial do Estado, com a criação e implantação de serviços fundamentais como o Centro Dia para



Idosos, Núcleo de Reabilitação para Pessoas com Deficiência, Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, projetos de enfrentamento a abuso e exploração contra criança e adolescente, ampliação e melhoria do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

Toda essa política teve como princípios norteadores, a participação da sociedade civil e o fortalecimento dos municípios.

O mais importante, porém, era garantir condições básicas de vida para quem não dispunha sequer de comida na mesa todo dia. Com



a criação do Programa Adjunto da Solidariedade, em 2001, aproximadamente 10 mil famílias passaram a receber apoio do governo do Estado através de seis tipos diferentes de bolsas (bolsa escola, primeira infância, florestania universitária, primeiro emprego, renda mínima, renda trabalho). Através dos programas associados, essas famílias recebiam apoio social, saúde, educação, formação profissional e micro-crédito para voltar a ter renda e andar com as próprias pernas. Em 2003, com a criação do Programa Bolsa Família pelo Governo Federal, o Adjunto da Solidariedade passou a integrar o pacote de programas do FOME ZERO, unificando o cadastro e as ações e ampliando significativamente o número de beneficiários em todo o Estado. Hoje, aproximadamente 55 mil famílias são atendidas pelo Bolsa Família - Adjunto da Solidariedade nos vinte e dois municípios, o que representa investimento mensal conjunto de R\$ 3,6 milhões ou mais de R\$ 43 milhões ao ano.

O trabalho sério nessa área garantiu, inclusive, uma premiação ao Acre, em 2005, pela coordenação do projeto de organização e atualização do cadastro dos beneficiários do Bolsa Família. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome selecionou o Estado no prêmio "Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família".

A opção do Governo do Estado pela parceria com a sociedade civil na assistência social, longe de ser transferência de responsabilidade, foi o reconhecimento do trabalho sério que dezenas de organizações sociais vêm realizando. No passado, na ausência do poder público, motivadas pelo espírito de solidariedade, eram elas que

atuavam na minimização do sofrimento dos que precisavam de apoio. Houve investimentos nas diversas áreas, com o estabelecimento de convênios, o que alargou de forma considerável o alcance do Estado aos mais necessitados.

Para cumprir o princípio da descentralização político-administrativa, a SECIAS vem prestando apoio aos municípios, através de assessoria permanente e capacitação contínua das equipes, para que cada um ganhe autonomia no processo de gestão. Com isso, evita-se paralelismo de intervenções e o poder local tem sido fortalecido para a realização das ações que são de sua competência.

Todo esse processo ocorreu com ampla participação dos segmentos sociais, com a criação e fortalecimento de fóruns de discussão. Os conselhos, importantes instrumentos de controle social das políticas, receberam estruturas básicas de funcionamento e capacitação. As conferências, como espaço de participação e deliberação sobre políticas, contaram com o envolvimento direto e financeiro da gestão estadual. Assim, foram realizadas as conferências de Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos da Pessoa Idosa e Conferência da Pessoa com Deficiência.

Em 2004 foi implantado pelo Governo Federal o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, considerado um importante avanço para a área, uma vez que o atendimento aos usuários da assistência passou a ocorrer de forma sistemática e contínua. De imediato, isso significou expansão em quase 100% dos principais serviços e programas para o Acre, a exemplo dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS (as chamadas Casas das Famílias), que estavam implantadas em sete municípios e foram ampliadas para treze. Isso foi assumido com grande compromisso e responsabilidade pelo Estado, que promoveu vários momentos de capacitação envolvendo gestores municipais, trabalhadores da área e conselheiros municipais e estaduais.

O SUAS veio mudar para melhor a organização das ações de assistência social, garantindo serviços continuados, sem riscos de interrupção e com atenção especial à família, considerada o centro das relações e convivência das pessoas, e



instância provedora de cuidados a seus membros. Com o SUAS, o Estado vem assumindo papel cada vez mais claro e importante na assistência social, garantindo o alcance da política a quem dela necessita.

A prioridade absoluta do Governo do Estado para os próximos quatro anos, será o enfrentamento à pobreza e envolverá todas as áreas de governo na consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

O centro estratégico da gestão do sistema envolve:

- a) **Integração** - criação de mecanismos efetivos de integração das políticas e programas de governo para as áreas social e produtiva, que devem assumir a inclusão social e a promoção da cidadania como objetivos principais;
- b) **Formação** - criação de competência técnica e gerencial local, nos órgãos estaduais e, principalmente, nos municípios;
- c) **Modernização da Gestão do Sistema** - com a criação de ferramentas de monitoramento e avaliação das ações;
- d) **Descentralização e transparência** - ampliação da parceria com as organizações da sociedade organizada na elaboração, execução e avaliação da política, com o fortalecimento das instâncias de controle social.

São prioridades do Governo do Estado para a gestão da assistência social:

- Implantar sistema de informação e georeferenciamento de políticas sociais, com acompanhamento das famílias;
- Desenvolver e efetivar programas de monitoramento e avaliação das políticas sociais, com a construção de indicadores;
- Desenvolver programa de formação continuada para gestores, servidores(as) e conselheiros da área, em parceria com as prefeituras;
- Ampliar o apoio às organizações da sociedade civil, com vistas a fortalecer a rede sócio-assistencial de atendimento aos



indivíduos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal;

- Garantir melhor estrutura para os conselhos de controle social.

BOLSA FAMÍLIA

O atendimento emergencial a quem não tem nem mesmo o que comer deve ser mantido através da consolidação do Programa Bolsa Família. O importante, na nova fase de governo, é fortalecer os mecanismos de saída, aqueles que garantem condições às pessoas de andarem com as próprias pernas. Nessa área, nossos compromissos são:

- Consolidar o Bolsa Família, garantindo que nenhuma pessoa necessitada fique sem assistência do poder público;
- Ofertar cursos profissionalizantes aos atendidos por bolsas, garantindo formação profissional de qualidade e sintonizada com as demandas do mercado de trabalho. A essa formação, devem ser associados esforços de elevação da escolaridade das famílias, com estratégias diferenciadas para os adultos;
- Ampliar as ações de inclusão produtiva, com geração de emprego e renda para famílias, articuladas aos princípios da economia solidária;
- Criar mecanismos de suporte aos muni-



cípios, para melhor acompanhamento da gestão, condicionalidades e controle social do Programa;

- Criar fóruns permanentes envolvendo as secretarias municipais para a implementação de ações conjuntas de enfrentamento à pobreza;
- Garantir a ampliação da rede de proteção social básica (ações preventivas de assistência social) em todo o Estado, com cofinanciamento aos municípios, voltado para ações de atendimento à família e incentivo ao protagonismo juvenil – conforme preconiza o SUAS;
- Criar políticas de segurança alimentar a serem transversalmente desenvolvidas com outras secretarias e setores;
- Ampliar as ações de assistência social para área rural e indígena, em interface com as políticas específicas de atenção a esses públicos.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Crianças e adolescentes são prioridade da política estadual de assistência social do Governo do Estado do Acre. Mas cuidar das crianças e dos adolescentes, dando-lhes condições dignas, significa destinar os serviços assistenciais a todos que vivem na extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade.

Para além desse enfoque, o Governo realizou ações específicas para garantir proteção à criança e ao adolescente, possibilitando-lhes as condições psicológicas e sociais necessários ao seu pleno desenvolvimento emocional. A maior delas, sem dúvidas, está na revolução da educação pública experimentada pelo Acre nos últimos sete anos. Com escola de qualidade, que oferece ensino, farda, alimento, livro, professor motivado e assistência à saúde, nunca nossas crianças foram tão assistidas pelo Governo do Estado. A priorização da educação básica, com ênfase nas primeiras séries do ensino fundamental, possibilitou que milhares de crianças pobres, que de outra forma estariam hoje nas ruas, avançassem nos estudos e fossem trilhando caminhos próprios de sucesso na vida.

Para continuar avançando, é necessário:

- Efetivar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, em parceria com os municípios e sociedade civil;
- Fortalecer os programas de atendimento à crianças e adolescentes em situação de violência física, sexual, exploração e tráfico para fins sexuais;
- Ampliar e melhorar o sistema de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei, com vistas à por fim a toda situação irregular em qualquer município do Estado;
- Fortalecer programas de prevenção, combate e atendimento à dependência química, com ênfase na expansão do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), em parceria com as áreas de educação e segurança pública;
- Apoiar os conselhos tutelares da criança e do adolescente, do Estado e dos municípios;
- Apoiar os municípios na implantação da educação infantil, visando a oferta de ensino pré-escolar a crianças de 4 a 6 anos, com expansão da rede de Rio Branco e abertura de escolas nos municípios;
- Assessorar e apoiar os municípios na abertura de creches para crianças abaixo de 4 anos em Rio Branco e nos médios municípios do Estado;
- Ampliar as medidas de qualificação dos professores da rede pública para o tratamento de temas como consumo de drogas e doenças sexualmente transmissíveis, em todo o Estado.

IDOSOS

O aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). No Acre, a situação segue o quadro nacional.

O poder público, em suas várias esferas, ainda se prepara para lidar com esse novo cenário, agora sob as diretrizes e determinações do Estatuto do Idoso, sancionado pelo Governo Federal em 2003. Governo e prefeituras devem somar esforços na criação dos meios institucionais e materiais necessários ao atendimento das demandas da terceira idade, quanto à saúde, acesso a direitos e promoção de oportunidades de convivência social.

Neste novo momento o Governo do Estado atuará visando a criação dessas condições, que acontecerá de forma processual e envolvendo poder público e sociedade civil. Para isso, como primeiras medidas é necessário a realização de



diagnóstico situacional da pessoa idosa no Estado, destinado a indicar as estratégias adequadas de formulação e implementação da política pública para a área e ampliará espaços de convivência para idosos, em parceria com municípios e organizações da sociedade civil.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O cenário histórico do Acre demonstrava que Estado não dispunha de meios efetivos de atenção e promoção social de portadores de necessidades especiais (auditiva, visual e mental). O quadro era dramático e requeria atenção ime-

diata. As escolas especiais existentes dependiam exclusivamente da solidariedade e mobilização de seus trabalhadores, dos pais e amigos dos alunos. Para que o portador de necessidades especiais (PNE) pudesse ter condições equivalentes ao cidadão comum, foi preciso recuperar mais de uma década de abandono. Grandes esforços foram feitos na recuperação dos espaços, no treinamento e capacitação dos servidores e, mais recentemente, na preparação das escolas regulares para receberem alunos com necessidades educacionais especiais.

Para avançar, as medidas que devem estar no centro da atenção do poder público dizem respeito à preparação dos espaços, dos serviços e servidores públicos para lidar com essa clientela especial. Como diretrizes para o próximo mandato, a Frente Popular assume os seguintes compromissos:

- Ampliar o Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade às pessoas com deficiência;
- Implantar a política estadual de atenção à pessoa com deficiência, com a criação de Lei específica;
- Implantar política de inclusão social de pessoas com deficiência em fase de pós-tratamento (acompanhamento), articulada às políticas de educação e saúde mental;
- Fortalecer as ações de educação inclusiva, com ênfase em ações junto aos professores, equipes e funcionários das escolas regulares de ensino fundamental e médio, visando aperfeiçoar o atendimento

que hoje é prestado. Como suporte ao trabalho das escolas, os Centros de Apoio deverão criar formas mais eficientes de sincronia com os gestores escolares e os professores. É necessário redimensionar os centros especializados, com a definição clara do seu papel no contexto da educação especial, para uma ação mais especializada e eficaz;

- Assessorar as prefeituras para adequação de ruas, praças, parques e demais espaços urbanos de circulação, às necessidades e direitos dos portadores de necessidades especiais.

JUVENTUDE

O Estado brasileiro tem uma dívida histórica com seu povo. É a juventude, porém, quem mais sente isso. Tanto pela falta de infra-estrutura urbana adequada às suas necessidades, quanto pela ausência de medidas efetivas de afirmação de sua condição social diferenciada.

Segundo os dados da Pesquisa por Amostragem de Domicílio – PNAD/IBGE, de 2003, existe no Acre cerca de 86 mil jovens com idade entre 15 e 24 anos, o que corresponde a 21% da população urbana do Estado. Se ampliarmos esse recorte para entre 15 e 29 anos chegaremos a um percentual de quase 30% ou seja, quase um terço da população do Estado. Isso significa que toda política de governo, em qualquer área, precisa considerar as especificidades da juventude.

Com a criação da Secretaria da Juventude, o Governo do Estado proporcionou avanços con-



sideráveis na relação do poder público com os jovens. Através de um amplo processo de participação popular, foram criados, ainda, fóruns e o Conselho Estadual de Juventude, destinados à discussão de políticas específicas para o segmento. Outro avanço importante deu-se com a criação de Coordenadorias Municipais de Juventude, a exemplo de Rio Branco, com a ação de governo acontecendo mais próximo das pessoas e comunidades.

São, ainda, conquistas importantes da juventude nos últimos anos:

- O Governo do Estado ampliou os recursos constitucionais destinados à educação de 25% para 30% do orçamento do Estado, o que proporcionou profunda mudança na realidade da educação no Acre.
- Os jovens acreanos hoje contam com um sistema de educação profissional avançado e eficiente, que nos últimos três anos já atendeu mais de 10 mil pessoas em todo o Estado.
- O Consórcio Social da Juventude, ligado ao Programa Nacional de Primeiro Emprego, em sua primeira edição, forneceu capacitação profissional a aproximadamente 900 jovens, dos quais 30% já estão inseridos no mundo do trabalho.
- Ações como o Esporte Comunitário, Bolsa-Atleta, Jogos Escolares, Pintando a Liberdade, Esporte e Lazer nas Casas de Medidas Sócio-Educativas, Lei de Incentivo ao Esporte e convênios com entidades esportivas beneficiaram milhares de jovens em todo o Estado;
- As “tribos” juvenis têm contribuído e sido beneficiárias diretas do novo momento vivido pelas artes em nosso Estado, com destaque para a música. A Lei de Incentivo à Cultura em oito anos beneficiou centenas de projetos, na grande maioria voltados para o público jovem.
- Para garantir a participação da juventude foi realizado o **Fórum Estadual de Juventude**, já em três edições.
- Foi criado o **Conselho Estadual de Juventude**, que tem como objetivo fomentar a formulação e a avaliação das políticas pú-



blicas voltadas para a inclusão e afirmação social do jovem acreano;

- Para incentivar a participação protagonista da juventude na transformação de sua própria realidade, foi criado o programa **Juventude N'ativa**, que reúne várias ações realizadas pelo Governo do Estado;
- Também diante da necessidade de potencialização da juventude como agente de transformação local, foi desenvolvido o projeto **Circulando**, uma parceria entre os governos federal e estadual e organizações juvenis, que visa identificar e capacitar jovens lideranças, incentivando-os ao **associativismo juvenil**.

Importantes vitórias foram conquistadas pela juventude nos governo da Frente Popular. Nos últimos seis anos, desenvolveu-se política voltada para a afirmação social dos jovens. Contudo, é um processo em andamento, que requer constância nas ações e tempo de maturação. Ainda se faz necessário superar uma série de desafios e lacunas dentro do próprio governo. Principalmente o de transformar a Juventude em tema



transversal no conjunto das políticas públicas.

É preciso que se assuma a integralidade e, em alguns casos, a transversalidade como princípios organizadores da ação de governo para a juventude. E, a partir daí, atuar junto aos setores e agentes que tem relação direta com os jovens, como professores, dirigentes comunitários, empresários, policiais, comunicadores sociais e pais.

Para os próximos quatro anos, o Governo assume os desafios estratégicos para que o Acre continue avançando no tratamento digno no presente e na construção de futuro decente para sua juventude:

a) Educação

- Continuar o investimento forte na educação básica, com destaque para a universalização do acesso ao ensino médio;
- Transformar a escola em espaço de referência e manifestação cultural, artística, esportiva e social da comunidade, que cative a juventude, sabendo lidar com suas muitas linguagens, valores e atitudes;
- Incentivar a participação dos estudantes na gestão da escola, no rumo da radicalização da democracia escolar e como meio de sua educação política e cidadã;
- Ampliar o acesso da juventude, principalmente de família de baixa renda, ao ensino superior, através de estratégias diferenciadas para o interior.

b) Trabalho e renda

- Criar o Programa Estágio Legal, voltado para organizar e ampliar oportunidades de estágio curricular aos jovens estudantes do ensino médio, da educação profissional e das universidades, no setor público e na iniciativa privada;
- Criar um programa local de Micro-Crédito aliado a iniciativas de Empreendedorismo Juvenil;
- Ampliar a oferta de formação profissional, com cursos regulares em todos os municípios, adequados às necessidades dos mercados de trabalho locais.

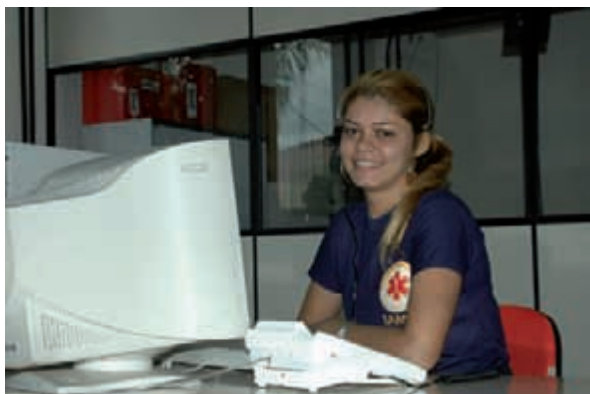
c) Esporte, Cultura e Lazer



- Dar continuidade ao processo de fortalecimento das organizações/movimentos juvenis de cunho esportivo, cultural ou artístico;
- Revitalizar os Centros de Juventude, bem como promover inovação nas ações atribuídas aos centros.
- Democratizar o acesso aos espaços culturais.

MULHERES

Nos últimos oito anos o Governo procurou reconhecer a responsabilidade do poder público com um segmento até então desconhecido das ações de governo: as mulheres, em particular aquelas submetidas a violências e em situação de risco social. No período de 1999, foi instituído o Departamento de Relações Sociais de Gênero, depois transformado em Secretaria Extraordinária da Mulher. Através desses órgãos, foram obtidos grandes avanços nas políticas públicas dirigidas à promoção das mulheres, procurando sempre afirmar a transversalidade de gênero como uma diretriz de governo.



Num primeiro momento, as ações se voltaram para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Projetos como a Casa Abrigo Mãe da Mata, Rede de Enfrentamento às Mulheres em Situação de Violência - REVIVA, bem como, oficinas e campanhas realizadas em parceria com o movimento de mulheres, demonstram a efetividade do que foi realizado.

Em 2003, com a criação da Secretaria, a prioridade passou a ser garantir a execução de políticas públicas orientadas para enfrentar a desigualdade entre homens e mulheres.

Em 2004, Ano da Mulher no Brasil, mais de 2.900 pessoas, entre mulheres e homens, participaram de plenárias e consultas municipais e da I Conferência Estadual de Políticas Para as Mulheres. Essa conferência definiu as políticas prioritárias a serem assumidas pelo Governo do Acre e contribuiu para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM.

O Estado conquistou importantes vitórias em temas como autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, com o Governo promovendo qualificação para organização da produção e estruturação de espaços para comercialização dos produtos das mulheres. Como também na educação inclusiva, não sexista e não racista, na

saúde das mulheres e nos direitos sexuais e reprodutivos, e no enfrentamento à violência contra a mulher, com a implantação de delegacias especializadas de atendimento à mulher e com o acompanhamento jurídico às vítimas de violência.

A implementação dessas políticas vem ao encontro dos interesses da sociedade civil, das instituições e dos movimentos de mulheres, que entendem a importância da efetivação da transversalidade de gênero nas políticas públicas para a superação das desigualdades entre mulheres e homens.

O Acre se tornou referência no tratamento dado aos direitos da mulher, sendo o único Estado do país a fazer parte da comissão de elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, ao lado de gestores de onze ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal.

Na nova etapa desse processo, o Governo avançará nas políticas para as mulheres buscando dar relevo a ações capazes de superar as históricas e culturais desigualdades entre homens e mulheres, partindo da compreensão que transversalidade de gênero é garantia de uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais.



A nova gestão procurará atuar em articulação com as organizações sociais que lidam com as questões da mulher, bem como, tornar realidade, em âmbito local, as propostas contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, considerando as especificidades sociais e as limitações operacionais e econômicas do Estado.

Atuando com ações integradas onde as questões da mulher não sejam tratadas apenas no âmbito de uma Secretaria Extraordinária, mas como ação transversal sendo prioridade de Governo.

Assim, as propostas para os próximos quatro anos são:

a) Autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania

- Ampliar as ações de capacitação de mulheres, sobretudo em gestão da produção rural;
- Garantir acesso às fontes de financiamento e a titularidade da terra para as trabalhadoras rurais;
- Disponibilizar espaços adequados para a comercialização de produtos artesanais das cooperativas, bem como, de pequenos empreendimentos;
- Consolidar a dimensão de gênero nos programas e projetos de desenvolvimento.

b) Educação inclusiva, não sexista e não racista

- Implementar o programa de capacitação de gestores/as e professores/as para incorporar o debate sobre a educação inclusiva, não sexista e não racista;
- Implementar o programa de produção de materiais paradidáticos, acompanhados de práticas educativas inclusivas e não discriminatórias;
- Incluir no programa Saúde na Escola a temática da sexualidade e saúde reprodutiva e preventiva, através de oficinas e ações paradidáticas.

c) Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos

- Implementar o protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência;

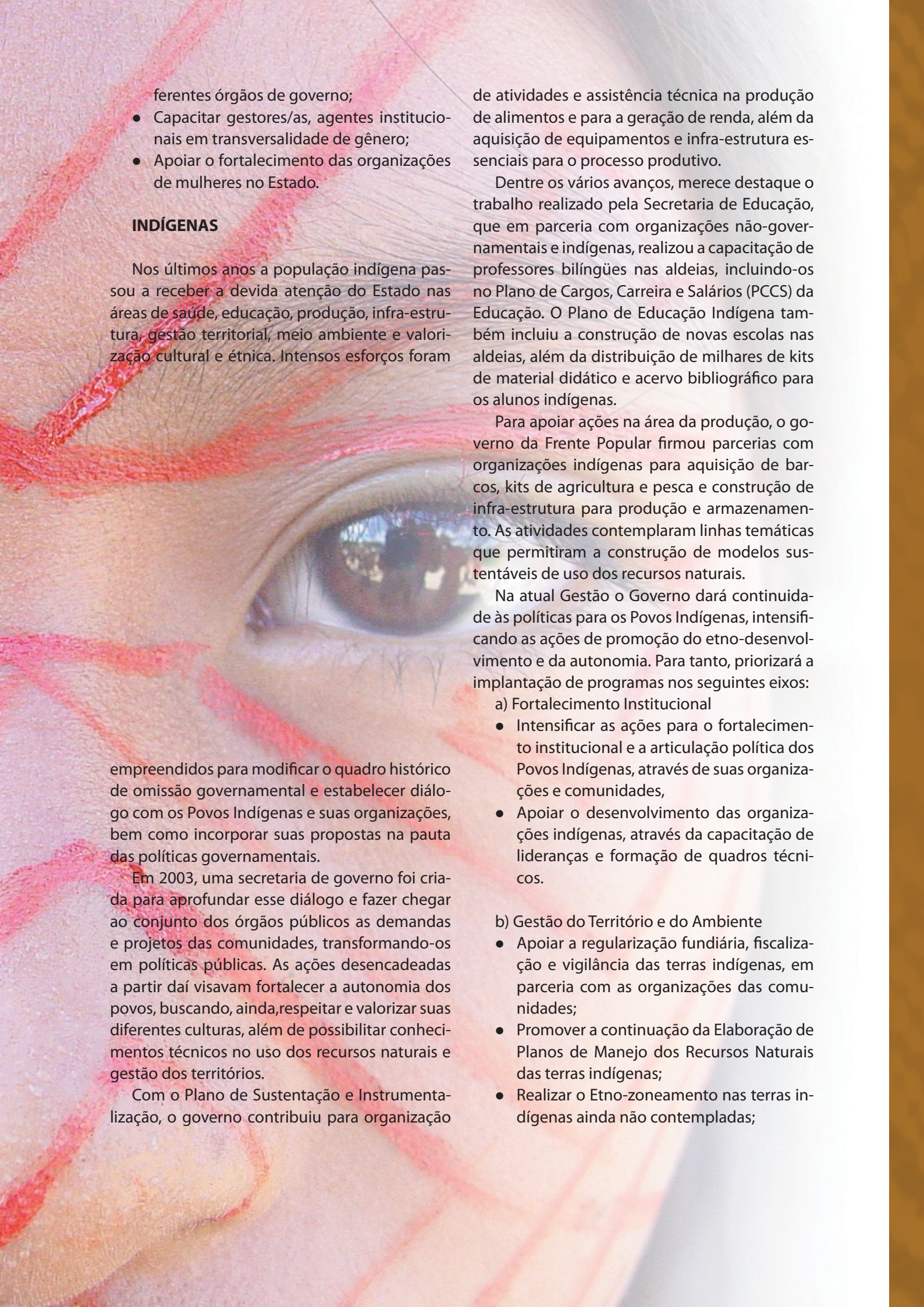
- Ampliar, qualificar, humanizar e implementar, na Atenção Integral à Saúde da Mulher, ações que atendam às necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases do ciclo vital, abrangendo mulheres negras, com deficiência, indígenas, presidiárias, trabalhadoras rurais e urbanas;
- Buscar meios para a criação de “Casas de Parto”, com todas as modalidades de parto, visando humanizar o atendimento à parturiente;
- Intensificar as estratégias para redução do câncer de colo de útero e mama.

d) Enfrentamento à violência contra a mulher

- Implementar a Lei n 11.340 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Integrar os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência em redes locais;
- Capacitar os profissionais que atuam nos serviços de prevenção e assistência a mulheres em situação de violência.

e) Gestão e monitoramento

- Monitorar e avaliar permanentemente as políticas públicas voltadas para mulheres, ou que tenham impacto sobre elas, em di-

- 
- ferentes órgãos de governo;
 - Capacitar gestores/as, agentes institucionais em transversalidade de gênero;
 - Apoiar o fortalecimento das organizações de mulheres no Estado.

INDÍGENAS

Nos últimos anos a população indígena passou a receber a devida atenção do Estado nas áreas de saúde, educação, produção, infra-estrutura, gestão territorial, meio ambiente e valorização cultural e étnica. Intensos esforços foram

empreendidos para modificar o quadro histórico de omissão governamental e estabelecer diálogo com os Povos Indígenas e suas organizações, bem como incorporar suas propostas na pauta das políticas governamentais.

Em 2003, uma secretaria de governo foi criada para aprofundar esse diálogo e fazer chegar ao conjunto dos órgãos públicos as demandas e projetos das comunidades, transformando-os em políticas públicas. As ações desencadeadas a partir daí visavam fortalecer a autonomia dos povos, buscando, ainda, respeitar e valorizar suas diferentes culturas, além de possibilitar conhecimentos técnicos no uso dos recursos naturais e gestão dos territórios.

Com o Plano de Sustentação e Instrumentalização, o governo contribuiu para organização

de atividades e assistência técnica na produção de alimentos e para a geração de renda, além da aquisição de equipamentos e infra-estrutura essenciais para o processo produtivo.

Dentre os vários avanços, merece destaque o trabalho realizado pela Secretaria de Educação, que em parceria com organizações não-governamentais e indígenas, realizou a capacitação de professores bilíngües nas aldeias, incluindo-os no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) da Educação. O Plano de Educação Indígena também incluiu a construção de novas escolas nas aldeias, além da distribuição de milhares de kits de material didático e acervo bibliográfico para os alunos indígenas.

Para apoiar ações na área da produção, o governo da Frente Popular firmou parcerias com organizações indígenas para aquisição de barcos, kits de agricultura e pesca e construção de infra-estrutura para produção e armazenamento. As atividades contemplaram linhas temáticas que permitiram a construção de modelos sustentáveis de uso dos recursos naturais.

Na atual Gestão o Governo dará continuidade às políticas para os Povos Indígenas, intensificando as ações de promoção do etno-desenvolvimento e da autonomia. Para tanto, priorizará a implantação de programas nos seguintes eixos:

a) Fortalecimento Institucional

- Intensificar as ações para o fortalecimento institucional e a articulação política dos Povos Indígenas, através de suas organizações e comunidades,
- Apoiar o desenvolvimento das organizações indígenas, através da capacitação de lideranças e formação de quadros técnicos.

b) Gestão do Território e do Ambiente

- Apoiar a regularização fundiária, fiscalização e vigilância das terras indígenas, em parceria com as organizações das comunidades;
- Promover a continuação da Elaboração de Planos de Manejo dos Recursos Naturais das terras indígenas;
- Realizar o Etno-zoneamento nas terras indígenas ainda não contempladas;

- Intensificar as ações de minimização de invasão em terras indígenas de faixa de fronteira;
- Apoiar a elaboração e implementação de projetos de etno-turismo em terras indígenas.

c) Produção e Valorização Cultural

- Intensificar as ações de piscicultura e avicultura em terras indígenas;
- Apoiar iniciativas de organização da produção e gestão de negócios sustentáveis;
- Fortalecer o programa de valorização do artesanato indígena do acre;
- Intensificar ações de valorização e sustentabilidade étnica dos Povos Indígenas;
- Garantir a realização de Encontros de Cultura Indígena;
- Participar ativamente das articulações institucionais visando a aprovação de legislação nacional sobre “Propriedade Intelectual e Proteção do Conhecimento Tradicional dos povos indígenas”.

d) Formação e Educação Indígena Diferenciada

- Intensificar as ações de capacitação indígena diferenciada e participativa visando atender às demandas específicas dos Povos;
- Implantar programa de formação de gestores de projetos indígenas, com foco em atividades econômicas sustentáveis, propaganda e marketing.

CULTURA E ESPORTES

A história e a cultura do povo acreano foram constituídas a partir da contribuição inicial dos povos indígenas e nordestinos, tendo recebido mais recentemente a influência de homens e mulheres de diferentes regiões do Brasil e do mundo. Por isso, o Acre é hoje uma mistura do antigo, tradicional e original imaginário dos povos da floresta, com o moderno e inovador.

Essa realidade possibilitou ao povo acreano uma trajetória de luta e determinação únicas na Amazônia, dando origem a uma cultura de enor-



me vitalidade, capaz de manter-se preservada mesmo nos momentos mais difíceis.

Foi com base nisso que o Governo do Estado buscou unir a tradição presente na sociedade acreana, com a ousadia e inovação da vida contemporânea. É o que explica a implantação, ao mesmo tempo, de espaços de memória, ou a restauração de antigas referências arquitetônicas do Acre, como o Mercado Velho de Rio Branco, e a criação de ambientes como a Usina de Comunicação e Artes, ou a atração de indústrias de madeira, por exemplo. Um dos grandes desafios para o futuro é, portanto, continuar valorizando aquilo que é essencialmente acreano, ao mesmo tempo em que se avança na conquista de melhores condições de vida para todos.

Mas chegar a isso não foi fácil. Até 1999, o órgão de política cultural do Acre era uma instituição falida e sem sede. Respondia ao mesmo tempo pelo desporto, artes, patrimônio histórico, bibliotecas públicas e pela formação do quadro funcional do Estado, enfim, uma enorme mistura de temas e interesses.

A sociedade civil encontrava-se totalmente desorganizada e alijada de qualquer política pública que fosse capaz de alterar esse quadro. Era chamada para participar, pontualmente, dos poucos eventos que eram realizados – eventos sem planejamento e qualidade. Some-se a isso a completa degradação dos poucos equipamentos públicos existentes nas diversas áreas, e a enorme deficiência de pessoal técnico. Enfim, esse era o ambiente geral, caótico e desestimulador, da cultura acreana no início de 1999.

Em parceria com as organizações sociais da área (federações, associações, clubes e ligas, etc),



o governo da Frente Popular promoveu grandes avanços na gestão pública das artes, do esporte e do patrimônio histórico, criando a Fundação Elias Mansour e, posteriormente, uma secretaria para a área do esporte.

Espaços foram criados ou revitalizados e a Lei de Incentivo à Cultura e ao Desporto, bem como, a de Patrimônio Histórico e a do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas foram revistas e efetivamente implementadas.

Foi iniciada a interiorização das ações governamentais nas diversas áreas de cultura e esportes, fortalecida a participação social, através da implantação dos conselhos de Patrimônio Histórico e da de Cultura. Merecem destaque, ainda, ações como a revitalização e tombamento de diversos sítios históricos/arquitetônicos urbanos e rurais, como meio de valorização da cultura acreana, educação patrimonial e fomento ao turismo.

Com os novos investimentos, os Espaços de Memória saltaram de três para dez, e a oferta de Espaços Culturais de seis para vinte e cinco,

além da dinamização do quadro funcional, que foi capacitado para atender os diversos tipos de público.

O fortalecimento das identidades regionais e étnicas (comemorações dos centenários de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira e Encontros de Culturas Indígenas) e a valorização de manifestações da cultura popular acreana (cavalhada, marujada, etc.) exerceram forte influência no resgate das festividades tradicionais no interior do Estado.

A estruturação do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural, a implantação do Fundo e do Conselho de Patrimônio e a implementação de mecanismos de fomento à cultura e ao esporte, além do estabelecimento de convênios com entidades artísticas diversas, possibilitaram um expressivo avanço no setor cultural. Com a Lei de Incentivo, foram investidos R\$ 8,5 milhões, beneficiando mais de 1.700 projetos em todos os municípios do Estado.

A consolidação de um calendário de eventos realizados pelo governo ou em parceria com a



sociedade civil fortalece as manifestações culturais populares (carnaval, cultura caipira, FEC, varadouro, festivais de praia, natal, etc.), promove o turismo local e diversifica as opções de lazer da população.

O acesso à leitura foi significativamente ampliado, através da revitalização e ampliação da Biblioteca Central e da implantação de 26 novos espaços de leitura, Somam-se a isso, a revitalização e modernização da Biblioteca Pública Estadual e a implantação da Biblioteca da Floresta,

- um centro de referência para pesquisas na área florestal, com espaços modernos e interativos. Parcerias com o Governo Federal possibilitaram a implantação de diversos projetos e permitiu a implantação de 300 pontos de leitura, em todo o Estado.

A construção da Usina de Comunicação e Artes João Donato veio coroar os avanços no setor cultural. Trata-se de um espaço artístico multicultural com moderna infra-estrutura para a realização de eventos e a formação de artistas locais.

Entretanto, em meio a tantas realizações, sem dúvidas o mais importante resultado do Governo do Estado nos últimos anos foi o resgate da história acreana e do sentimento de acreanidade, de identidade regional, a florestania virou não apenas um termo solto, mas uma forma de viver e de nos identificar.

Na área de esportes, além da aquisição de equipamentos e revitalização de áreas para esporte e lazer, o Governo criou a Lei de Incentivo e os Jogos Escolares, que todo ano possibilita a participação de milhares de estudantes. As obras



estruturantes, além de uma arquitetura e paisagismo regional, ganharam um novo conceito – infra-estrutura, com inclusão social e qualidade de vida. Os parques urbanos, dotados de amplos espaços de lazer, contemplação, esportes, eventos e restaurantes, são exemplo disso, mudando o cotidiano das cidades.

Ainda Falando sobre a infra-estrutura esportiva o Governo do Estado inaugurou o Estádio Arena da Floresta, que combina a modernidade da arquitetura dos grandes estádios de futebol, com a valorização dos aspectos locais. Isso possibilitou ao Acre inserção no cenário esportivo nacional, até mesmo pleiteando participação efetiva na Copa do Mundo de 2014, caso o Brasil seja escolhido para sediar o evento. A ampliação, manutenção e desenvolvimento do Complexo são algumas das ações prioritárias na área esportiva.

Ações prioritárias para o Esporte, Lazer e Cultura:

a) Esporte e Lazer:

- Ampliação, manutenção e conservação do Complexo Esportivo Arena da Floresta em Rio Branco, bem como construção do Centro olímpico em Cruzeiro do Sul.
- Estruturação, organização, agentes e competências – compreenderá o lazer, o esporte educacional, o esporte participação, o esporte de alto-rendimento;
- Recursos humanos e formação – será elaborada uma política de formação inicial e continuada nos níveis básico, médio, superior e pós-graduação;
- Gestão e controle social – possibilitará a melhoria na gestão democrática das políticas públicas para o esporte, a criação de Conselhos, Conferências, Fóruns e Câmaras Setoriais, garantindo participação popular.

b) Artes, Leitura e Memória:

- Consolidação do Sistema Estadual de Cultura, através das seguintes ações:
- Sistematizar e consolidar as ações em desenvolvimento no Plano Estadual de Políticas Culturais, inserindo o Acre no Sistema Nacional de Cultura;

- Reestruturar a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, com a extinção da antiga FDRHCD, a incorporação do sistema público de comunicação, a consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural;
- Descentralizar a administração, promovendo a autonomia financeira dos espaços culturais e realizando estudos para posterior municipalização desses espaços.
- Fortalecer os segmentos artísticos e populares organizados, e incentivar o surgimento de novos grupos;
- Estimular a formação de associações de amigos dos museus, sítios históricos, bibliotecas, centros culturais, visando a auto-gestão desses bens;
- Intensificar as mudanças em curso da postura governamental e social em relação a cultura acreana, trabalhando junto à sociedade para consolidar novas práticas coletivas de conservação e dinamização dos espaços existentes;
- Incrementar mecanismos de diálogo e fixação de um novo comportamento em relação aos bens culturais coletivos;
- Avançar na gestão dos bens culturais, promovendo a participação direta da sociedade;
- Garantir o acesso aos bens e práticas culturais a todos os municípios e regiões do Estado, dotando-os de espaços de leitura, memória e artístico-culturais.

SEGURANÇA PÚBLICA:

RESPONSABILIDADE DE TODOS

Em 1999, o Estado tinha os serviços de segurança pública sem estrutura de funcionamento, carente de recursos materiais e de pessoal, com servidores mal remunerados, sem qualificação profissional e desestimulados. O sistema operacional de polícia mostrava-se frágil e sem efetivo desempenho nas atividades de prevenção à violência e re-socialização de presos. E o mais grave: grupos criminosos infiltrados nas organizações policiais e em algumas importantes instituições públicas atuavam livremente, pro-



movendo medo na população e disseminando violência e impunidade. Como resultado disso e da crise social então presente, os Estado figurava entre os mais violentos do país. A média de homicídios em Rio Branco nos três anos anteriores ao início do governo, em 1999 da Frente Popular era de 120 por mês, e vinha crescendo de forma contínua.

A mudança na segurança pública exigia coragem, determinação e capacidade de gestão. Naquele momento, era necessário fazer o enfrentamento da violência, antes mesmo de se buscar garantir segurança. O crime organizado foi combatido e desmantelado. A atividade policial foi resgatada e valorizada, com a implantação de plano de carreira e remuneração e a criação de condições dignas de trabalho nas delegacias, quartéis e outros aparelhos policiais. Investiu-se em polícia técnica e inteligência policial como nunca antes no Acre. O resultado é sentido pela população: os índices de violência baixaram, a polícia está mais próxima do cidadão e segurança pública deixou de ser tema das disputas

políticas, como infelizmente ainda acontece na maioria dos estados brasileiros. Em linhas gerais, os principais investimentos foram:

- Valorização da atividade policial, com reajuste salarial dos policiais já no início da nova gestão e implantação do PCCR da segurança;
- Contratação de 800 novos profissionais para as polícias civil e militar, sendo 500 soldados, 200 agentes de polícia, 40 escrivães, 40 delegados, 30 peritos criminais e 01 médico legista. Esses policiais fizeram o primeiro Curso Integrado de Formação de Policiais realizado no Acre. Durante nove meses receberam treinamento dentro da nova filosofia de segurança pública, baseada nos princípios de integração das polícias, polícia comunitária, direitos humanos e prevenção à violência;
- Realização de concurso público para Oficial da Polícia Militar do Acre, com 35 vagas para o ingresso na carreira. A inovação

foi o Curso de Formação de Oficiais que está sendo realizado no próprio Estado, possibilitando treinamento dentro dos princípios culturais da instituição e da realidade local;

- Reestruturação das delegacias e quartéis de polícia, com reforma e equipamento das unidades, garantindo melhores acomodações e recursos tecnológicos para o trabalho dos policiais. Entre 2000 e 2005 foram investidos mais de 57 milhões de reais em reformas, aquisição de equipamentos e aparelhamento das polícias;
- A Polícia Técnica recebeu grande investimento em sua estrutura física e em equipamentos modernos, com tecnologia de ponta, além de aprimorar a realização dos exames periciais. Ainda em 2006 será inaugurado o Laboratório de Análise de DNA, uma das maiores demandas da população;
- Integração dos sistemas policiais através do Sistema de Informações de Segurança Pública – INFOSEG. Com a adoção, ainda, do Sistema de Registro de Ocorrências Policiais, o uso da informática permitiu maior agilidade à atividade policial, acabando com os ultrapassados livros de ocorrências. A informatização das informações policiais possibilitou à gestão observar, através de dados estatísticos confiáveis, a evolução da criminalidade em todo o Estado, bem como os impactos das ações desenvolvidas pelos órgãos de Segurança Pública;
- Criação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP, que permitiu a efetiva integração dos bancos de dados e informações das polícias e do corpo de bombeiros no atendimento às ocorrências na cidade de Rio Branco;
- Redução de 25% no número de vítimas

fatais em acidentes de trânsito, no período 2002-2006, mesmo com o aumento significativo do número de veículos circulando no Estado, que saltou de 56.878 em 2002, para 76.610 em 2006.

Sistema Penitenciário

O trabalho em segurança pública envolve a atividade policial de prevenção e combate a delitos. Mas deve ir além. É preciso que sejam garantidas as condições de re-socialização dos presos, para que os presídios sejam nova oportunidade de vida, e não “escolas de crimes”, como se dizia no passado - principalmente quando se observa que a população prisional do Estado é formada majoritariamente por jovens oriundos de famílias de baixa renda, que tiveram poucas oportunidades na vida.

Para isso, o Governo do Estado trabalhou forte. E esse trabalho teve que ser mais intenso ainda devido ao grande aumento da população carcerária do Estado, que saltou de 514 em 1999 para 2.210 – resultado da melhoria geral da atuação dos serviços de segurança.

As principais intervenções podem ser assim resumidas:

- Criação do Departamento de Administração Penitenciária, autarquia estadual destinada exclusivamente à gestão do sistema, o que possibilitou maior autonomia administrativa e, conseqüentemente, maior agilidade e eficiência na condução das medidas necessárias ao adequado funcionamento das penitenciárias do Estado;
- Reforma, adequação e ampliação dos presídios e unidades de recuperação social, com a criação de condições humanas de cumprimento das penas e recuperação social dos apenados;
- Escolas funcionando dentro das Unidades de Recuperação Social dão nova oportunidade de alfabetização e formação profissional aos detentos, envolvendo parcerias de órgãos governamentais e não governamentais;
- Hoje é disponibilizado, ainda, atendimento odontológico, psicológico, emergência clínica, dentre outros;



- Incentivo à geração de trabalho e renda, através da educação profissionalizante, de forma que tenham como manter ou ajudar suas famílias;
- Com o Programa “Pintando a Liberdade”, atividades como artesanato, horta, enfermagem, marcenaria, produção de vela, produção de farinha, criação de animais, produção agrícola e costura de bolsas, são realizadas pelos reeducandos nas próprias celas, sendo determinantes para sua re-socialização e redução da pena, conforme prevê a lei.

A polícia próxima do cidadão

O combate ao crime organizado, a modernização do aparato e a valorização dos profissionais da segurança pública, aliado à elevação do padrão gerencial do sistema, possibilitaram que o Estado saísse do quadro de calamidade encontrado em 1999 para um ambiente de normalidade social em 2006. A nova fase da segurança pública, acontecerá através da consolidação das conquistas alcançadas até aqui e da aproximação das estruturas e dos agentes de segurança às pessoas e comunidades. A polícia atuará mais fortemente na prevenção ao crime, buscando agir como mediadora de conflitos e não apenas com a repressão. A Polícia da Família será o grande instrumento através do qual se alcançará os níveis de proteção e segurança almejados pela população. Atuando próxima ao cidadão, tendo a unidade familiar e o lar como referência, o po-

licial terá sua atuação marcada pela convivência social e prestação de serviço, tornando-se gradativamente um companheiro da comunidade na identificação e solução de problemas de segurança, podendo agir nas causas locais dos problemas.

Para continuar avançando na estruturação dos serviços de segurança pública é necessário, portanto:

- Investir na contratação de novos policiais civis e militares para repor os efetivos, que sofreram redução em função do grande número de aposentadorias e baixas no período recente;
- Fortalecer e ampliar a Polícia da Família, com a aquisição de mais equipamentos e a formação de novas equipes. A polícia da família deixará de ser um programa para se tornar o próprio centro da política pública para a segurança, com a definição de parâmetros técnicos de cobertura e padrões mínimos de atuação das equipes;
- Valorizar a atividade policial, com formação adequada e apoio à família;
- Ampliar o Programa ProVida, com a criação de novas equipes e unidades, para atender aos bairros mais isolados de Rio Branco e as vilas dos Projetos de Assentamento no interior do Estado;
- Fortalecer e ampliar a capacidade de atuação das delegacias, principalmente nos municípios, com a capacitação de policiais e servidores para atuar com públicos diferenciados;
- Intensificar o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, em todo o Estado, ampliando as parcerias institucionais para sua expansão;
- Intensificar as ações pró-ativas através da implementação de projetos de Prevenção à Violência em parceria com instituições do governo e da sociedade civil organizada;
- Implantar o Sistema Operacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais para aumento do controle interno e otimização do emprego operacional das polícias.





A gestão da política e das instituições de segurança pública requer adoção de estratégias próprias de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do desempenho das unidades e dos órgãos do sistema. O novo passo na segurança pública requer a mudança inclusive conceitual do enfoque sobre sua forma de organização e funcionamento. Tal superação requer:

- O diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral – sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas;
- A elaboração de planos de ação capazes de formular agendas, identificar prioridades, definir estratégias e estipular metas adequadas aos tipos diferenciados de desafios enfrentados pelo poder público na área de segurança, em cada momento;
- O monitoramento e a avaliação de resultados e processos, realizados continuamente, para a detecção de problemas e correção de falhas, de forma que o resultado alcançado corresponda ao requerido pela política.

Em termos operacionais, tais mudanças requerem:

- Integração, inclusive física, das unidades de segurança pública, hoje dispersas e com sérias limitações estruturais. Para isso, será Implantado o Complexo de Segurança Pública, integrando as unidades operacionais do sistema (Direção de Polícia Civil, Comando Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Técnica e os laboratórios do Instituto de Criminalística, Instituto de Identificação e Instituto Médico Legal);
- O desenvolvimento de ampla política de formação profissional, para a criação de competência técnica e gerencial local;
- Implantação de estratégias integradoras de elaboração e execução de programas e projetos, com a adoção de técnicas de gestão matricial, envolvendo as equipes dos diferentes órgãos e unidades de segurança, avançando para a consolidação da unidade central da Secretaria de Segurança como integradora e dinamizadora da gestão do sistema.

Infra-estrutura

Nosso povo viveu sempre no interior da floresta. Ora em colocações e colônias, ora em vilas e vilarejos que aos poucos foi se acostumando a chamar de cidades. A estrada era o rio, que generosamente lhe garantia oportunidade de deslocamento, alimento e, claro, água. Depois, com a crise do extrativismo e a ausência de iniciativas dos governos, milhares de famílias migraram, principalmente, para Rio Branco, tornando a capital uma cidade feia, desorganizada e violenta.

As rápidas e trágicas mudanças sociais ocorridas no Acre no curto período de duas décadas (anos 80 e 90) criaram novas necessidades que as frágeis cidades não estavam preparadas para responder. Nem os governantes. Assim, famílias desamparadas e sem perspectivas migraram da floresta e das colônias, chegando em cidades sem estrutura para recebê-las. Faltou emprego para os pais, escola para as crianças, hospital para os doentes, delegacia e policial para garantir segurança, saneamento básico, água para beber, transporte, enfim, faltou quase tudo.

No curto período de oito anos o Estado tomou um novo rumo. Muito foi feito para reorganizar as cidades, melhorar os serviços públicos, ampliar a capacidade de atendimento das políticas de governo e fortalecer a economia.

Foram realizados grandes investimentos em obras de infra-estrutura para viabilizar a logística de transporte, fundamental ao processo produtivo. Avançou-se na pavimentação da rodovia BR-364, para integração definitiva de Feijó a Cruzeiro do Sul, e fortalecimento da economia com a implantação das Florestas Públicas para o manejo sustentável; na viabilização da rodovia interoceânica (BR-317), importante eixo de ligação sulamericana; nas rodovias estaduais, coletoras da produção; na construção do porto de Cruzeiro do Sul e nos aeroportos do interior. A ampliação da capacidade de geração de energia, bem como das redes de distribuição, melhoraram a vida de milhares de pessoas que viviam na escuridão e, aliado aos incentivos criados,

possibilitaram a atração de novas indústrias para cá. Cresceu ainda a rede de saneamento básico, com maior capacidade de coleta e tratamento de esgoto e oferta de água tratada em todo o Estado. A construção de parques urbanos deu novo ânimo às nossas cidades, bem como a abertura ou ampliação de vias urbanas centrais em quase todos os municípios.

Mas o prejuízo acumulado era grande. Muito ainda há por fazer. Nessa nova fase o desafio do Governo é levar o poder público mais perto das pessoas, entrando em seu convívio diário. A fase das grandes obras de infra-estrutura está se aproximando do fim, porque as bases estão quase todas assentadas. Aproxima-se o momento das pequenas obras, em grande quantidade, espalhadas por todos o Estado. Porque se antes na tinha vias de transporte, as estradas foram feitas. Agora é o momento de fazer o ramal. Se não tinha rua nem mesmo para o ônibus trafegar, ela foi recuperada. Agora é a vez de fazer a travessa, a alameda e a rua secundária.

Assim, seguindo adiante num projeto que está dando certo, o povo do Acre recupera sua dignidade e a identidade acreana. Porque o muito conquistado até aqui é pouco diante das grandes vitórias que estão por vir.

INFRA-ESTRUTURA MUDANDO A VIDA DAS PESSOAS

Nos últimos oito anos, as intervenções realizadas na infra-estrutura do Estado, nas áreas de transporte e logística, obras públicas, saneamento e energia, visavam à criação das condições estruturais do desenvolvimento sustentável do Acre, priorizando o fortalecimento da economia





de base florestal, a integração territorial, a melhoria das cidades e a inclusão das populações tradicionais. Em todas as áreas, os avanços foram significativos, revertendo o quadro geral negativo herdado e possibilitando a estabilidade institucional necessário ao processo de desenvolvimento.

No período de 1999-2000 o Governo, enfatizou a captação externa de recursos financeiros para **investimentos em transporte e logística**. Os projetos elaborados e a boa articulação política com a bancada e o Governo Federal garantiram ao Acre a entrada de **mais de 400 milhões de reais de recursos da União**. Conseguiu-se, ainda, junto ao Ministério dos Transportes, que fosse delegada a construção e conservação das rodovias federais. O governo também reestruturou o Departamento de Estradas de Rodagem do Acre – DERACRE, aparelhando o órgão com a aquisição de novas máquinas, instalação de cinco usinas regionais de asfalto e a criação de unidades de operação em todo o Estado.

É bom lembrar que, no início de 1999, a situação do DERACRE era crítica: o maquinário em precárias condições – a maioria inclusive estava alienada. O órgão contava com um quadro mínimo de técnicos que, diante das precárias condições de trabalho, estavam desmotivados e com baixo rendimento.

O trabalho intenso de uma dedicada equipe, o esforço e determinação de todo o governo reverteram esse quadro e possibilitaram ao DERACRE, a realização de importantes obras, assim como a execução dos serviços de manutenção em rodovias e ramais.

a) Transporte terrestre

Rodovias

A malha rodoviária implantada no Acre totaliza 1.578 km, sendo composta por duas rodovias federais (BR-364 e BR-317) e sete rodovias estaduais (AC-10, AC-40, AC-90, AC-405, AC-407, AC-475 e AC-485).



No final de 1998, a situação dessas rodovias era a seguinte:

- BR-364: 811 km de extensão, 370,50 km asfaltados (45,68%);
- BR-317: 417 km de extensão, 214 km asfaltados (51,32%);
- Rodovias Estaduais: 350 km de extensão total, 203 km asfaltados (58,00%)

No período de 1999 até o final de 2006, o Governo do Estado asfaltou de 467 km das rodovias, o que trará inúmeros benefícios, tais como:

- considerável avanço na integração local e regional das nossas cidades e internacional do Acre com o Peru e a Bolívia;
- redução do isolamento das populações do interior;
- base de logística para o escoamento da produção;
- fortalecimento da presença do governo nas divisas e fronteiras, com a construção dos complexos alfandegários;
- conciliação entre a intervenção humana e as diretrizes ambientais, através da implantação de áreas de proteção e manejo florestal, com a inclusão das populações tradicionais.

Na rodovia BR-364 já foram asfaltados, aproximadamente, 192 km. Destaca-se a ligação de Tarauacá com Cruzeiro do Sul, integrando os vales dos rios Envira e Tarauacá com o Vale do Juruá.

Na rodovia BR-317 (Estrada do Pacífico), fo-

ram asfaltados, aproximadamente, 151 km. Nessas obras o destaque fica para a ligação de Brasília com Assis Brasil, com seus 110 km de estrada asfaltada. Assim, o trecho da rodovia Interoceânica, no Acre, componente do sistema intermodal (rodo-fluvio-marítimo), está praticamente concluído.

Nas rodovias estaduais, foram implantados e asfaltados aproximadamente 124 km. Os destaques ficam para a Estrada da Borracha, em Xapuri, e a Estrada do Agricultor, em Acrelândia.

Outro importante investimento tem sido a operação anual de reabertura da Rodovia BR-364/AC até Cruzeiro do Sul, que acontece desde o ano de 1999, buscando garantir trafegabilidade no trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul, no período do verão (julho a setembro).

Propostas:

- Avançar nas obras da rodovia BR-364 com a ligação definitiva do Juruá/Cruzeiro do Sul com Rio Branco, concluindo o asfaltamento do trecho Tarauacá - Cruzeiro do Sul (40 km) e com a pavimentação da variante Cruzeiro do Sul/Rodrigues Alves (12 km) e iniciando o trecho Sena Madureira/Manuel Urbano - Feijó (226 km);
- Construir a ponte sobre o Rio Tarauacá (320 m);
- Dar continuidade à construção da Rodovia BR-317/AC do Entroncamento da BR-364/AC até Divisa RO/AC (29 km) e pavimentação do Entroncamento da BR-364/AC até Senador Guimard;

- Duplicar a Rodovia AC-040 do Centro de Zoonoses até o Entroncamento da BR-317 (Senador Guimard);
- Prolongar o contorno de Rio Branco, através da duplicação da Rodovia BR-364/AC trecho do Novo Parque Industrial até a Vila Santa Cecília (5,72km);
- Construir o Contorno de Brasília e ponte sobre o Rio Acre;
- Construir posto de controle de peso de veículos de carga, na Rodovia BR-364/AC região do Juruá e na Rodovia BR-317/AC trecho na divisa com o Estado do Amazonas;
- Fortalecer e dar maior autonomia administrativa aos escritórios regionais do DERACRE, nos municípios;
- Aprofundar a implantação do Plano Viário Estadual, que define as grandes linhas de investimentos na logística de transportes do Estado;
- Implantar marco regulatório do transporte intermunicipal rodoviário (concessões e permissões).

RAMAIS

Existem, no Acre, aproximadamente 8 mil km de ramais, sendo possível trabalhar, em média, 5 mil km/ano, nos serviços de manutenção, incluindo a recuperação de pontes de madeira, bueiros, melhoramento de pontos críticos e picarramento, nos ramais-troncos principais. Essa média tem sido atingida graças à aquisição de novos equipamentos e a reestruturação do DERACRE, à realização de convênios com o Governo Federal, às políticas públicas voltadas para



produção e o planejamento rigoroso das ações.

Propostas:

- Ampliar o investimento anual na manutenção de ramais, garantindo maior cobertura às comunidades rurais e integrando os investimentos em transporte às políticas de fortalecimento da produção agroextrativista, florestal e agropecuária;
- Garantir a trafegabilidade o ano todo nas linhas-tronco, que dão acesso aos projetos de assentamento, com asfaltamento dos pontos críticos (atoleiros), bem como a construção de pontes e bueiros. Serão, ainda, intensificados esforços na melhoria dos serviços de manutenção de ramais em geral, buscando-se a incorporação de novas tecnologias para tratamento do solo, na recuperação das vias;
- Adquirir novas máquinas e equipamentos, visando atendimento aos municípios;
- Garantir a participação das organizações de produtores, na definição da agenda anual de investimento, em ramais, e na execução das ações.

b) Transporte aéreo

A infra-estrutura aeroportuária do Acre conta, atualmente, com onze pistas de pouso e decolagem, distribuídas em dois aeroportos internacionais (Rio Branco e Cruzeiro do Sul), cinco aeroportos locais (Tarauacá, Feijó, Assis Brasil, Manuel Urbano e Xapuri) e quatro aeródromos (Porto Walter, Jordão, Santa Rosa e Marechal Thaumaturgo).

Em algumas cidades foram construídas novas pistas e terminais, caso dos aeroportos de Rio Branco, Manuel Urbano, Feijó e Assis Brasil, e os aeródromos de Porto Walter e Jordão e Santa Rosa do Purus. Receberam melhoria de infra-estrutura, os aeroportos de Xapuri e Tarauacá. A Infraero, em conjunto com o Governo do Estado, iniciou as obras de construção da nova estação de embarque/desembarque de passageiros e do terminal de cargas no aeroporto de Cruzeiro do Sul, em estilo arquitetônico regionalizado.

Desde 2000, o programa Rotas Acreanas, subsidiado em parte, pelo Governo do Estado,



atende com vôos semanais quase todos os municípios do Estado. Em 2004, o Correio Aéreo Nacional (CAN) foi relançado pelo Governo Federal, levando ações, nas áreas de saúde, às cidades da Amazônia. No Acre, são beneficiados os municípios de Manuel Urbano, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Propostas:

- Fazer manutenção permanente dos aeródromos e aeroportos locais;
- Investir em segurança nos aeródromos: cerca, sinalização, biruta, rádio comunicação, equipamentos contra incêndio e treinamento de equipes das prefeituras;
- Estabelecer sistema de controle das quantidades de vôo e de passageiros por aeródromo;
- Dar continuidade ao Programa de Rotas Aéreas Acreanas, com a criação das rotas: Rio Branco / Manuel Urbano / Feijó / Tarauacá / Cruzeiro do Sul; e, Rio Branco / Santa Rosa / Jordão / Marechal Thaumaturgo / Porto Walter / Cruzeiro do Sul;

turgo / Porto Walter / Cruzeiro do Sul;

- Melhorar a pista na Foz do Breu, região fronteiriça com o Peru;
- Revisar o Plano Aeroviário.

c) Transporte fluvial

Pouca atenção era dispensada ao setor de transporte fluvial, até o final de 1998. De infraestrutura portuária existia apenas o porto de Rio Branco. Ações de limpeza e desobstrução de rios e igarapés eram inexistentes. O Governo do Estado possuía somente uma balsa de travessia, que efetuava o serviço no rio Juruá.

Investimentos foram feitos no setor, com ações periódicas de limpeza e desobstrução em vias fluviais. A partir daquele ano, vêm sendo feitos, em média, 50 km de desobstrução.

Com a reabertura anual da BR-364, foi necessário implantar serviços de travessia nos rios Purus, Envira e Tarauacá. Foi recuperada uma balsa de 400t, que opera no rio Purus, e foram construídos três rebocadores. Um conjunto rebocador-balsa está sendo construído para a travessia do rio Acre, em Xapuri, no bairro Sibéria, para o atendimento da população e escoamento da produção extrativista.

A construção do porto de Cruzeiro do Sul, em 2004, propiciou infra-estrutura administrativa e física, para a realização segura das operações do transporte fluvial, que interligam a região com os principais portos da Amazônia, especialmente os de Manaus e Belém.

Estão sendo construídas rampas nas duas margens dos rios Juruá, Tarauacá e Envira, nas



interseções com a BR-364, proporcionando condições seguras nas operações de travessia de veículos e como apoio às atividades de escoamento da produção da população ribeirinha, além de rampas nas duas margens do rio Acre, em Xapuri.

Propostas:

- Construir rampas e escadarias em cidades do interior;
- Melhorar as balsas e rebocadores;
- Investir em segurança, para as operações de limpeza de balseiros em pontes;
- Dar continuidade às ações periódicas de limpeza e desobstrução em vias fluviais.

d) Obras públicas

O Governo do Estado, nos últimos anos in-

As fortes ações realizadas propiciaram a dinamização da economia, a geração de emprego e renda e a estruturação de empresas locais, melhorando a qualidade de vida das pessoas, nas cidades. Foram mais de 100 km de ruas na estruturação dos sistemas viários urbanos de 14 municípios, alargando/duplicando vias, construindo pontes, executando calçadas, drenagem, iluminação e urbanização. Na capital, importantes eixos viários foram estruturados com destaque para a via Chico Mendes, a nova Avenida Ceará e os Parques da Maternidade e do Tucumã. Em Cruzeiro do Sul, a urbanização da Avenida Mâncio Lima, com a revitalização de fundo de vale.

Propostas:

- Urbanizar fundos de vale, nos municípios do Estado do Acre, com infra-estrutura,



vestiu fortemente no desenvolvimento urbano, objetivando a revitalização das nossas cidades, através de um amplo programa de obras públicas, com a recuperação ou construção de prédios, revitalização e ampliação de distritos industriais, construção de parques, revitalização de fundos de vale, construção de praças, habitação, áreas de esporte e lazer, dentre outros.

Vias principais urbanas

O Governo do Estado dava pouca atenção às vias urbanas dos municípios até o final de 1998. O quadro decorrente da expansão das cidades e as precárias condições do sistema viário foram condicionantes para o Governo, a partir de 1999, iniciar os investimentos que gerariam mudanças consideráveis nas cidades.

através da criação de espaços de recreação, quadras, lanchonetes, etc;

- Ampliar as parcerias com os municípios, para abertura, recuperação e/ou pavimentação de vias.

Prédios Públicos

A situação dos prédios públicos, no início de 1999, era de total abandono. A maioria, sem condições de funcionalidade, insalubres e oferecendo riscos a servidores e à população. São exemplos disso o Palácio do Governo e o Palácio das Secretarias.

A recuperação da estrutura do Estado tornou-se prioridade inicial, visando criar as condições mínimas para o funcionamento da administração.

Nos oito anos de governo foram investidos mais de R\$ 400 milhões no setor, em 2.500 obras de construção, reforma, ampliação, recuperação do patrimônio histórico e, urbanização, atendendo a todos os municípios e secretarias, e obedecendo a rigoroso padrão estético.

Na área de educação, são exemplos disso as escolas Armando Nogueira, Glória Perez e Colégio Acreano, e as escolas-padrão em Rio Branco, Xapuri e Feijó. Na saúde, os hospitais da Criança, do Idoso, do Câncer e Regional do Juruá. Na segurança pública, as Unidades de Segurança Pública (USP), IML e as unidades do sistema prisional. Na área social e de esportes, os Centros da Juventude, Centros Poliesportivos. Na área de saneamento, a estação de tratamento de água – ETA II e a estação de tratamento de esgotos – ETE São Francisco. Na área do patrimônio histórico, a restauração do Palácio Rio Branco, o Mercado Velho e o Memorial José Augusto e dos Autonomistas.

Propostas:

- Continuar investindo na melhoria da qualidade dos prédios públicos, avançando para os municípios;
- Modernizar a infra-estrutura gerencial dos órgãos de governo, com ênfase na aquisição de recursos tecnológicos (informática, eletrônicos, etc) e mobiliário adequado à nossa região;



- Restaurar os prédios e logradouros históricos dos municípios;
- Valorizar as atrações turísticas e arquitetônicas dos marcos de fronteiras dos municípios;
- Implantar centros administrativos do Governo, nos municípios.
- Realizar obras de contenção das margens dos rios Tarauacá (no município de Tarauacá) e Envira (no município de Feijó);


e) Habitação

Após o boom dos investimentos em habitação popular nos anos 80, sobreveio um longo período sem qualquer investimento no setor. Sobretudo, devido à ausência de políticas do Governo Federal, o que deixou a população carente completamente desassistida, resultando na falência do modelo capitaneado nos Estados pelas COHAB's.

A partir de 1999, com a criação da Secretaria de Habitação e, posteriormente, sua transformação em Secretaria das Cidades e Habitação, o Governo Estadual implantou diversos programas, viabilizados com recursos locais e federais, criando uma política própria de habitação, que atendia a famílias com renda de zero a seis salários mínimos.

Assim, foram construídas 1.314 unidades pelo Programa PAR (Programa de Arrendamento Residencial), 522 pelo Morar Melhor, 1473 pelo PSH (Programa de Subsídio Habitacional), além de 492 habitações rurais, totalizando quase 4 mil unidades, o que atendeu uma população estimada em 14 mil habitantes.





O déficit habitacional oficial de Rio Branco, divulgado em 2006 pelo Ministério das Cidades, é de 7.157 unidades, o que, projetado para todo o Estado, pode-se chegar ao total de 14 mil unidades.

Propostas:

- Fortalecer os órgãos de governo, encarregados da política de habitação;
- Estender, aos municípios, os programas PAR e Morar Melhor;
- Intensificar a construção de casas populares para a população de baixa renda, através do Programa Social de Habitação;
- Compatibilizar programas habitacionais com programas de reordenamento urbano (Plano Diretor);
- Ampliar a parceria com o setor privado e a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, no desenvolvimento dos programas habitacionais;
- Criar programa de melhoria da habitação rural, apoiando as famílias na elevação de suas condições de habitação;
- Implantar (dez) agrovilas (pólos) nas proximidades das cidades, (com aprox 1200 famílias) dotadas de meios de produção e infra-estrutura social, voltadas a famílias em situação de carência habitacional que detenham experiência rural/florestal.

f) Saneamento

No início do ano de 1999, menos de 50% da população do interior contava com serviços de abastecimento de água tratada. Praticamente não havia redes de esgotamento sanitário. A gestão dos poucos serviços existentes era precária, com a folha de pagamento atrasada e débitos imensos com fornecedores de insumos.

Com a criação do Departamento Estadual de Águas e Saneamento – DEAS, o Governo voltou a investir em saneamento básico. O objetivo era a universalização do abastecimento.

A capacidade de produção de água tratada foi triplicada, com potencial para atender o crescimento populacional pelos próximos 10 anos. O serviço foi estendido e hoje atende 95% da população urbana de 23 localidades (18 sedes de municípios e 5 vilas), com regularidade, dis-



ponibilizando água de boa qualidade. O atendimento passou de 12 mil para 26 mil famílias de 1999 a 2006.

Em parceria com o Governo Federal, ao todo foram investidos até aqui mais de R\$ 25 milhões. Está sendo implementado o Programa de Modernização do DEAS com vista a melhorias na eficácia e eficiência dos serviços prestados pelo Departamento.

As ações de saneamento não se restringiram apenas aos núcleos urbanos. Também foram investidos recursos que beneficiaram 56 aldeias indígenas e 2.500 famílias extrativistas (reservas Chico Mendes e Alto Juruá), com melhoria sanitária e abastecimento de água.

No que tange ao esgotamento sanitário, foram realizadas 2.600 melhorias sanitárias domiciliares e empreendidas ações nos municípios de Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil e Feijó, o que vem propiciando a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

No final de 2004, foram retomadas as obras da ETA Sobral II e a construção da ETE São Francisco (dois módulos para o atendimento de aproximadamente 60 mil habitantes). O Governo forneceu materiais para ampliação e reforço da rede de distribuição das Avenidas Ceará e Dias Martins, bem como o remanejamento e troca de rede de distribuição do Anel Viário.

Para o próximo governo, são prioridades:

- Ampliar o abastecimento d'água em todo em todo o Estado, em parceria com as prefeituras dos municípios onde o sistema foi municipalizado;

- Implantar o Programa de Modernização do Saneamento – PMS, com destaque para a Gestão de Perdas, Qualificação de Pessoal e Otimização de Processos de Gestão, Produção, Distribuição e Relacionamento com Usuários;
- Expandir os serviços de saneamento em agrovilas e comunidades rurais;
- Priorizar investimentos em esgotamento sanitário em todo o Estado;
- Estabelecer o marco regulatório dos serviços de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais) no Estado;
- Fortalecer a parceria com o município de Rio Branco, ampliando a capacidade de abastecimento de água tratada na capital, bem como a coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Implementar o Programa de Financiamento do Reservatório Domiciliar, para combater o desperdício e evitar a contaminação da água nos domicílios;
- Ampliar o sistema da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do São Francisco, com a implantação de outros três módulos, rede coletora e elevatórias, elevando para 150 mil o total de moradores beneficiados - aproximadamente 50% da população de Rio Branco.
- Ampliar o sistema ETE da Conquista para dois módulos, com rede coletora e elevatórias de esgoto, elevando para 90.000 habitantes beneficiados, ou 30% da população de Rio Branco (atualmente apenas um módulo funciona, atendendo 22 mil pessoas).

g) Energia

Até 1998, oito municípios ainda não dispunham de energia 24 horas por dia. Na zona rural de todo Estado, atendia-se apenas a 6.300 domicílios (10,9 % do total). Uma das metas estabelecidas pelo governo a partir de 1999 foi assegurar o suprimento e a qualidade dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica no Estado.

Inicialmente, todos os municípios foram aten-

dados com elevação da oferta de energia elétrica e o atendimento 24 horas, com a ampliação dos parques geradores do interior e do sistema interligado de Rio Branco/Rondônia. Mas o desafio era proporcionar atendimento a 100% dos domicílios urbanos e criar os meios para a eletrificação rural. Isso começou a ser realizado com a parceria firmada com o Programa Luz no Campo, que no período de 2000 a 2002 ampliou o atendimento para mais 2.063 propriedades rurais.

A partir de 2003, com o programa Luz para Todos passou a ser assegurado, além da rede de distribuição, a ligação domiciliar. A meta agora é atender, até 2013, 60.225 domicílios, sendo

10.640 na zona urbana e 49.585 na zona rural.

Propostas:

- Ampliar o LUZ PARA TODOS, assegurando mais 3.400 km de rede, para atender 15 mil novas famílias;
- Avançar na implementação do PROGRAMA ESTADUAL DE FONTES RENOVÁVEIS, garantindo energia a agricultores, seringueiros, ribeirinhos e comunidades indígenas que não podem ser atendidas por redes convencionais de energia elétrica, através da utilização de fontes energéticas renováveis.



Lampada Eletroluminescente
20W / 27V
Companhia Elétrica
ECO Light

Gestão Participativa

Ter um governo que funcione, que seja próximo das pessoas, que faça a coisa certa na hora certa e da forma correta, é uma vitória da sociedade. Ao longo dos últimos oito anos o Governo do Estado procurou fazer o melhor para o Acre. As bases foram assentadas. A estrutura física das instituições públicas foi restaurada. A capacidade do poder público de planejar e coordenar o processo de desenvolvimento do Estado foi recuperada. Assim como, a capacidade de investimento e captação de recursos. A credibilidade política e técnica do governo foi reconquistada, abrindo portas e viabilizando parcerias estratégicas em Brasília e outras importantes praças do país.

A próxima etapa requer a consolidação dessas conquistas, com a incorporação de novas alianças estratégicas e, acima de tudo, a expansão delas para nossos municípios e comunidades, fazendo com que todos sejam beneficiários do novo momento vivido pelo Acre.

Essa nova etapa para o Acre será marcada por duas idéias básicas: integração das políticas públicas e descentralização do governo. Por um lado, integração de políticas e ações de maneira multidisciplinar, complementar e sinérgica. Por outro, descentralização da gestão pública, incor-

porando na solução de problemas e no desenvolvimento local os próprios interessados e beneficiados. Assim, governo eficiente, resolutivo e responsável, aliado a uma sociedade vigilante e participativa, desenharam nesse pedaço de terra amazônica uma experiência única de ousadia, coragem e vitória.

GESTÃO PÚBLICA: planejamento e valorização do capital humano

O Descompasso entre os processos de planejamento, orçamentação e execução financeira, comum nas administrações passadas, resultava na falta de meios de avaliação e definição da real capacidade de gastos e investimentos do governo – um dos maiores problemas da gestão pública.

Para superar essa situação, o Governo inicialmente priorizou a implantação de uma política de gestão centrada em investimentos técnicos e tecnológicos nas áreas de planejamento e finanças, buscando fortalecer a capacidade operacional do Estado em curto e em médio prazo.

Após intenso e criterioso trabalho técnico, o Governo conseguiu equilibrar as contas públicas, recuperando credibilidade junto às instituições de financiamento. Ao mesmo tempo, investiu



na formação de equipes e na valorização e qualificação dos servidores de carreira, considerado então o capital mais valioso para o aumento da eficiência do setor público.

Como resultado, destaca-se o aumento na captação de recursos pelo Estado, que saiu de R\$ 18 milhões, em 1998, para R\$ 134 milhões em 2005, representando um crescimento médio de aproximadamente 500%, em sete anos. Nesse período foram firmados, aproximadamente, 714 Convênios, com mais de 30 instituições, resultando na liberação de aproximadamente R\$ 717 milhões de recursos não reembolsáveis.

Em 2003, a integração organizacional das áreas de planejamento e desenvolvimento permitiu a definição de um plano mais orientado para o crescimento econômico, com a priorização de programas estruturantes nas áreas de infraestrutura produtiva e integração (urbana e rural), organização da produção e industrialização. Por outro lado, provocou o distanciamento do planejamento da gestão administrativa, traduzindo-se num descompasso entre a coordenação geral das ações governamentais e as ações setoriais referentes à elaboração orçamentária, à gestão de recursos humanos e toda a logística das compras governamentais.

O próximo passo na modernização da gestão pública, requer ajustes complementares nessa área. Agora o avanço virá também do uso intensivo de ferramentas gerenciais modernas, de novas tecnologias e do investimento na formação de recursos humanos, possibilitando ao Governo acompanhar a velocidade dos processos de mudanças no mundo e oferecer um serviço público de melhor qualidade à população.

a) Estrutura Organizacional

Com a reforma de 2003, as estruturas administrativas foram planejadas e definidas em áreas finalísticas estratégicas: Gestão; Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento Humano e Inclusão Social; Segurança e Infra-estrutura.

Estas áreas eram coordenadas por uma Secretaria que era responsável pela gestão da política setorial, de forma a promover e facilitar a operacionalização dos programas, projetos e ações.

A partir de agora a gestão avançará ainda mais. Buscará organizar um governo mais dinâmico, com estruturas mais horizontais e simples. Esse processo será contínuo e permitirá ampliar as ações do atual mandato, possibilitando que os programas e projetos sejam estendidos e intensificados, no âmbito de cada regional e município.

As unidades administrativas executivas serão fortalecidas, especialmente, os setores finalísticos, prestadores de serviços, aproximando o governo cada vez mais da população.

b) Gestão de Pessoas

No início do atual governo, das dívidas herdadas das gestões anteriores, a principal era a tra-



balhista, com reflexos na capacidade do Estado em realizar operações de crédito e no uso dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse fato impossibilitou investimentos em habitação e saneamento por vários anos, até a renegociação e o pagamento dos débitos.

O funcionalismo público claramente não estava entre as prioridades. O atraso no pagamento dos vencimentos era uma constante, alcançando intervalos de até seis meses, gerando constrangimento e sofrimento nos servidores.

Os locais de trabalho eram insalubres. Falavam móveis, equipamentos e materiais de consumo, até mesmo os de higiene pessoal. Os ser-



vidores não tinham política de cargos, carreira e remuneração.

Diante disso, a principal diretriz da política de recursos humanos foi valorizar o ser humano e, conseqüentemente, o resgate da auto-estima do servidor. Para isso os investimentos não ocorreram não só na melhoria dos salários-base, dos planos de carreira, mas, também, em capacitação e em infra-estrutura para oferecer melhores condições de trabalho.

Já no primeiro mês da nova gestão, a folha de pagamento foi paga dentro do mês, e nunca mais atrasou. Os salários atrasados foram parcelados, fruto de um intenso e democrático processo de negociação entre governo, servidores e sindicatos.

A revolução administrativa foi obtida a partir de um processo de humanização dos espaços de trabalho, da contratação, via concurso, de especialistas para diversas áreas, da introdução de tecnologias e do investimento na formação dos servidores.

Nos últimos quatro anos, para dar maior eficiência e um caráter contínuo às ações públicas, o

Governo abriu novos concursos para especialistas e, por meio da Lei 1.704, criou cargos de nível superior e de nível médio, além de 1.300 novas vagas de professores.

A nova Gestão levará adiante esse processo de aprimoramento da gestão, com ênfase em programas de qualidade no serviço público, baseados em conceitos de gestão por competência e utilizando-se de ferramentas de avaliação de desempenho. Com isso, busca-se um serviço público cada vez mais profissional, descentralizado e com foco nas reais necessidades e prioridades da sociedade.

Tais medidas estarão associadas à capacitação continuada, participação na tomada de decisão e à cooperação solidária nas atividades profissionais. Igualmente importante é o compromisso do novo Governo da Frente Popular em continuar buscando o crescimento constante do poder de compra dos salários dos servidores públicos.

c) Gestão Previdenciária

A Previdência Social do servidor público do Estado do Acre, que em 1993 houvera sido implantada com a Lei Complementar nº. 39, foi desmontada em 1996, quando já possuía quase R\$ 40 milhões. A partir daí o próprio Tesouro Estadual passou a cumprir a função de arrecadar e pagar os benefícios.

Em 2005 foram aprovadas e sancionadas as Leis específicas de implantação do instituto de previdência do Acre, o ACREPREVIDÊNCIA, do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Estado, bem como, do Fundo de Previdência. Hoje, o Regime de Previdência do Estado



encontra-se em pleno funcionamento, assumindo a manutenção de 4.511 benefícios, entre aposentadorias e pensões, que fazem parte de um universo de 27.943 segurados.

O Governo do Estado priorizará o programa de preparação dos servidores para a aposentadoria. O ACREPREVIDÊNCIA contará com um espaço próprio e adequado ao perfil de seu público-alvo.

d) Modernização tecnológica do Governo

Até 1998, o uso da tecnologia pelo Governo do Acre reduzia-se à simples aquisição de poucos equipamentos de informática para secretarias estratégicas como Fazenda e Administração, e do desenvolvimento de sistemas incipientes



de missão crítica, como folha de pagamento, orçamento e finanças.

Já em 1999 teve início o processo de informatização intensiva das unidades administrativas. Atualmente, a rede do governo estende-se à boa parte dos municípios do Acre, e o parque tecnológico tem, aproximadamente, cinco mil computadores. Investiu-se ainda na melhoria do acesso da população aos recursos e serviços de internet por meio do Programa Comunidade Digital, construindo Telecentros, com acesso gratuito para todos.

Contudo, a efetivação do governo eletrônico requer planejamento integrado de governo. O investimento em máquinas, sistemas, redes e capacitação em novas tecnologias, ainda é pla-

nejado de forma setorial e isolado, resultando na repetição de trabalho e esforços, na baixa otimização da infra-estrutura, na perda de economia de escala e, principalmente, no aprofundamento das disparidades entre os órgãos.

No mundo de hoje, a capacidade de prestação de serviços pelo poder público está diretamente ligada à aplicação da tecnologia, como ferramenta de apoio às rotinas administrativas ou por meio de sua aplicação intensiva na modernização dos processos de trabalho. Ela possibilita resposta melhor e mais rápida às demandas dos cidadãos.

O uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação na gestão pública será uma das marcas do próximo Governo. Será combinada informatização de serviços, capacitação de servidores, aquisição de equipamentos, integração de sistemas, por meio de uma base de dados única, com informações compartilháveis e confiáveis.

O governo eletrônico deve se desenvolver, tanto para atender as necessidades internas de informações e serviços da administração pública, como para atender às demandas diretas da sociedade.

FINANÇAS PÚBLICAS: saneando as contas e retomando a credibilidade

O cenário de crise administrativa e financeira que o Acre apresentava no início de 1999, resultou na acumulação de dívidas e na inadimplência do Estado, que padecia de crônico desequilíbrio entre receita e despesa. No Acre de 1998, tudo dependia da ação direta do Poder Público Estadual. A realidade financeira era gravíssima: haviam dívidas da ordem de R\$ 103 milhões em restos a pagar, sendo uma parte com atrasos na folha de pagamento do funcionalismo (de duas a seis folhas, dependendo do setor) e o restante com fornecedores, prestadores de serviços de diversos segmentos e empreiteiros.

Tendo como prioridade o pagamento em dia da folha corrente, das férias e salários atrasados do funcionalismo público, o Governo do Estado decidiu implantar uma verdadeira economia de guerra para dar respostas concretas ao desafio do início da gestão.

A dependência financeira do Estado era total. Da receita, 91% eram provenientes de repasses da União. O ICMS era a principal fonte de receita própria (94,59%), mas tinha pequena participação na Receita Global (13,43%). Com o conjunto de reformas implantadas e, especialmente, o programa de modernização fazendária, este percentual cresceu para 27,64%, em 2005, mesmo com o crescimento de 500% na captação de recursos, gerando as condições básicas para a retomada dos investimentos, melhorias salariais para o funcionalismo e o pagamento em dia da dívida do Estado.

No período de 2000 a 2006, o crescimento da arrecadação do ICMS alcançou, aproximadamente, 200,0% contra 130,14% da Região Norte e 88,16% do conjunto de Estados do Brasil. Entretanto, quando consideramos o período 1998 a 2006, o crescimento do ICMS foi de mais 300%.

Não foi apenas o poder de investimento do Estado que foi recuperado. O aumento efetivo da arrecadação beneficiou diretamente os 22 municípios acreanos. Os repasses cresceram, em média, 406%, representado pelas transferências constitucionais relativas ao ICMS, IPVA, CIDE, bem como, através das transferências voluntárias. Para se ter idéia do grau de importância desse aumento para os municípios, basta citar que, em alguns casos, a parcela de repasse estadual do ICMS é proporcional ao repasse federal do FPM.

A dívida contratada pelo Estado em 1998 era da ordem de R\$ 547,2 milhões, mais R\$ 131,0 milhões que foram liberados somente em 1999, destinados a financiar os gastos com a extinção do Banco do Estado – BANACRE. Assim, somados todos os pagamentos a realizar mensalmente, o nível de comprometimento do governo correspondia a 135% da Receita Corrente Líquida, acima do limite legal, que era de 100%. Assim, o total da dívida estava em R\$ 678.2 milhões.

O saneamento das contas públicas trouxe outro importante benefício ao Estado: o resgate de sua credibilidade como unidade federada, para participar dos diversos programas e projetos que exigem a adimplência do Estado. Na prática, a inadimplência significava a impossibilidade de o Estado captar novos recursos e participar



de projetos e programas de instituições de financiamento como o Banco Interamericano, o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Tão importante quanto a aceleração da economia foi a retomada da confiança dos setores produtivos, que passaram a ser interlocutores diretos do Estado, só que agora em uma outra posição: como parceiros na implantação do novo modelo de desenvolvimento.

Nos últimos oito anos os indicadores econômicos e financeiros do Estado demonstram uma realidade totalmente diferente daquela de 1998, apresentando excelentes níveis de equilíbrio. Como exemplos podem ser citados os gastos com pessoal, que foram mantidos dentro do limite legal permitido de 60%, levando-se em consideração que todos os direitos dos servidores foram cumpridos, tendo sido implantados planos de cargos, carreira e salários para todas as categorias. A dívida contratual saiu de um patamar de 135% da Receita Corrente Líquida, para 60,43%, apesar das novas operações de créditos contratadas.

O histórico anteriormente apresentado, demonstra claramente a necessidade da manutenção do rumo adotado a partir de 1999. Para garantir o cenário equilibrado e solidez financeira, o Governo do Estado adotará como diretrizes estratégicas:

- Manter o equilíbrio das finanças públicas;
- Avançar no processo de descentralização da gestão financeira;
- Melhorar ainda mais a eficiência e transparência no gasto público;
- Rediscutir a legislação do ICMS com os diversos setores econômicos;

- Melhorar a relação com o contribuinte e a sociedade.

a) Manter o equilíbrio das finanças públicas

A partir de 1999, o Governo do Estado iniciou um forte processo de ajuste nas finanças, entendendo que seria um requisito fundamental para o processo de crescimento e desenvolvimento. Com esse objetivo cumprido, possibilitou a captação de recursos para investimento, através de convênios e operações de créditos.

O propósito é manter esse equilíbrio nas contas públicas, honrando os contratos firmados e buscando novas fontes de recursos para custear o financiamento de novos programas e projetos, principalmente os focados na área social. Dessa forma, objetiva-se, fundamentalmente, a manutenção do equilíbrio fiscal, buscando aumentar a receita própria e otimizar as despesas, garantindo o pleno funcionamento da máquina pública.

b) Avançar no processo de descentralização da gestão financeira

A descentralização, defendida como princípio de Governo, já vem ocorrendo na administração orçamentária e financeira do Estado desde 1999, com cada órgão gozando de autonomia gerencial dos recursos financeiros repassados mensalmente. Com isso, a Secretaria da Fazenda deixou de ser responsável pelos pagamentos aos fornecedores do Estado, eliminando o "balcão de negócios" que a caracterizava anteriormente.

O esforço da descentralização financeira se mostra mais presente em alguns setores, como a Secretaria de Educação, onde os diretores administram recursos financeiros para o custeio de grande parte das necessidades da escola. O Governo do Estado avançará no processo de descentralização, ampliando a experiência da SEE para as áreas da saúde, segurança e outras.

c) Melhorar a eficiência e a transparência no gasto público

O gasto público sempre foi uma preocupação latente do Governo do Estado nos últimos oito anos. A partir de 2005, o governo instituiu a modalidade de licitação pregão

presencial em seus processos de aquisição e contratação de bens e serviços, modalidade essa que reduziu substancialmente os gastos do governo.

O Governo irá avançar nesse tema, com a implantação da Central de Compras Governamentais, onde o Estado terá economia devido ao planejamento e escala das aquisições, bem como, da padronização de equipamentos e suprimentos. Visando reduzir ainda mais o custo operacional da administração pública, o Governo implementará programas educativos para racionalização de gastos com energia elétrica, água, telefonia, combustível, transporte e conservação do patrimônio público.

Será implantada a exigência da Nota Fiscal Eletrônica para as vendas de mercadorias ao setor público, de maneira a conferir total transparência às aquisições governamentais, facilitando o processo de auditoria pelos órgãos de controle externo.

d) Rediscutir a legislação do ICMS com os diversos setores econômicos

As mudanças na sistemática de apuração e cobrança do ICMS promovidas, a partir de 1999, tiveram como principais virtudes a redução do valor do imposto (valor agregado), a ampliação da base de contribuintes, a simplificação do sistema e a redução do rol de obrigações do contribuinte. Como resultado, dessa medida, verificou-se um constante aumento da arrecadação e uma qualitativa variação no comportamento, na cultura e nos valores éticos e morais de empresas e fisco.

Mudanças de cenário, visíveis num futuro próximo, exigirão modificações na atividade tributária de arrecadação do



ICMS. Concorrem para esta antevista alteração de cenário: a transformação econômica por que passa o Acre, a reforma tributária e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, projetos hoje discutidos no plano nacional. Para inovações que se fizerem necessária ao modelo, serão construídas alternativas em conjunto com os setores produtivos, respeitando as peculiaridades regionais, a igualdade e a capacidade contributiva.

Na nova gestão, a ação prioritária do fisco será a promoção de níveis crescentes de cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos contribuintes, com a simplificação do sistema. O aperfeiçoamento e a modernização do sistema tributário também serão metas contínuas.

O atual governo irá debater com a SUFRAMA, Receita Federal e organizações empresariais o funcionamento das zonas de Livre Comércio no que concerne à organização e controle do trânsito de mercadorias.

e) Melhorar a relação entre fisco contribuinte e sociedade

Nos últimos anos, foram consideráveis os avanços na relação entre o fisco e a sociedade,

desde a modernização das instalações físicas na capital e no interior, até implantação do Conselho de Contribuintes, passando pelos investimentos em tecnologia da informação e capacitação dos servidores fazendários.

O Governo do Estado buscará melhorar, continuamente, a relação e a comunicação entre a administração tributária e contribuinte, visando um relacionamento de respeito e cooperação mútuos. O Programa de Educação Fiscal será intensificado, buscando sua universalização e priorizando alguns nichos estratégicos como as escolas, igrejas, universidades, empresários e servidores públicos.

Será propósito, agregar mais tecnologia e disponibilizar via internet serviços ao contribuinte, tais como certidão negativa, documento de arrecadação, consulta de débitos, andamento de processos, requerimentos dentre outros. A Secretaria da Fazenda ampliará sua presença em todos os municípios do estado. Também será instituído um Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte, instrumento que em muito pode melhorar a eficiência das relações entre os envolvidos nas questões tributárias.



**Anexo II -
Programas
Estruturantes com
Impacto Direto
na Economia**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL - 2008/2011

ANEXO II- DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAIS BASEADOS NA CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	FOMENTAR O SETOR INDUSTRIAL ATRAVÉS DA ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS, AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA, AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS, AÇÕES ESTAS INTEGRADAS AOS INVESTIMENTOS PLANEJADOS PARA A INFRA-ESTRUTURA E PARA AS POLITICAS DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO ESTADO.					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
IMPLANTAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL	PRIORITÁRIO	CRUZEIRO DO SUL	PARQUE INDUSTRIAL IMPLANTADO	UND	1	3.300.000,00
REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	PRIORITÁRIO	RIO BRANCO	PARQUE E DISTRITO INDUSTRIAL REESTRUTURADOS	UND	1	2.900.000,00
IMPLANTAÇÃO DO PORTO SECO EM RIO BRANCO	PRIORITÁRIO	RIO BRANCO	PORTO SECO IMPLANTADO	UND	1	2.350.000,00
IMPLANTAÇÃO DOS PÓLOS MOVELEIROS DOS MUNICÍPIOS	PRIORITÁRIO	FEIJÓ, SENA MADUREIRA E ACRELÂNDIA	PÓLOS MOVELEIROS IMPLANTADOS	UND	3	3.000.000,00
“AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DO MUNICÍPIO DE XAPURI”	PRIORITÁRIO	XAPURI	CAPACIDADE DA FÁBRICA DUPLICADA	“Nº DE PRESERVATIVOS PRODUZIDOS”	250 MILHÕES/ANO	34.725.000,00

MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	EMPRENDIMENTOS FORTALECIDOS E CADEIA PRODUTIVA ESTRUTURADA	%	100	5.810.000,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS (SUBSÍDIO DA BORRACHA)	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	CADEIA PRODUTIVA FORTALECIDA	%	100	8.200.000,00
“IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE, COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO SETOR FLORESTAL DO ACRE”	PRIORITÁRIO	RIO BRANCO, CAPIXABA, XAPURI, BRASILÉIA, ACRELÂNDIA, SENADOR GUIOMARD, FEIJÓ, TARAUACÁ, SENAMADUREIRA E CRUZEIRO DO SUL.	PROGRAMA IMPLANTADO	%	100	400.000,00
IMPLANTAÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE VIVEIROS E FOMENTO AO REFLORESTAMENTO	PRIORITÁRIO	ACRELÂNDIA, PLÁCIDO DE CASTRO, SENADOR GUIOMARD, RIO BRANCO, BUJARI, PORTO ACRE, CAPIXABA, XAPURI, BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA, ASSIS BRASIL, CRUZEIRO DO SUL, MÂNCIO LIMA, RODRIGUES ALVES	VIVEIROS DE MUDAS IMPLANTADOS E EM FUNCIONAMENTO	%	100	2.000.000,00
ATRAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DE INDÚSTRIAS FLORESTAIS	PRIORITÁRIO	XAPURI, CAPIXABA, ACRELÂNDIA, RIO BRANCO, TARAUACÁ, FEIJÓ E CRUZEIRO DO SUL	IDÚSTRIAS IMPLANTADAS E EM FUNCIONAMENTO	%	100	61.646.521,00
TOTAL DO PROGRAMA 124.331.521,00						

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	PROGRAMA INTEGRADO DE MANEJO FLORESTAL DE USO MÚLTIPLO					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	PROMOÇÃO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTADO INTEGRADO COM A BASE ECONÔMICA - PRODUTIVA DO ESTADO					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS, CRIAÇÃO DE NOVAS E RASTREAMENTO DA PRODUÇÃO FLORESTAL	PRIORITÁRIO	CRUZEIRO DO SUL, TARAUCÁ, SENA MADUREIRA, FEIJÓ E BUJARI	PLANOS DE MANEJO IMPLANTADOS E FLORESTAS CERTIFICADAS	%	100	5.956.300,00
FOMENTO À EXPANSÃO DA OFERTA DE PLANOS DE MANEJO EM FLORESTAS PRIVADAS E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE RESERVA LEGAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PLANOS DE MANEJO OFERTADOS	%	100	2.000.000,00
TOTAL DO PROGRAMA 18.306.300,00						

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	FOMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	FOMENTAR, MODERNIZAR E DESENVOLVER A CADEIA PRODUTIVA AGROINDUSTRIAL VINCULADA AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO ESTADO					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
PROMOÇÃO E INCENTIVO DA PECUÁRIA LEITEIRA ATRAVÉS DA DIFUSÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PECUÁRIA LEITEIRA MODERNIZADA E FORTALECIDA E ESTAÇÃO DE MELHORAMENTO DE DIFUSÃO GENÉTICA ANIMAL CONSOLIDADA	%	100	3.540.000,00
MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	CADEIA PRODUTIVA CONSOLIDADA	%	100	3.000.000,00

REORGANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE FARINHA	PRIORITÁRIO	REGIÃO DO JURUÁ	" CADEIA PRODUTIVA DA FARINHA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL E ENTORNO REORGANIZADA E CONSOLIDADA "	%	100	780.000,00
CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE FRUTOS TROPICAIS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS	Nº DE INDÚSTRIAS	5 INDÚSTRIAS INSTALADAS	1.460.200,00
CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE AVES DE BRASÍLIA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	COMPLEXO CONSOLIDADO E EM FUNCIONAMENTO	%	100	8.600.000,00
FORTELECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DE PESCADOS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA DE FILETAMENTO DO PESCADO IMPLANTADO E CONSOLIDADO	%	100	3.950.000,00
FOMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PISCICULTURA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA DE FOMENTO A PISCICULTURA IMPLANTADO E CONSOLIDADO	%	100	1.9778.83,40
FOMENTO À RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERNADAS COM ÊNFASE À PRODUÇÃO DE CULTURAS ANUAIS, ENERGÉTICAS, PERENES E SISTEMAS INTEGRADOS (LAVOURA - PECUÁRIA - SILVICULTURA)	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	"ÁREAS DEGRADADAS INTEGRANTES DO PROJETO RECUPERADAS"	%	100	12.010.254,00
FOMENTO À CRIAÇÃO DE GALINHA CAIPIRA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	CADEIA PRODUTIVA FOMENTADA	%	100	1.260.000,00
"PROMOÇÃO E INCENTIVO ATRAVÉS DA DIFUSÃO E MELHORAMENTO À CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES"	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ATENDIMENTO DAS METAS FÍSICAS DO PROJETO	%	100	800.000,00
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ABASTECIMENTO LOCAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	POPULAÇÃO NA ÁREA DA AÇÃO ATENDIDA	%	100	9.200.000,00
TOTAL DO PROGRAMA 46.578.337,40						

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL COM IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	CONTRIBUIR PARA O USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, VIABILIZANDO AS POLÍTICAS SETORIAIS E INCENTIVANDO OS INVESTIMENTOS EM ÁREAS ADEQUADAS DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL, ECONÔMICO E SÓCIO - CULTURAL.					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	TERRAS PÚBLICAS INTEGRANTES DO PROJETO REGULARIZADAS	%	100	8.304.000,00
IMPLEMENTAÇÃO DO ZEE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ZEE COMO INSTRUMENTO GERENCIAL IMPLEMENTADO	%	100	13.726.580,00
REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL FLORESTAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	TERRAS REGULARIZADAS	%	100	1.620.000,00
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	SISTEMA MODERNIZADO	%	100	6.536.920,00
GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-364	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	AÇÕES INTEGRADAS	%	100	2.000.000,00
MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISMAT	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	SISTEMA CONSOLIDADO	%	100	450.000,00
PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	3.418.000,00
CENTRO DE PESQUISA EM MANEJO FLORESTAL: BASE CIENTÍFICA DO ANTIMARY	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	CENTRO ESTRUTURADO E EM FUNCIONAMENTO	%	100	3.067.328,71
TOTAL DO PROGRAMA 39.122.828,71						

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	TURISMO GERADOR DE RIQUEZAS E TRABALHO COM VALORIZAÇÃO CULTURAL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	PROMOVER O TURISMO ACREANO COM CONSOLIDAÇÃO DE ROTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, BEM COMO ATRAVÉS DE AÇÕES INTEGRADAS COM GERAÇÃO DE RIQUEZA E TRABALHO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA ACREANA					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
CONSOLIDAÇÃO DAS ROTAS TURÍSTICAS DO VALE DO ACRE	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ROTAS TURÍSTICAS DO VALE DO ACRE CONSOLIDADAS	%	100	5.898.000,00
CONSOLIDAÇÃO DAS ROTAS TURÍSTICAS DO VALE DO JURUÁ	PRIORITÁRIO	CRUZEIRO DO SUL, RODRIGUES ALVES, MÂNCIO LIMA, TARRAUACÁ E MARECHAL THAUMATURGO	ROTAS TURÍSTICAS DO VALE DO JURUÁ IMPLANTADAS	%	100	2.000.000,00
FORTALECIMENTO DO ARTESANATO A+A59: P71CREANO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ARTESANATO ACREANO FORTALECIDO	%	100	1.500.000,00
“PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL, COM AS ROTAS INTERNAS E A ROTA INTERNACIONAL AMAZÔNIA-ANDES - PACÍFICO,“	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ROTAS CONSOLIDADAS	%	100	2.500.000,00
CAPTAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	EVENTOS PROMOVIDOS	%	100	31.459.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						43.357.000,00

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	COMPRAS GOVERNAMENTAIS ELEVANDO A RENDA DO PRODUTOR RURAL E FORTALECIMENTO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	OPORTUNIZAR AS EMPRESAS E PRODUTORES FAMILIARES DO ESTADO ACESSO A COMPRAS GOVERNAMENTAIS DE BENS E SERVIÇOS ELEVANDO O ATIVO CIRCULANTE, GERANDO EMPREGO E RENDA					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
COMPRAS ANTECIPADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BENEFICIANDO A REDE DE SERVIÇOS SOCIAIS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	FAMILIAS BENEFICIADAS	Nº DE FAMÍLIAS	4000 FAMILIAS	40.250.000,00
PROGRAMA DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATRAVÉS DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	SEM VALOR
PROGRAMA DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO GOVERNO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRA IMPLEMENTADO	%	100	SEM VALOR
PROGRAMA DE FOMENTO À EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	9.873.728,84
PROGRAMA DE MICRO-CRÉDITO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	1.810.000,00
TOTAL DO PROGRAMA 51.933.728,84						

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO FATORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	"PROMOVER A INTEGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS VISANDO FORTALECER E AMPLIAR A BASE INDUSTRIAL DO ESTADO INDUSTRIAL DO ESTADO, APLICANDO A QUALIDADE DOS PRODUTOS DE BENS E SERVIÇOS DA PRODUÇÃO ESTADUAL"					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
IMPLANTAÇÃO DA REDE METROPOLITANA DE ALTA VELOCIDADE PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA CIDADE DE RIO BRANCO	PRIORITÁRIO	RIO BRANCO	REDE IMPLANTADA	%	100	1.000.000,00
FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PESQUISAS LOCAIS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	"BOLSISTAS SELECIONADOS E PROJETOS APOIADOS"	%	100	4.238.000,00
FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ESTUDANTES SELECIONADOS	%	100	1.526.400,00
TOTAL DO PROGRAMA						6.764.400,00

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	AÇÕES TRANSVERSAIS (QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E SISTEMA DE DEFESA ANIMAL E VEGETAL)					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	"PROPOSIÇÃO DE AÇÕES TRANSVERSAIS QUE PERMEIAM TODOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES DO GOVERNO, COM DESTAQUE PARA A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES, FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, DENTRE OUTRAS."					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	%	100	4.911.353,17
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ANIMAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	SISTEMA IMPLEMENTADO	%	100	8.360.000,00
PROGRAMA DE AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	8.201.744,79
PROGRAMA DE AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AO SETOR PÚBLICO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	8.644.438,00
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	14.594.790,00
PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA VEGETAL	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	1.470.000,00
"PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE PROPRIEDADE, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E FLORESTAL"	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMA IMPLEMENTADO	%	100	540.000,00

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	PROGRAMA INTEGRADO DE SANEAMENTO AMBIENTAL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	UNIVERSALIZAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM TODO ESTADO E EXPANDIR OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
MODERNIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	SISTEMAS CONCLUÍDOS	%	100	30.000.000,00
COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO - CONCLUSÃO DA ETE SÃO FRANCISCO E AMPLIAÇÃO DA ETE CONQUISTA, CONSTRUÇÃO DAS ETE'S REDENÇÃO E 2º DISTRITO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	"ESTAÇÕES IMPLEMENTADAS E EM FUNCIONAMENTO"	%	100	102.910.000,00
MODERNIZAÇÃO, MICROMEDIÇÃO E CONTROLE DE PERDAS DO SISTEMA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	REDE HIDROMETRIZADA	%	100	20.000.000,00
"IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E REDE E MELHORIAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS COM MAIOR ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL"	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	ESTAÇÕES IMPLANTADAS E SISTEMAS CONCLUÍDOS	%	100	19.700.000,00
AÇÕES DE COMBATE A MALÁRIA ATRAVÉS DE SANEAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS COM MAIOR INCIDÊNCIA DA DOENÇA	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROGRAMAS DE COMBATE	%	100	18.000.000,00
TOTAL PROGRAMA						190.610.000,00

ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES						
Programa	PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					ESTRUTURANTE
Objetivo do Programa	DISPONIBILIZAR HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL PARA ATENDER AS DIVERSAS CAMADAS DA POPULAÇÃO; AQUECER A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO VIVIL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS.					
Ação	TIPO DE AÇÃO (Projeto)	Abrangência Espacial	Produto	Unidade	Meta	Valor (R\$)
PROJETO EMENGERCIAL DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE BAIROS	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROJETO IMPLEMENTADO	%	100	60.000.000,00
PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ÁREAS DE ASSEMTAMENTOS PRECÁRIOS (FAVELAS) NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROJETO IMPLEMENTADO	%	100	109.000.000,00
HABITAÇÃO RURAL (EM CONFORMIDADE COM AS ZONAS DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO)	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROJETO IMPLEMENTADO	%	100	24.000.000,00
ATENDIMENTO HABITACIONAL EMANCIPATÓRIO (FAMÍLIAS ACIMA DA LINHA DE POBREZA, COM RENDA FAMILIAR DE ATÉ 03 SALÁRIOS MÍNIMOS)	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROJETO IMPLEMENTADO	%	100	85.000.000,00
“PROJETO PARCERIA PÚBLICO PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES (PAR E CRÉDITO ASSOCIATIVO)”	PRIORITÁRIO	ESTADO DO ACRE	PROJETO IMPLEMENTADO	%	100	246.000.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						524.000.000,00

Anexo III
Quadro
Resumo de
Programas

CÓDIGO	PROGRAMAS
1001	Implantação e Consolidação de Parques Industriais Baseados na Cadeia Produtiva florestal
1002	Programa Integrado de Manejo Florestal de Uso Múltiplo
1003	Fomento e Modernização da Produção Agroindustrial
1004	Preservação e Conservação do Ativo Ambiental com Implementação do Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE
1005	Turismo Gerador de Riquezas e Trabalho com Valorização Cultural
1006	Compras e Serviços Governamentais Elevando a Renda do Produtor Rural e Fortalecendo as Micro e Pequenas Empresas
1007	Ciência, Tecnologia e Inovação como Fatores de Desenvolvimento Sustentável
1008	Infra-estrutura como Suporte ao Desenvolvimento Sustentável (Rodovias,Hidrovias,Aerovias,Energia e Comunicações)
1009	Ações Transversais (Qualificação Profissional e Sistema de Defesa Animal e Vegetal)
1010	Programa Integrado de Saneamento Ambiental
1011	Programa de Habitação de Interesse Social (inclusive com parceria com iniciativa privada)
1012	Programa de Investimento de Obras Públicas
1013	Infra-estrutura e Logística de Transporte
1014	Infra-estrutura Energética
1015	Infra-estrutra de Comunicação
1016	Universalização do Acesso a Bens Culturais e Dinamização da Cultura
1017	Programa Estadual de Fomento à Cultura
1018	Desenvolvimento da Cultura com Efetiva participação da Sociedade
1019	Diversidade social, cultural e ambiental
1020	Programa de Assistência Social para população em situação de vulnerabilidade
1021	Programa de Estruturação e Fortalecimento do Sistema Estadual de Assistência Social
1022	Programa de Modernização e Fortalecimento de medidas socio-educativas
1023	Programa Educação com qualidade para todos
1024	Programa de Estabelecimento e Fortalecimento de Parcerias
1025	Programa de Fortalecimento da Gestão
1026	Garantia de Assistência Judiciária para população de baixa renda
1027	Modernização e Fortalecimento Institucional do Sistema de Inclusão Social
1028	Programa Estadual de Direitos Humanos
1029	Consolidação da Política Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor
1030	Prevenção e Repressão a Criminalidade. Moder.e Reap. das Polícias e Corpo de Bombeiros
1032	Programa de investimento em Obras de Segurança Pública
1033	Programa Esporte e Lazer com Oportunidade para Todos
1034	Sistema de Sanidade Animal e Vegetal
1035	Modernização e Fortalecimento do Sistema Penitenciário e ressocialização dos Presos
1036	Programa de Excelência no Atendimento ao Cidadão
1037	Programa de Eficácia da Gestão do Estado
2001	Execução da Ação Legislativa
2002	Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa
2003	Assistência Jurídica e Judicial aos Necessitados
2004	Defesa da Ordem Jurídica do Estado

2005	Defesa Jurídica do Estado
2006	Defesa Jurídica Gratuita
2007	Execução da Ação Judiciária
2008	Execução da Defesa e Acompanhamento dos interesses da sociedade e do poder público
2009	Administração Governamental
2010	Apoio as atividades de Documentação e Bibliografia
2011	Organização e Modernização Administrativa
2012	Formação e Desenvolvimento de recursos humanos para o Setor Público
2013	Controle Interno, prevenção e combate a corrupção
2014	Previdência Social a Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas do Estado do Acre
2015	Divulgação dos Atos Oficiais
2016	Gestão do Patrimônio Público
2017	Gestão do Sistema Educacional
2018	Acesso Manutenção e Qualificação da Educação Infantil
2019	Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental
2020	Acesso, Manutenção e Qualificação do Ensino Médio
2021	Apoio ao Acesso e Desenvolvimento do Ensino Superior
2022	Acesso, Manutenção e Desenvolvimento da Educação Especial
2023	Educação de Jovens e Adultos
2024	Educação para Diversidade e Cidadania
2025	Gestão da Política Estadual de Cultura
2026	Apoio a museus e patrimônio Histórico
2027	Apoio as atividades de música e artes cênicas
2028	Ações integradas de Artes, Educação e Cidadania
2029	Promoção e Difusão Cultural: vídeo, imagem e som
2030	Radiodifusão Educativa
2031	Telecomunicação Educativa
2032	Combate a violência contra mulher
2033	Combate ao crime organizado
2034	Segurança Pública e Cidadania
2035	Prevenção e Repreensão a Criminalidade
2036	Atividades de Reeducação Correccional
2037	Sistema Único de Segurança Pública
2038	Construção, ampliação, modernização, reaparelhamento da policia
2039	Modernização e Reaparelhamento da policia e corpo de bombeiros
2040	Assistência as Vítimas e as testemunhas ameaçadas
2041	Política de Combate as Drogas
2042	Defesa Civil
2043	Reestruturação do Sistema Penitenciário
2044	Defesa do Consumidor
2045	Educação para o Trânsito
2046	Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
2047	Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Floresta

2048	Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais
2049	Gestão da Política do Meio Ambiente
2050	Zoneamento Ecológico e Econômico
2051	Proteção ao Meio Ambiente
2052	Ações mitigadoras de impacto ambientais
2053	Revitalização de Bacias Hidrográficas
2054	Qualidade Ambiental
2055	Resíduos Sólidos Urbanos
2056	Planejamento Governamental
2057	Monitoramento e Apoio aos Programas de Governo
2058	Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos Anuais
2059	Gestão da Política Pública de Planejamento
2060	Estudos e Pesquisa Aplicados a Gestão
2061	Gestão e Planejamento de Apoio a Ciência e Tecnologia
2062	Ciência, Tecnologia e Inovação voltadas aos Recursos Naturais
2063	Desenvolvimento Experimental e Pesquisa de Iniciação Científica
2064	Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade
2065	Capacitação Gerencial e Tecnológica
2066	Apoio Tecnológico para o Desenvolvimento Sustentável
2067	Promoção a Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico
2068	Desenvolvimento de Energias Alternativas e Renováveis
2069	Apoio a política de Gás Natural e Biocombustível
2070	Eletrificação Rural
2071	Eletrificação Urbana
2072	Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos
2073	Defesa Econômica e Concorrência
2074	Fomento a Atividades Industriais
2075	Informações e Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho e Emprego
2076	Programa Integrado de Desenvolvimento Regional
2077	Desenvolvimento da Infra-estrutura Energética
2078	Gestão das Políticas Industriais
2079	Gestão das Políticas de comércio e serviços
2080	Tecnologia de Informação voltada ao Desenvolvimento sustentável
2081	Energia para Pequenas Comunidades
2082	Apoio ao desenvolvimento de Microempresas, empresas de pequeno e médio porte
2083	Promoção das Exportações e Acesso a Mercados
2084	Associativismo e Cooperativismo
2085	Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda
2086	Microcrédito Produtivo e Orientado
2087	Economia Solidária
2088	Qualificação e Requalificação Profissional
2089	Cooperação técnica internacional
2090	Conservação de Solos Agrícolas

2091	Desenvolvimento da Piscicultura
2092	Desenvolvimento da Aqüicultura
2093	Apoio e desenvolvimento ao Agro-extrativismo
2094	Desenvolvimento da Fruticultura
2095	Erradicação da Febre Aftosa
2096	Sanidade Vegetal
2097	Sanidade Animal
2098	Produção e Abastecimento Alimentar
2099	Apoio e desenvolvimento ao Agro-extrativismo
2100	Gestão da Política Fundiária
2101	Apoio a Produção de Borracha Natural
2102	Corretivos, Fertilizantes e Agrotóxicos
2103	Mecanização Agrícola
2104	Sementes e Mudanças
2105	Produção e Fomento Florestal
2106	Fomento a Cadeia produtiva de produtos não florestais
2107	Assistência Técnica e Extensão Rural
2108	Agricultura Familiar
2109	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
2110	Desenvolvimento da Produção Vegetal
2111	Desenvolvimento da Produção Animal
2112	Inspeção Fiscal da Produção Vegetal e Derivados
2113	Estoques Reguladores, Armazenamento e Silagem
2114	Assentamento de Agricultores Sem-terra
2115	Programa de Atendimento Habitacional Básico (parceria com iniciativa privada)
2116	Melhoramento da Infra-estrutura Urbana
2117	Construção, duplicação, ampliação e pavimentação de Rodovias
2118	Infra-estrutura de Integração e apoio ao desenvolvimento de transporte metropolitano
2119	Urbanização e Regularização Fundiária
2120	Apoio as Políticas de Urbanização
2121	Urbanização e Macrodrenagem da Bacia de Igarapés e Fundos de Vale - PAC
2122	Saneamento Básico
2123	Recuperação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Gestão de Perdas - PAC
2124	Construção, Ampliação e Reforma de Estação de Tratamento de Esgoto - PAC
2125	Infra-estrutura de Logística Aeroportuária
2126	Serviços de Transporte Aéreo
2127	Serviços de Transporte rodoviário
2128	Controle, Fiscalização e Segurança de Rodovias e Vias públicas
2129	Manutenção, Restauração e Conservação de Rodovias - PAC
2130	Manutenção, Conservação e Desenvolvimento de Vicinais
2131	Desenvolvimento, apoio e Manutenção de Postos e Terminais Fluviais
2132	Desenvolvimento, apoio e Manutenção de Hidrovias
2133	Desenvolvimento da Infra-estrutura Pública

2134	Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
2135	Gestão das políticas de Esporte e Lazer
2136	Manutenção e Qualificação de Práticas Desportivas, Recreativas e Lazer Comunitário
2137	Apoio ao Desenvolvimento do Desporto Comunitário
2138	Apoio ao Desenvolvimento do Lazer Comunitário
2139	Fomento e divulgação do Turismo Acreano
2140	Programa de Ações Básicas de Saúde para todos
2141	Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
2142	Controle da Hanseníase e de Outras Dermatoses
2143	Prevenção e Controle da Malária
2144	Segurança transfusional e qualidade do sangue e hemoderivados
2145	Qualidade e Eficiência do SUS
2146	Saúde da Criança e Aleitamento Materno
2147	Saúde da Família
2148	Hospitais de Ensino
2149	Vigilância Sanitária
2150	Assistência Farmacêutica
2151	Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis
2152	Regionalização e Descentralização das Ações de Saúde
2153	Assistência Médico – Hospitalar
2154	Garantir Ações Básicas de Saúde para Todos
2155	Modernizar a Gestão na Saúde
2156	Programa de fortalecimento da rede de Cuidado do SUS
2157	Educação Fiscal
2158	Gestão da Dívida Pública do Estado
2159	Administração Aduaneira e Tributária
2160	Programa de Ajuste Fiscal
2161	Recuperação de Créditos da Dívida Ativa do Estado
2162	Gestão das Políticas de Execução, Financeira, Contábil e Controle Interno
2163	Gestão da Política dos Direitos Humanos
2164	Educação e Conscientização em Direitos Humanos
2165	Reinserção Social do Adolescente em conflito com a lei
2166	Território e Cultura Indígenas
2167	Atenção a Criança
2168	Atenção a pessoa portadora de Deficiência
2169	Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
2170	Adjunto da solidariedade - Bolsa Família
2171	Proteção Social Básica
2172	Gestão das Políticas Públicas de Assistência Social
2173	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Mulher
2174	Apoio a Dependentes Químicos
2175	Políticas Públicas para a Juventude
2176	Promoção e defesa dos direitos da pessoa Idosa

2177	Defesa dos direitos da criança e do adolescente
2178	Apoio as Comunidades Indígenas
2179	Programa de Estruturação da Saúde do Acre
2180	Programa de Valorização dos Profissionais da SESACRE
2181	Saneamento da COHAB
2182	Gestão Sustentável do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
2183	Gestão e Manutenção de Espaços Públicos e vias urbanas
2184	Conservação e Manutenção de Rodovias
2185	Implantação de Marcos Regulatórios Estaduais
2186	Fomento a Produção Industrial
2187	Outros Projetos Complementares - Desenvolvimento Econômico
2188	Outros Projetos Complementares - Infra-estrutura
2189	Outros Projetos Complementares - Inclusão Social
2190	Outros Projetos Complementares - Gestão e Finanças
2191	Programa de Atendimento Habitacional Emancipatório
2192	Programa de Habitação Rural
2193	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - BNDES
2194	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – BID/1399/OCBR
2195	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE/BIRD
9999	Reserva de Contingência

A PREVISÃO DE DESPESAS COM A CARTEIRA DE PROGRAMAS (ESTRUTURANTES + COMPLEMENTARES) DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE PARA O PERÍODO 2008/2011 É DA ORDEM DE:	R\$ 13,8 bilhões
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------

ANEXO IV
Projeção
das Receitas

ESPECIFICAÇÃO	2008
RECEITAS CORRENTES	2.416.238.228,06
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	431.996.320,00
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	71.904.000,00
IPVA - IMPOSTO S/PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	14.881.000,00
ITCD - IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS	340.000,00
ICMS - IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	343.505.000,00
TAXAS	1.366.320,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	109.755.413,97
RECEITA PATRIMONIAL	19.125.763,04
RECEITA AGROPECUÁRIA	55.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	80.450,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.167.942,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.817.619.393,05
FPE - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.406.158.000,00
IPI - EXP-COTA-PARTE DO IPI - ESTADOS EXPORTADORES	446.695,00
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DE DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	13.200.000,00
COTA-PARTE ROYALTIES - LEI N 9.478/97, ART. 50	3.328.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000.042,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	243.000.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.486.656,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.437.446,00
RECEITAS DE CAPITAL	427.339.911,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO *	251.125.806,29
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	176.184.105,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	176.184.105,66
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	81.485.035,35
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (-)	307.330.447,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.617.732.728,36

* Instituições de Financiamento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco
OBS: Aplicada a mesma metodologia e parâmetros definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para o Programa de Ajuste Fiscal dos Estados.

Receitas para o período de 2008 a 2011

Em R\$ 1,00

2009	2010	2011	Total
2.535.687.044,90	3.051.315.762,79	3.988.101.776,98	11.991.342.812,72
473.293.015,78	568.707.572,14	749.186.042,49	2.223.182.950,42
78.821.164,80	94.715.802,65	124.764.731,74	370.205.699,19
16.369.100,00	19.642.920,00	25.928.654,40	76.821.674,40
372.708,00	447.866,22	589.953,39	1.750.527,62
376.550.181,00	452.483.196,88	596.035.118,73	1.768.573.496,61
1.179.861,98	1.417.786,39	1.867.584,22	5.831.552,60
120.730.955,37	144.877.146,44	191.237.833,30	566.601.349,08
13.711.269,60	16.476.207,99	21.703.344,25	71.016.584,88
61.050,00	73.260,00	96.703,20	286.513,20
88.495,00	106.194,00	140.176,08	415.315,08
22.184.736,20	26.621.683,44	35.140.622,14	104.114.983,78
2.026.498.023,31	2.439.510.299,21	3.182.071.768,10	9.465.699.483,68
1.546.773.800,00	1.856.128.560,00	2.412.967.128,00	7.222.027.488,00
489.667,06	588.410,60	775.085,97	2.299.858,63
14.469.840,00	17.387.747,48	22.904.072,92	67.961.660,40
3.648.153,60	4.383.819,97	5.774.602,63	17.134.576,20
96.000.050,40	124.800.065,52	168.480.088,45	469.280.246,37
267.300.000,00	320.760.000,00	423.403.200,00	1.254.463.200,00
78.635.321,66	94.362.385,99	124.558.349,50	369.042.713,19
19.181.190,60	21.099.309,66	23.209.240,63	80.927.186,89
			-
552.440.926,79	540.197.204,83	521.043.726,52	2.041.021.770,09
341.020.000,00	265.350.000,00	150.000.000,00	1.007.495.806,29
33.000,00	39.600,00	52.272,00	154.872,00
211.420.926,79	274.847.204,83	371.043.726,52	1.033.495.963,80
211.420.926,79	274.847.204,83	371.043.726,52	1.033.495.963,80
89.633.538,89	107.560.246,66	141.979.525,59	420.658.346,49
338.063.491,70	371.869.840,87	446.243.809,04	580.116.951,76
2.839.698.018,88	3.327.203.373,41	4.204.881.220,04	13.872.905.977,55

o Mundial – BIRD.

